

SACRA ET PROFANA

PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO
PÁTIO DE SÃO PEDRO EM RECIFE-PE

Josebias Costa do Nascimento Neto - 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Josebias Costa do Nascimento Neto

**SACRA ET PROFANA: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO PÁTIO DE
SÃO PEDRO EM RECIFE-PE**

João Pessoa/PB – 2023

Josebias Costa do Nascimento Neto

SACRA ET PROFANA: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO PÁTIO DE
SÃO PEDRO EM RECIFE-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB) para conclusão do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:
Arquitetura e cidade – processo e produto

Linha de pesquisa:
Produção e apropriação do edifício e da cidade

Orientadora:
Dra. Maria Berthilde Moura Filha

Coorientador:
Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares

João Pessoa/PB – 2023



Ata de defesa final de dissertação, requisito para obtenção do diploma do curso de mestrado do PPGAU-UFPB.

Aos vinte dias do mês de dezembro de 2023, às 13 horas, através da plataforma Google Meet, houve a defesa do trabalho final de cujo título é “SACRA ET PROFANA: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO PÁTIO DE SÃO PEDRO EM RECIFE-PE”, vinculado à linha de pesquisa Produção e Apropriação do Edifício e da Cidade, pelo discente Josebias Costa do Nascimento Neto, matrícula 20201020945. A Banca Examinadora foi composta pelos professores doutores: Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha (Orientadora –UFPB) presidente da banca; Mariana Fialho Bonate (Avaliadora interna - UFPB); Pedro Henrique Cabral Valadares (Avaliador Externo – UPE) e Márcia Mana Vieira Hazin (Avaliadora Externa – IPHAN/PE). Iniciado os trabalhos, o discente fez uma exposição oral, em seguida houve arguição pelos examinadores. Ao final da defesa, a banca se reuniu reservadamente e considerou o trabalho:

(X) APROVADO () INSUFICIENTE () REPROVADO

Observação: A banca solicita a revisão do texto, antes da entrega final, no sentido de sanar aspectos como: excesso de questões postas na introdução, melhor colocação da hipótese da pesquisa, eliminar adjetivações e generalizações.

Recomendado para concorrer premiação: () Sim (X) Não

Recomendado para publicação: () Sim (X) Não

Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados e em seguida foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha, pelos membros da Comissão Examinadora e discente.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA BERTILDE DE BARROS LIMA E MOURA F
Data: 03/02/2024 14:35:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Berthilde de Barros Lima e
Moura Filha
(Orientadora/Presidente – UFPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIANA FIALHO BONATES
Data: 28/12/2023 14:26:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Mariana Fialho
Bonates
(Avaliadora Interna - UFPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO HENRIQUE CABRAL VALADARES
Data: 27/12/2023 20:49:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares
(Avaliador Externo – UPE)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA MARIA VIEIRA HAZIN
Data: 20/12/2023 15:35:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Vieira Hazin
(Avaliadora Externa - IPHAN/PE)

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSEBIAS COSTA DO NASCIMENTO NETO
Data: 29/01/2024 15:23:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Josebias Costa do Nascimento Neto
(Discente)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244s Nascimento Neto, Josebias Costa do.

Sacra et profana : permanências e transformações no pátio de São Pedro em Recife-PE / Josebias Costa do Nascimento Neto. - João Pessoa, 2023.

186 f. : il.

Orientação: Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha.

Coorientação: Pedro Henrique Cabral Valadares.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Patrimônio cultural - Recife. 2. Pátio de São Pedro - Tombamento. 3. Pátio de São Pedro - Patrimônio cultural. I. Moura Filha, Maria Berthilde de Barros Lima e. II. Valadares, Pedro Henrique Cabral. III. Título.

UFPB/BC

CDU 719(043)

Aos amigos de sangue, cujos laços transcendem o tempo e se entrelaçam
com a essência da vida.

AGRADECIMENTOS

Este volume, fruto de três anos e quatro meses de pesquisa, processos e aprendizados, tem sua história construída por muitas mãos. Inicialmente agradeço a Deus e aos *Òrișàs* por sempre guiar meus passos, iluminar o meu caminho e prover toda a força necessária para superar os muitos desafios ao longo desta jornada.

Expresso meus agradecimentos a Prof^a Berthilde, minha orientadora, por ter acreditado na proposta desta pesquisa desde seus primeiros suspiros de ideias. Sua orientação, direcionamento e apoio foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico ao longo dessa jornada.

Ao Prof^o Pedro, meu coorientador, oferto minha gratidão por todo o conhecimento, parceria e conselhos que trago sempre comigo. Obrigado por lá atrás ter acreditado e incentivado aquele desajeitado calouro aspirante a arquiteto.

Sou grato também à Prof^a Márcia e a Mariana (membros da banca de qualificação e de defesa final) que colaboraram incisivamente para que eu pudesse trilhar novos percursos, explorar novas perspectivas e progredir com a pesquisa.

Muito obrigado aos funcionários do DPPC Recife e do IPHAN/PE que me assistiram nesse percurso em documentos, dúvidas e sugestões. Também agradeço ao PPGAU-UFPB na completude de seu corpo docente e técnico.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, tios e aos meus amigos de sangue, para os quais dedico este trabalho, cujo apoio incondicional e amor foram fundamentais nessa trajetória; afinal, suas palavras de estímulo e presença constante foram alicerces que sustentam toda minha caminhada.

Por fim, agradeço a mim mesmo, pelo comprometimento, resiliência e dedicação investidos nesta pesquisa. Reconheço a importância da minha própria jornada e celebro a conquista deste momento, marcada pela superação e crescimento pessoal.

“...podeis aprender que o homem
é sempre a melhor medida.
Mais: que a medida do homem
não é morte mas a vida.”

(João Cabral de Melo Neto, Paisagens com figura, 1956).

RESUMO

A presente pesquisa se insere no campo de trabalho do patrimônio cultural pernambucano na expectativa de contribuir com mais informações e análises sobre o pátio de São Pedro em Recife-PE, elencado como objeto empírico deste estudo, buscando inserir esta pesquisa no debate sobre as permanências e transformações que ora descaracterizam e desvalorizam um bem patrimonial, mas ora redefinem o significado e seus respectivos valores; contribuindo para que o bem mantenha-se expressivo para a sociedade. A partir destas observações e reflexões, se chegou ao objetivo geral da investigação que é: tendo por ponto de partida e referência os valores elencados pelo IPHAN nos processos de tombamento que decretaram a Concatedral de São Pedro dos Clérigos e o seu respectivo pátio, como patrimônio nacional, verificar o que ainda assegura, hoje, sua condição de patrimônio cultural de reconhecida significância para a cidade do Recife. Portanto, se tenta entender como o pátio de São Pedro, entre mudanças e permanências, resistiu e se transformou ao longo desse tempo de tombamento, sem perder seu caráter enquanto patrimônio cultural. Através de uma abordagem histórica, descritiva e analítica-interpretativa a pesquisa revisitou os valores atribuídos ao referido pátio em seu tombamento, além de observar sua dinâmica de uso, sua morfologia e imagem. Esta investigação se desenvolve metodologicamente sobre três dimensões indissociáveis: histórica, espacial e simbólica com a finalidade de compreender como e porque o pátio permanece como um polo de atração para as manifestações culturais recifense, que embora mutáveis ao longo do tempo, têm dado sustentação à preservação deste emblemático espaço urbano.

Palavras-chave: Tombamento, Pátio de São Pedro, Patrimônio Cultural, Recife.

ABSTRACT

The present research fits into the field of work of the cultural heritage of Pernambuco with the expectation of providing contributions regarding the São Pedro courtyard in Recife, PE. Designated as the empirical object of this study, the aim is to insert this research into the debate on the continuities and transformations that at times alter and devalue a heritage site, but at other times redefine its meaning and respective values. This contributes to ensuring that the site remains meaningful to society. Based on these observations and reflections, the overarching goal of the investigation was formulated: starting from and referencing the values listed by IPHAN in the listing processes that declared the Concatedral of São Pedro dos Clérigos and its respective courtyard as a national heritage, to examine what still ensures, today, its status as a culturally significant heritage for the city of Recife. Therefore, the attempt is to understand how the São Pedro courtyard, amid changes and continuities, has survived and transformed over the period of its listing without losing its character as a cultural heritage. Through a historical, descriptive, and analytical-interpretative approach, the research revisited the values attributed to the mentioned courtyard in its listing, in addition to observing its patterns of use, morphology, and image. This investigation methodologically unfolds across three inseparable dimensions: historical, spatial, and symbolic, with the aim of understanding how and why the courtyard remains a hub for cultural manifestations in Recife, which, though evolving over time, have provided support for the preservation of this emblematic urban space.

Keywords: Listing, São Pedro Courtyard, Cultural Heritage Recife.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. PÁTIO E PATRIMÔNIO: Compreendendo o objeto de estudo.....	21
1.1. O pátio enquanto espaço de socialização: semântica e função.....	21
1.2. Os pátios e as irmandades religiosas na cidade do Recife.....	30
1.3. Os valores do pátio de São Pedro segundo a visão do IPHAN.....	44
2. A DIMENSÃO HISTÓRICA: O pátio de São Pedro ao longo dos séculos.....	52
2.1. A gênese e o desenvolvimento do pátio.....	52
2.2. Sobrevivendo ao tempo: o século XX.....	60
3. A DIMENSÃO ESPACIAL: O pátio de São Pedro na atualidade.....	76
3.1. A morfologia e a imagem do pátio: permanências e transformações.....	77
3.2. O pátio e seu entorno histórico.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
ANEXO A: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO - VOLUME I.....	118
ANEXO B: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO - VOLUME II.....	153



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na temática do patrimônio cultural, abordado a partir de um objeto específico de estudo: o pátio de São Pedro, no Recife. Como afirmaram Zancheti (2002); Vieira (2006); Lira (2009) e Menezes (2015), a ampla discussão sobre esta temática, seja no âmbito nacional seja no âmbito da cidade do Recife, tem se debruçado, constantemente, sobre as mudanças e permanências, bem como as transformações que envolvem a herança, a história, a memória e demais valores do patrimônio.

Neste âmbito, o valor cultural vem ganhando cada vez mais evidência e, há algumas décadas, o predominante debate sobre o patrimônio material divide espaço com as questões referentes ao patrimônio imaterial, entendidos como partes indissociáveis de uma mesma realidade.

O reconhecimento do patrimônio imaterial, de práticas e relações culturais, de ritos e celebrações, consta nas recomendações internacionais de conservação do patrimônio, desde a década de 1970, quando se lê na Carta de Machu Picchu (1977) que:

A **identidade** e o **caráter** de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas também por suas **características sociológicas**. Por isso, é necessário que não só se preserve e conserve o Patrimônio Histórico Monumental, como se assuma a defesa do **patrimônio cultural**, considerando os valores que (...) têm um **autêntico significado** para a cultura em geral. (ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS, 1977, p. 05. Grifo nosso).

No Brasil, o patrimônio imaterial já era parte do projeto elaborado por Mário de Andrade para criação de um instrumento de conservação do patrimônio nacional, em 1936. Percorrendo um longo e lento processo de reconhecimento, os bens de natureza imaterial apenas foram oficialmente reconhecidos com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2000, por ação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse programa foi estabelecido para identificar, reconhecer, valorizar e salvaguardar as manifestações culturais imateriais do país, incluindo tradições, festas, conhecimentos e expressões que são transmitidos de geração em geração.

Nesta pesquisa, a corriqueira distinção das múltiplas faces do que se considera o patrimônio cultural será abarcada com o intuito de evidenciar o fenômeno de

inter-relação entre o patrimônio material, em sua arquitetura e paisagem; e o patrimônio imaterial, manifestado pela fé e práticas populares, tendo por objeto empírico de estudo, o pátio de São Pedro, selecionado entre outros pátios localizados em seu entorno, que delimita a configuração urbana dos bairros recifenses de Santo Antônio e São José.

Localizado no contexto central do Recife, no bairro de Santo Antônio, o pátio de São Pedro se formou a partir da Igreja de São Pedro dos Clérigos, edificada no século XVIII. O local é delimitado por esta igreja e mais 63 imóveis (entre casas térreas e sobrados), implantadas de forma enfileirada e geminadas, de modo a formar o pátio que antecede a igreja. Essa organização espacial, por sua vez, confere à edificação religiosa monumentalidade, valorizando-a e dando evidência perante as demais edificações do conjunto (PESSOTTI e RIBEIRO, 2011).

É considerado por diversos estudiosos¹, como um dos núcleos mais expressivos do cenário barroco do Recife, estando o conjunto protegido por tombamento federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A igreja foi inscrita sob o número 187, no Livro de Belas Artes, em 20 de junho de 1938; o pátio, no Livro do Tombo Histórico, em 7 de junho de 1968, sendo posteriormente ratificada a poligonal de tombamento, em 8 de março de 1985.

O pátio, concebido originalmente como prolongamento das atividades sacras da igreja, foi progressivamente se transformando em um espaço livre público, utilizado cotidianamente para atividades comerciais e de serviços, além de ser um grande palco para os ciclos festivos tradicionais e de celebrações populares.

De maneira empírica, enquanto morador do Recife, observou-se que o pátio de São Pedro, representado pela igreja e o casario que o evidencia, constitui um patrimônio material representativo, ao tempo em que as manifestações religiosas e festas populares conferem vitalidade e identidade ao lugar, tornando-o distinto entre os demais pátios que configuram os bairros de São José e Santo Antônio. Por meio desta observação preliminar, constata-se que a dinâmica de uso do local possui alternâncias, sendo um espaço de manifestações culturais em dias específicos e, em dias comuns, um espaço predominantemente de passagem, visto que parte de

¹ A exemplo de BAZIN (1983); ZANCHETTI (2012); MENEZES (2017); VALADARES (2022); dentre outros.

seus imóveis se encontra sem uso ou abrigam órgãos públicos, instituições culturais de baixa demanda, bares e restaurantes de público modesto. Os demais pátios da região podem ser considerados, em sua maioria, enquanto espaços de destino nos dias comuns, visto que configuram-se como locais tradicionais de comércio e serviços, e pouco recebem eventos culturais.

Assim, diante do seu reconhecido valor histórico e das observações preliminares, o pátio de São Pedro foi elencado como objeto empírico de estudo, tendo como enfoque inserir esta pesquisa no debate sobre as mudanças, permanências e transformações que ora descaracterizam e desvalorizam um bem patrimonial e ora redefinem o significado e os valores que asseguram que o bem se mantenha representativo para a sociedade. A partir destas reflexões, coloca-se a questão que norteia a investigação: porque, dentre todos os pátios existentes na área central do Recife, o pátio de São Pedro manteve sua integridade arquitetônica e espacial, guardando, ou re-significando valores que justificaram seu tombamento pelo IPHAN?

Como objetivo geral, a presente pesquisa pretende verificar se o referido pátio tem assegurado sua condição de patrimônio cultural apenas em função dos valores² elencados nos processos de tombamento que reconhecem a Concatedral e o pátio de São Pedro como patrimônio histórico e artístico em âmbito nacional. Que outros “valores de contemporaneidade” (RIEGL, 2019) podem ter contribuído para isso, a exemplo das atividades turísticas e das manifestações culturais populares, conciliando o patrimônio material e imaterial? Portanto, se tenta entender como o local resistiu e se transformou ao longo do tempo, sem perder sua essência enquanto patrimônio do Recife.

A investigação tem como ponto de partida uma leitura aguçada dos processos de tombamento da igreja e do pátio de São Pedro, buscando extrair os valores apontados para justificar a seleção destes enquanto parte do patrimônio nacional. Sendo estes valores analisados em uma perspectiva histórica, busca-se entender, confirmar ou questionar como as transformações e permanências ocorridas neste espaço urbano interferem, ou não, atualmente, na significância cultural atribuída ao

² RIEGL, Alois. O Culto Moderno dos Monumentos. Sua história e suas origens. São Paulo: Perspectiva, 2019.

pátio. A intenção é confrontar os resultados da pesquisa com a leitura empírica do espaço que aponta ser o pátio de São Pedro, entre os demais dos bairros de Santo Antônio e São José, como um espaço que preservou sua integridade espacial e resistiu às mudanças impostas pelo progresso, mesmo diante das transformações ocorridas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa segue as etapas que caracterizam os estudos no âmbito do urbano: observação empírica, levantamento e revisão de fontes bibliográficas, pesquisa em fontes primárias (documentos, cartografia, iconografia, fotografia etc.), levantamento de campo, sistematização e análise qualitativa de dados, para no final confrontar com as questões e hipóteses que nortearam a investigação. Através de uma abordagem histórica, descritiva e analítica-interpretativa visa atingir o objetivo de revisitar os valores e significados atribuídos ao pátio de São Pedro em seu tombamento, além de observar as mudanças e permanências de sua dinâmica de uso e de sua morfologia e imagem.

Explorando três pontos indissociáveis que aglutinam-se no bem cultural: as dimensões histórica, espacial e cultural, busca-se identificar e qualificar essa porção histórica do Recife levantando aspectos como: historicamente, qual a relevância dos pátios para a construção espacial e social no Recife? Como o pátio de São Pedro se apresenta na atualidade e quais suas características morfológicas? Como ele sobreviveu e se ressignificou ao longo do tempo - de sacro à profano, de modo a se perceber, hoje, uma atmosfera que o diferencia dos demais espaços similares do entorno?

Com isso, a presente dissertação foi organizada em três capítulos. Inicialmente, faz-se uma conceituação do termo pátio, seguida de uma retrospectiva histórica dos pátios no Recife, bem como sua função social considerando o recorte escolhido, os bairros de Santo Antônio e São José. Este capítulo finaliza com uma análise dos valores apontados pelo IPHAN quando do tombamento da igreja e do pátio de São Pedro, os quais dão as diretrizes para o desenvolvimento dos próximos capítulos.

O segundo capítulo tem como objetivo revisitar a trajetória histórica do objeto de estudo desta pesquisa, desde a sua formação inicial, seguindo pelas mudanças e permanências ocorridas através dos três séculos de sua existência. O objetivo é

aliar esta trajetória histórica com os conceitos de arte, história e ambiência considerados pelo IPHAN até os anos 1960, observando a convergência nas transformações e permanências ocorridas no pátio de São Pedro, bem como os resultados que podem ter sido alcançados com a delimitação mais precisa da poligonal de tombamento do conjunto urbano, na década de 1980. Neste capítulo também são elencadas as mudanças nos padrões de uso e ocupação do solo, observadas através de dois diferentes fontes de pesquisa: o levantamento realizado pela Autarquia de Urbanização do Recife (URB Recife) em 1980 e o recente levantamento realizado pelo Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC Recife) entre 2017 e 2020.

Por fim, no terceiro capítulo o objetivo é apreender o espaço do pátio de São Pedro, procurando observá-lo não apenas sob a condição de ambiência da igreja de mesmo nome, função que lhe foi atribuída no tombamento feito pelo IPHAN, em 1968, mas entendê-lo enquanto um lugar, com identidade e qualidades urbanas que atraem e convidam à permanência aqueles que buscam participar das manifestações culturais que ali ocorrem com regularidade. Para tanto, buscou-se subsídios em metodologias de análise já conhecidas: a morfologia urbana (LAMAS, 1993), a apreensão da imagem da cidade (LYNCH, 2011) e a sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984). As características arquitetônicas e a legislação que incide sobre a área estudada também são abordadas, sendo o capítulo finalizado com os resultados dessas análises.

Em suma, nas considerações finais são elencadas as conclusões obtidas por essa pesquisa que tem o enfoque nas relações entre o patrimônio edificado e o imaterial aglutinados no pátio de São Pedro, bem como a reafirmação de seus valores e as novas perspectivas da sociedade para com essa porção histórica do Recife. Com isso ressalta-se a importância do prosseguimento de estudos sobre essa temática de forma integrada, hoje constantemente observada em dissonância, tendo em pauta não somente os fatores visíveis e palpáveis do monumento ou conjunto, mas também por tudo aquilo que se descobre vivo neles.

Por tudo isso, a presente pesquisa toma uma importância fundamental, no fomento de estudos e discussões com vista ao patrimônio edificado e manifestações culturais recifenses, com a finalidade de preservar a sua história junto a seu respectivo uso

na atualidade enquanto pólo cultural no estado de Pernambuco, tendo em vista o que foi defendido por Le Goff (2013, p. 435) ao inferir que:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimentos, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Logo, a limitada quantidade de estudos sobre a solidificação das expressões culturais populares, juntamente com suas diversas manifestações culturais, no seio histórico do Recife, enquanto patrimônio cultural; lança luz sobre a relevância desta pesquisa, uma vez que a manutenção dos valores envolvidos e seus respectivos usos, objetivam a preservação de nossa história, identidade e memória enquanto seres urbanos.



CAPÍTULO 1

1. PÁTIO E PATRIMÔNIO: Compreendendo o objeto de estudo

Neste primeiro capítulo, o objetivo é explorar o que caracterizava os pátios na realidade das cidades luso brasileiras, seja enquanto um espaço físico, em geral associado a um edifício de função religiosa, seja como um lugar de socialização onde ocorriam as restritas manifestações públicas, também vinculadas à agenda da Igreja Católica. Nesta busca por compreender nosso objeto de estudo, começamos por definir o termo e caracterizar este espaço que teve relevância na configuração de muitas cidades brasileiras do período colonial, focando especificamente no caso dos bairros de São José e Santo Antônio, na cidade do Recife, onde selecionamos o pátio de São Pedro para refletir sobre as mudanças e permanências que este bem patrimonial representa e que levou o IPHAN a o reconhecer como conjunto arquitetônico de excepcional importância em âmbito nacional.

1.1. O pátio enquanto espaço de socialização: semântica e função

A configuração das cidades está intrinsecamente ligada aos métodos de produção, aos sistemas de propriedade e parcelamento de terras, às influências culturais e sociais, às características do ambiente físico e do clima etc. Logo, o desenho de uma cidade pode ser lido como o conjunto de fatores que confere forma ao espaço urbano, repleto de valores e significados, atravessado pelas relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, em suma culturais, condensadas como a “expressão fundamental” dos diferentes agentes envolvidos nesse processo em suas respectivas escalas.

Nesta relação entre forma e significado, observando especificamente as cidades no universo luso-brasileiro, tem destaque a forte influência que a Igreja Católica teve sobre a configuração das cidades, em especial dos espaços sagrados dos templos e suas áreas adjacentes, edifícios e espaços livres que surgiam alimentados e alinhados à celebração da fé.

Estes espaços associados às igrejas e demais edifícios religiosos: os adros, pátios, praças e terreiros marcam a paisagem urbana como elementos estruturadores da vida social e religiosa das cidades luso-brasileiras. A exemplo, cita-se o terreiro de Jesus, em Salvador (Figura 01), “o primeiro do tipo projetado na colônia portuguesa

e a matriz de todos os que vieram depois a ser construídos no Brasil” (LUCAS, 2013, p. 10).

Figura 01: Bilhete postal de evento no terreiro de Jesus, Salvador, em 1908.



Fonte: SALVADOR ANTIGA, 2021.

Estes antigos espaços, entre transformações e permanências, comparecem ainda de forma significativa em muitas cidades brasileiras, tendo destaque, na cidade do Recife, o conjunto de pátios inseridos nos bairros de São José e Santo Antônio, que serão a seguir tratados.

Tratando de entender o que é um pátio, começamos por citar a definição contida no “Vocabulário Português e Latino” elaborado por Rafael Bluteau, entre 1712 e 1721, talvez o mais importante léxico da língua, no século XVIII. Bluteau (1716) define que o *Pateo* é caracterizado por ser um espaço descoberto, mas murado e cercado de pilares ou colunas. O autor ainda faz menção aos *pateos* da Comédia e os define como um espaço “onde se assentava o povo para ver as comédias e outros espetáculos, representados no Theatro, assim se responde popularmente ao que em Lisboa chamamos de *Pateo* da Comédia”³ (BLUTEAU, 1716, p. 4767).

³ Semelhante aos *corrales* espanhóis, os primeiros Pátios de Comédias são construídos com a finalidade de apresentação de espetáculos, a exemplo do Pátio Arcas datado de 1593 em Lisboa. TOPALOV, et. al. p. 472.

Observa-se que Bluteau já indicou haver diferentes tipos de pátios, que podem abrigar distintas funções, sejam estas de âmbito privado - como os pátios internos nas construções residenciais e religiosas, por exemplo; ou os pátios de função pública, como os referidos “pátios de comédias” ou aqueles que se configuram como espaços abertos em meio à malha urbana.

Outros sentidos são expressos na terminologia do pátio, no final do século XIX, onde referia-se “a pequenos conjuntos habitacionais miseráveis que foram surgindo, espontaneamente, em certos lugares intersticiais da cidade” (TOPALOV et. al., 2014, p. 472-473). Estes, determinados pela carência de salubridade e habitabilidade, eram moralmente conotados com o vício, o crime e a marginalidade.

Um dos mais renomados dicionários da arquitetura brasileira assim define o pátio: “recinto descoberto no interior de uma construção, ou área a ela encostada. Quintal murado. Átrio, vestíbulo. Grande saguão.” (CORONA e LEMOS, 1989, p. 362). Por fim, numa definição mais contemporânea, Topalov et. al. (2014, p. 472) diz que a palavra pátio “Refere-se a áreas descobertas de alguns edifícios, tais como palácios ou conventos, cercadas ou a abrir sobre um largo ou uma rua.”⁴

Não sendo nosso objetivo dissertar sobre o conceito de pátio, importa atentar-se que os pátios tomam feições ora privadas ora públicas, a depender do âmbito cultural no qual estão inseridos e, assim, variam em significado, representação e organização espacial nas mais diversas tipologias construtivas, tanto residencial, nos casos de pátios internos, quanto institucional, a exemplo daqueles associados a edifícios de uso educacional, hospitalar, militar/prisional e, principalmente, religioso. Quanto à sua forma, esses espaços, quando de uso público, também apresentam variações e se diferem tanto em seus acessos (por becos, escadas ou ruas), quanto em sua geometria (largos retangulares, trapezoidais, ou de outra forma), sendo estes organizados conforme o conjunto edificado em seu entorno.

⁴ Acerca das denominações aplicadas aos pátios, este autor menciona o uso popular das atividades locais como fator de terminologia, além dos pátios tomarem o nome dos antigos senhorios, a exemplo do “pátio do Souza, do Daniel, de Maria, de Luís Pacheco, etc, etc, o que explica haver neles tantos nomes pessoais. Muitos nomes vêm do passado, como os de Almotacé, Carrasco, Conde de Soure, D. Fradique, Gil [...] do Ceitil” (Vasconcelos, 1936, Apud. TOPALOV et. al., 2014, p. 476).

Reis-Alves (2011, p. 01) aponta cinco aspectos que influenciam na organização espacial e significados no tocante à constituição dos pátios, os quais podem ser detectados nos pátios privados e/ou públicos. Primeiramente, destaca-se o fator psicológico desse espaço por dotar de privacidade e segurança as atividades ali realizadas; seguido do caráter econômico, no quesito de redução com custos em defesa; o terceiro ponto diz respeito às questões climáticas oferecidas pela própria organização espacial que propicia microclimas. O fator religioso é tratado no quarto ponto, quando colocado em perspectiva o homem no “paraíso terrestre” e, por fim, o autor destaca os aspectos culturais, uma vez que cada povo interpreta e adapta este espaço conforme suas necessidades e tradições.

Suas características espaciais consistem na ausência de espaços residuais, o que confere às construções no seu entorno o espaço necessário para contemplação, além de ser um palco para eventos sociais e religiosos. O espaço livre como elemento dominante e gerador da malha urbana é um marco, destacado por Lucas (2013), como uma prática que mistura múltiplas referências opostas entre si (vernáculos e eruditas; medievais e renascentistas) delineando os moldes de concepção de espaço urbano das cidades luso-brasileiras.

De igual modo, na cultura construtiva portuguesa pode-se observar que há uma diversidade de formas, funções e significados nesses espaços. Manuel Teixeira (2012), de forma geral, os reúne sob o termo de “praças urbanas” ou, como diz o autor, “o tipo de espaço urbano que genericamente pode se enquadrar nessa designação, em que se incluem as praças, os largos, os terreiros, os campos, os adros” e a estes acrescentamos os pátios. O autor reafirma que “A diversidade de designações corresponde à grande diversidade desse tipo de espaço, no que diz respeito às suas origens, suas funções, suas formas e suas relações com a malha urbana” (TEIXEIRA, 2012, p. 99). E acrescenta:

Do ponto de vista funcional, as praças podem ter diversas origens: praças com funções de mercado, que muitas vezes se iniciaram em campos e terreiros extramuros e posteriormente se transformaram em praças urbanas; praças com funções religiosas, que tiveram sua origem em adros de igreja ou terreiros de conventos; praças com funções militares, como os campos adjacentes às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; praças com funções políticas e administrativas, em que se inclui as praças associadas ao poder municipal onde se localizavam a Casa de Câmara e o Pelourinho ou, nas cidades coloniais, as praças onde se localizava o palácio do governador. (TEIXEIRA, 2012, p. 100)

Considerando os estudos atuais de morfologia urbana e, de acordo com a definição de Magnoli (1982), podemos associar os pátios ao conceito de "espaço livre" que engloba todas as áreas não ocupadas por estruturas construídas, incluindo espaços abertos ao redor das edificações aos quais as pessoas têm acesso, como áreas de solo, água e luz. Adros, pátios, terreiros, são assim espaços livres que se diferenciam por sua forma, na presença ou ausência de construções delimitadoras, como tetos ou paredes, e na presença ou ausência de formas tridimensionais. São esses espaços vazios que, teoricamente, deveriam permitir uma circulação ampla e desimpedida de pessoas e, por isso são definidos como espaços livres públicos que incluem não apenas ruas, calçadas, praças e parques, mas também qualquer área desprovida de construções que permitam a interação e a mobilidade das pessoas (MACEDO et. al., 2018).

Acrescenta Habermas que os espaços livres são fruto da necessidade de expressão e exercício da cidadania que qualifica a forma urbana e propicia "o encontro público, as trocas culturais e comunicacionais" (HABERMAS, 1981, Apud. MACEDO et. al., 2012), tendo em vista que:

A forma urbana se constitui, enquanto sistema, pela somatória e relação entre os espaços livres e edificados, públicos e privados, legais e ilegais, acolhedores ou excludentes. É produto social e, ao mesmo tempo, condição para o processo social (LEFÈBVRE, 1974, Apud. MACEDO et. al., 2012).

Nas cidades brasileiras do período colonial a forma urbana, enquanto produto e processo social tiveram no poder da Igreja Católica um fator importante de construção e desenvolvimento. Ela esteve presente na fundação da cidade de Salvador, por exemplo, considerada um "centro espiritual, como sede do bispado primeiro do Brasil, criado em 1551" (LUCAS, 2013, p.10).

Nesta perspectiva, explora-se a em que medida a legislação eclesiástica, em grande parte, influenciou a formação e utilização dos espaços de uso público nas cidades luso-brasileiras, por não haver normas específicas da Coroa Portuguesa que legislassem sobre o assunto. Diante disso, faz-se importante ter em vista as instruções promulgadas pela Igreja Católica, a partir do Concílio de Trento realizado entre 1545 e 1563.

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III com o objetivo de traçar rumos que assegurassem a unidade da Igreja Católica e a disciplina eclesiástica.

Ocorrido no contexto da Reforma da Igreja Católica, em reação à divisão religiosa que ocorria na Europa devido à Reforma Protestante, sendo assim reconhecido como o Concílio da Contra reforma.

Na realidade portuguesa, frente a grande aproximação entre os monarcas e o Vaticano, os preceitos deste concílio tiveram grande adesão, sendo Portugal “considerado pela historiografia um dos países pioneiros na recepção das diretrizes do Concílio de Trento” (ALVES, 2016, p. 01).

Segundo Pacheco (2017), um exemplar do cumprimento dos decretos e instrumentos de controle religioso vigorado pelo Concílio de Trento é a Igreja de Santo Antão (Figura 02), em Évora, reconstruída aos moldes desta contra reforma em 1557 por ordem do Cardeal D. Henrique.

Figura 02: Igreja de Santo Antão e Bebedouro D. Henrique.



Fonte: PACHECO, 2017.

Resultaram deste concílio numerosos decretos disciplinares, especificando as doutrinas católico-romanas quanto à sacramentos, tradição, hierarquia, liturgia,

culto, entre outros aspectos.⁵ Ditaram, também, normas sobre a construção, organização espacial e função dos equipamentos da Igreja Católica, as quais vieram a reverberar sobre o processo de construção e apropriação dos espaços urbanos. Tais normas foram sistematizadas por São Carlos Borromeu - sobrinho do Papa Pio IV - na obra intitulada *Instructiones Fabricae et Supellectilis Ecclesiasticae*⁶ publicadas em Milão, em 1577, contendo “indicações para a construção dos templos, bem como, o zelo pelos objetos eclesiásticos definidos nos mínimos detalhes” (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira voltada às construções sacras e a segunda referente às alfaías eclesiásticas (os objetos indispensáveis aos ministérios sacros). Ambas têm por objetivo assegurar o decoro às igrejas católicas e suas celebrações.

Uma vez que nos interessa tratar do objeto arquitetônico e sua relação com o espaço urbano, é sobre este aspecto que nos detemos. Em primeiro plano, Borromeu⁷ instrui acerca da escolha mais adequada para implantar os edifícios sagrados. Estes deveriam ser construídos afastados de “terrenos sujos, pantanosos, lamacentos ou sujeitos a inundações ou torrentes de água devem ser evitados, bem como áreas próximas a mercados, lojas, tabernas, oficinas, estábulos” ou outros locais com ruídos que impossibilitem as atividades divinas (LOEWEN, 2014, p. 53).

Borromeu determinava que, para edificar uma igreja, fosse escolhido um sítio mais apropriado, considerando que “se faça em um lugar algo mais elevado, afastado de toda classe de imundices”, tendo ainda a cautela de a manter “separada com um intervalo de alguns passos desde as paredes de outras casas”, de modo que apareça isolada, “semelhante a uma ilha” (BORROMEU, 1960. p. 4-6).

⁵“... o concílio procurou dar uma resposta a Reforma, antes de tudo no campo dogmático com os cânones específicos, sobre os sacramentos e a sua eficácia, o valor da fé e das obras em relação a justificação e a salvação eterna, a doutrina do purgatório, o valor da Sagrada Escritura e do magistério da tradição, o culto dos santos. No que se refere ao campo pastoral, a aplicação da legislação tridentina em todas as dioceses, desde as menores paróquias até os mosteiros e conventos” (PAGANO, 2014, Apud. OLIVEIRA, 2019, p. 17).

⁶ Instruções para tecidos e móveis eclesiásticos - Tradução livre.

⁷ Esta importante persona na história eclesiástica teve a formação de seu gosto artístico em Roma através de contato com homens de cultura (arquitetos e escultores) entre eles Tibaldi Pellegrino (OLIVEIRA, 2019).

Estas recomendações trazem à lembrança os tratados de Vitruvius, Pietro Cataneo e Palladio⁸. Da mesma forma, Alberti, no livro VII do *De Re Aedificatoria*, recomendou que “o lugar onde situares o templo, deve ser frequentado, afamado e, como dizem, altivo e isento de todo contágio das coisas profanas. Por este motivo terá em frente uma ampla e imponente praça, [...] de modo a poder ser contemplado nitidamente de onde se quiser” (ALBERTI, 2011, Apud. LOEWEN, 2014, p. 53).

Desse modo, os edifícios religiosos estariam intrinsecamente associados a um espaço amplo, destinado a acolher os fiéis. Estas instruções foram incorporadas, posteriormente, às constituições sinodais, codificadas no Brasil através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no ano de 1701.

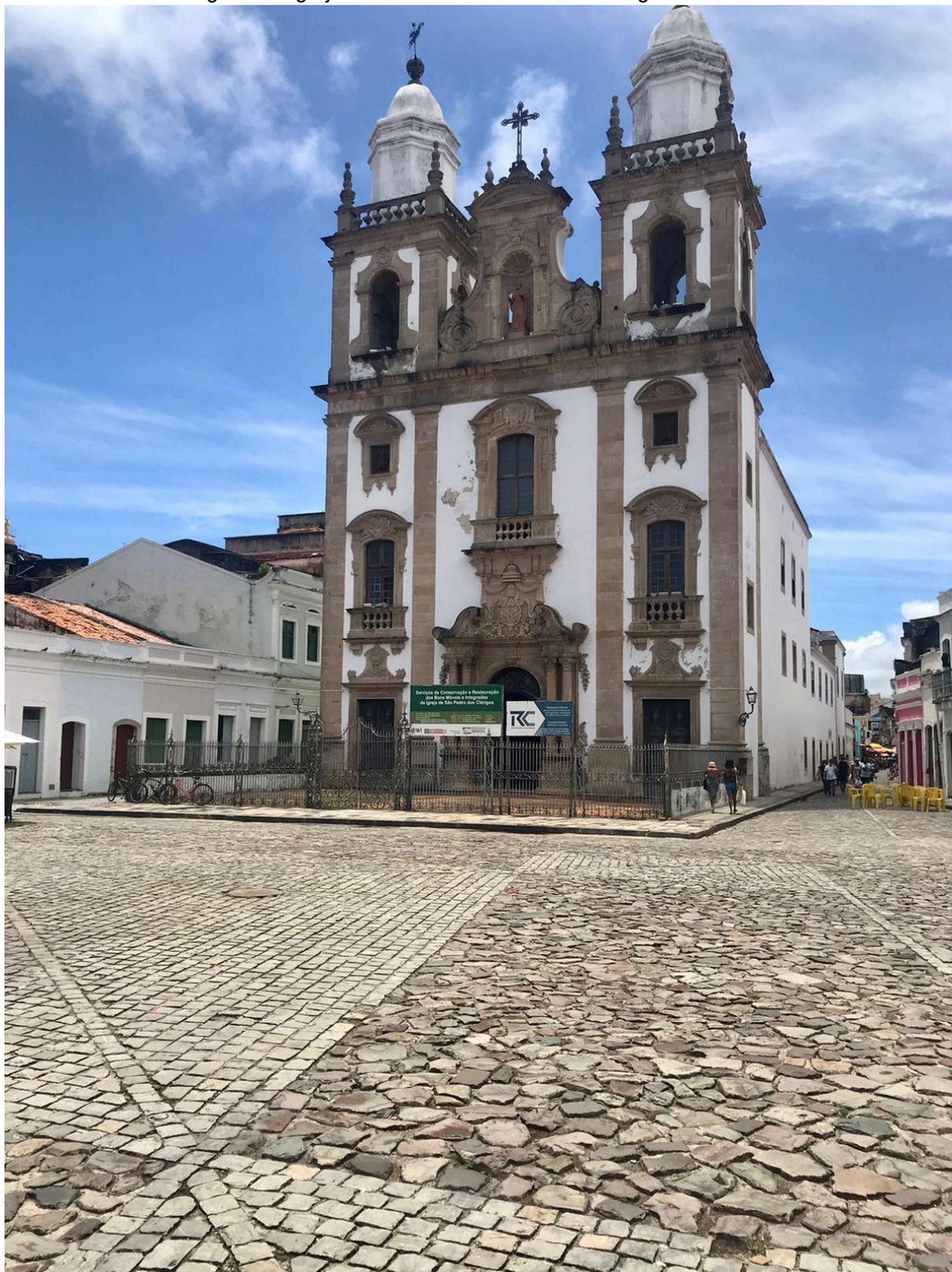
Trilhando as recomendações de Borromeu⁹, essas constituições recomendaram que as igrejas fossem implantadas em distância das outras edificações para “que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrer as festas” (VIDE, 2011). Daí resulta-se uma característica comumente encontrada nos edifícios religiosos do Brasil, sendo estes constantemente associados a largos, adros, terreiros ou pátios, como é o caso da Igreja Concatedral de São Pedro dos Clérigos do Recife (Figura 03).

Assim sendo, observamos que os pátios e largos são fruto da atuação da Igreja Católica enquanto agente de transformação do espaço, sobretudo nas vilas e cidades do Brasil colônia e, por sua vez, revelam a interligação entre as atividades cívico-religiosas expressas pelo tempo passado, seja pela morfologia própria do lugar, o processo histórico de formação e usos ou ainda pelo seu reconhecimento enquanto território.

⁸ Referência dessas tratadísticas arquitetônicas traduzidas e comentadas por Evelyn Carol Voelker em: BORROMEIO, Carlo. *Instruktionen fabricae et supellectillis ecclesiasticae*. Traduzido por Evelyn VOELKER. Book I and Book II. A translation with commentary and analysis. Disponível em <http://evelynvoelker.com/> - acesso em 22/07/2021.

⁹ Por tudo isso, essa publicação de Borromeu e sua reverberação nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, validam a igreja no sistema social incidindo nas artes, política e economia por pertencer ao contexto de “trocas simbólicas” almejando a “ordenação e superação dos conflitos vivenciados no período [...] o que ajudou a alterar não somente as estruturas físicas, mas as tradições e relações pessoais” (OLIVEIRA, 2019, p. 26).

Figura 03: Igreja e Pátio de São Pedro dos Clérigos do Recife.



Fonte: acervo do autor, 2021.

1.2. Os pátios e as irmandades religiosas na cidade do Recife

Ao observarmos a história da cidade do Recife, conferimos que o povoamento inicial se formou em torno da atividade portuária e também religiosa, alicerçada em um conjunto de igrejas e conventos que logo se estabeleceram ali.

Fundado em 1709 como uma vila portuária, o Recife desempenhou um papel crucial na história como um porto associado à cidade de Olinda, que abrigava uma aristocracia local. Com o apoio metropolitano, alcançou desenvolvimento e consolidou sua autonomia após 1711, quando a guerra dos mascates chegou ao fim. Nesse sentido, as primeiras décadas do século XVIII se caracterizaram pela estabilidade e crescimento político e econômico, impulsionados pelas atividades comerciais e portuárias crescentes.

Esta realidade da cidade, em meados do século XVIII, é vista sob a luz dos mapas elaborados por Diogo da Silveira Velloso, em 1739, nos quais as igrejas, seus pátios e largos compõem enquanto marcos edificadas da devoção cristã, com destaque para a porção sul da ilha Antônio Vaz, evidenciando-se uma série de construções visando a consolidação urbana da área, conforme apontado por Lira (2021):

Nas bordas de Santo Antônio, os primeiros traços de urbanização naquela direção emergem a partir da Igreja e do Convento do Carmo, concluídos em 1769; da capela de Santa Teresa, de 1710; ou da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sobre terras doadas à Irmandade dos Homens Pretos ainda em 1654, cuja construção começaria naquele mesmo ano de 1739. Paralelamente, o processo avançava em direção às Cinco Pontas, partindo da Igreja do Livramento, erigida pela Congregação dos Homens Pardos a partir de 1722; da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na antiga Rua das Águas Verdes, com risco de 1728; da velha Igreja e do Convento da Penha, demolidos no século XIX para dar lugar à atual igreja; da primitiva Igreja de Nossa Senhora do Terço, por volta de 1732; da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, dos pretos e pardos, finalizada em 1796 e demolida em 1971, quando da abertura da Avenida Dantas Barreto; e de alguns outros templos mais modestos, como a antiga capelinha de São José do Ribamar, datada ainda do final do século XVII e de posse da irmandade de artífices e pescadores da região, que daria nome ao bairro no século XIX (LIRA, 2021, p. 09).

O protagonismo observado nos atuais bairros de Santo Antônio e São José, junto ao bairro do Recife, seguindo os princípios de uma cidade colonial portuguesa, expressavam-se como a área mais importante da cidade. Logo, segundo Menezes (2022), a organização do território não se dá de forma orgânica, pois:

Numa visão de conjunto, a organização territorial não parece ter sido resultado de uma ocupação acidental e decorrente de crescimento não

previsto. Não deve ser fruto de nenhum trabalho de prancheta, isto é, de um estudo prévio, apesar de no Renascimento tal processo ter se instaurado, como ocorrera em 1639 [...] (MENEZES, 2022, p. 25).

A paisagem, outrora bucólica, começa a ser reformada pela iniciativa da Igreja Católica e com anuência da Coroa portuguesa, por intermédio das ordens monásticas e, posteriormente, das irmandades que também se propõem a instituir um poderio religioso no local, reafirmado pela construção de igrejas, conventos e escolas eclesiásticas.

As ordens terceiras, como a de Nossa Senhora do Carmo que surgiu em 1695, através da fundação do convento Carmelita, bem como a irmandade do Santíssimo Sacramento e a de São Francisco no mesmo ano, desempenharam o papel de reunir e congregar toda a elite da época. Essas, atraíam desde os ricos mascates e poderosos senhores de engenho, até os líderes e influentes homens da política pernambucana, formando assim um elo entre toda a classe aristocrática daquele período. Além disso:

Estas irmandades se faziam representar na paisagem urbana, através das igrejas edificadas pelos ricos senhores das ordens terceiras do Carmo e São Francisco, pelos comerciantes devotos do Santíssimo Sacramento, pelos clérigos da irmandade de São Pedro, ou pelos artífices reunidos sob a evocação de São José do Ribamar (MOURA FILHA, 2009, p. 361).

Desse modo, o agrupamento de semelhantes em condições econômicas, ofícios e posição social em irmandades, confrarias e ordens terceiras, se afirma como uma maneira de aproveitar um pouco do prestígio proposto pela religiosidade e principalmente em defesa dos problemas desse sistema colonial em comum ao qual lhes foram impostos, seja por questões raciais e ou financeiras; uma vez que:

O estabelecimento de irmandades religiosas no Recife, favorecido pela estreita relação entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa, contribuiu para a consolidação da sociedade que se assentava na vila, que se transformava e crescia. Apesar das dificuldades de obtenção de recursos financeiros e mão de obra adequada, os esforços das irmandades resultaram na construção de igrejas que posteriormente dominaram a dinâmica socioespacial e a paisagem urbana da vila, caracterizada por um conjunto homogêneo de casas e sobrados geminados, aglutinados em território escasso, cuja extensão foi paulatinamente expandida com aterros ao longo dos séculos. (VALADARES, 2022, p. 72).

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, formada em meados do século XVII, exemplifica um fenômeno social generalizado na sociedade da época. Ela procurou reestruturar a condição dos negros escravizados e livres, usando meios permitidos pela Igreja, como a compra de alforrias, para ascender

socialmente. Isso reflete o desejo por reconhecimento social e evidencia um caráter de resistência e liberdade entre pretos e pardos. Apesar de terem a mesma finalidade de demonstrar devoção e força através da grandiosidade de seus templos, as irmandades dos homens brancos eram elitistas. Além disso, esses grupos desempenharam uma função de assistência, atuando como instrumentos de ação social e assistencialista, “prestando aos seus membros serviços médicos, ajuda financeira, organizando orfanatos e abrigos para a população em geral.” (MOURA FILHA, 2009, p. 362).

Enquanto organização da classe trabalhadora, pontua-se a Irmandade de São José do Ribamar, em 1735, formado por pessoas de ofício voltados para a construção civil (marceneiros, carpinteiros e pedreiros por exemplo), tinham a pauta também de regular seus empenhos profissionais, uma vez que não se existiam conselhos das classes trabalhadoras.

Na classe média da sociedade da época, se encontravam em destaque as irmandades de Nossa Senhora do Terço instituída em 1726 (formada por comerciantes e artífices em sua maioria); a venerável irmandade de São Pedro dos Clérigos (fundada dia 26 junho de 1700) e a irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, iniciada em 1722, excluído os militares de artilharia que tinham devoção própria a São João Batista¹⁰. Além disso:

Outras irmandades foram sendo fundadas e se espalharam pela vila, inclusive em áreas que demandavam aterro, ou seja, periféricas à ocupação que se adensava. Um desses casos ocorreu com a irmandade dos militares, estabelecida no início do século XVIII (VALADARES, 2022, p. 73).

Entretanto, conforme já afirmado, seja por conquista e auxílio social ou por demonstração de opulência e poder; essas instituições tinham como propósito fundamental de através da arquitetura religiosa demarcar espacialmente sua presença na cidade, assim como todo seu apreço e devoção aos seus santos católicos (MOURA FILHA, 2009).

A concatedral de São Pedro dos clérigos¹¹ (Figura 4), foi sonhada e nutrida por uma irmandade de Clérigos, formada por homens brancos, que erigiram esse templo em

¹⁰ Conforme GUERRA, 1979 Apud MOURA FILHA, 2009, p. 363.

¹¹ A exemplo das frontarias de São Pedro dos Clérigos e da Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, que se consagraram no século XVIII como grandes obras emblemáticas de expressão barroca, adornando uma vila densa e austera.

devoção ao santo que detém as chaves das portas dos céus, segundo a fé católica. O local teve sua pedra fundamental firmada em 3 de maio de 1728 e por fim teve seu santuário sacralizado no ano de 1782.

Sua história iniciada pela devoção dos fiéis e consumada pela Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos (existente desde 1700) que, por sua vez, em 1719 adquiriu o lote da área de cultivo e das seis residências com o propósito de erigir uma igreja no local. Contudo, somente nove anos mais tarde, em 1728, é que se deu início efetivamente à construção; sendo finalizada entre 1781 e 1784. Por fim, “algumas dessas antigas casas foram mantidas à frente do templo e um novo casario foi organizado de modo a conformar um pátio” (IPHAN, 2010, p. 03) .

Figura 04: Vista aérea do pátio de São Pedro.



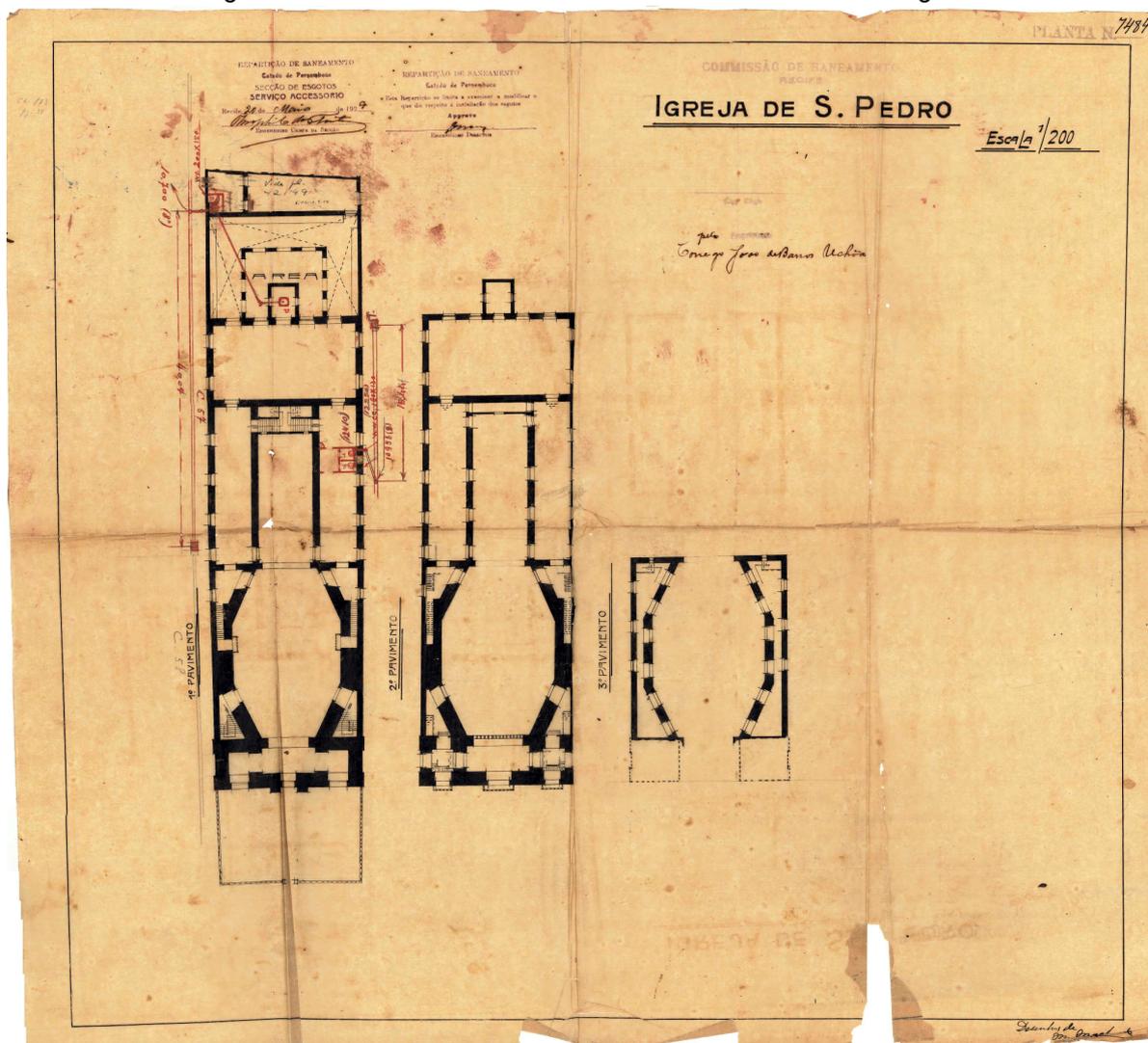
Fonte: Google Earth; editado pelo autor, 2023.

A configuração da sua planta (Figura 05) ficou a cargo do Manuel Ferreira Jácome, mestre-pedreiro, que mais tarde foi consagrado como arquiteto. Ele projetou uma única nave de formato octogonal, com influência do estilo maneirista, inserida dentro de uma estrutura retangular, de modo que a forma poligonal do interior não é visível externamente. A pedido da Irmandade, esse projeto foi submetido à análise e

recebeu aprovação dos engenheiros militares João Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso.

Citando Silva (2008), na ornamentação de seu interior, trabalharam proeminentes artistas da época: João de Deus Sepúlveda, responsável pela pintura em perspectiva ilusionista do forro da nave (1764-1768); Manuel de Jesus Pinto, encarregado da douração do mobiliário da igreja (1804-1815); Francisco Bezerra, autor dos dez painéis que retratam a vida de São Pedro e estão localizados na capela-mor. Além disso, o mestre entalhador José Gomes de Figueiredo executou o sacrário e a cadeiral do altar-mor, juntamente com todo o mobiliário da sacristia, a qual foi inaugurada em 1781.

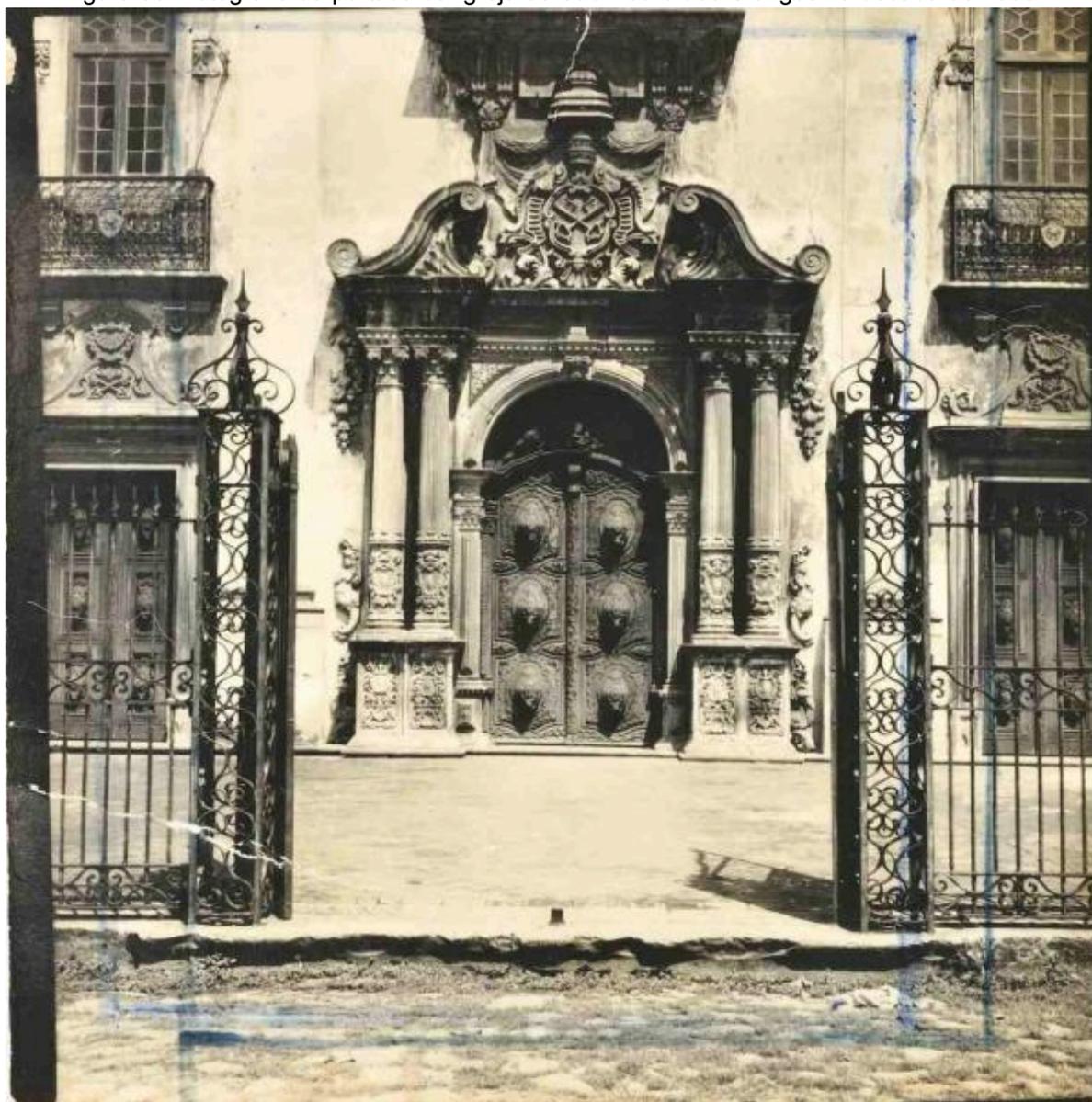
Figura 05: Planta baixa da concatedral de São Pedro dos Clérigos.



Fonte: Comissão de Saneamento do Recife, 1929.

A fachada principal exibe uma portada barroca monumental (Figura 06), ricamente esculpida em pedra, onde se destaca o escudo da irmandade, representado pelas chaves do apóstolo Pedro, ao centro. A portada se estende e se integra harmoniosamente à janela alta de arco abatido, conectando esses dois elementos com balaústres e detalhes ornamentais em pedra. Na seção correspondente às duas torres, observa-se as janelas do coro, também adornadas com balaústres e ornamentos em pedra¹².

Figura 06: Fotografia da portada da Igreja de São Pedro dos Clérigos na década de 1930.



Fonte: FUNDAJ, s/ data.

Em suma, teóricos especialistas, como Bazin (1983) e Smith (2012), celebram as igrejas barrocas do Recife do século XVIII como um conjunto unificado e distintivo.

¹² IPHAN, 2010.

Sua singularidade não se restringe apenas ao estilo, mas também à integração em uma paisagem urbana de caráter horizontal, uma característica incomum na época colonial brasileira. Nesse cenário, o Recife se destaca pela convivência marcante entre a genuinidade dos sobrados estreitos e a opulência das igrejas barrocas.

É válido ressaltar que ainda na primeira metade do século XIX, foi instituída a freguesia do Recife, sendo dividida entre as freguesias de Santo Antônio (ao norte) e a de São José (ao sul) da ilha. Elas foram marcadas por forte presença popular, artesanal e pequeno-burguesa, branca, preta e parda, masculina, feminina, livre e liberta. O padrão morfológico desses dois bairros, não se diferenciavam dos padrões originalmente pensados para área: lotes estreitos, ruas que por vezes se abriam em pátios, casas e sobrados geminados voltados ao comércio e residências (DUTRA; LIRA, 2021).

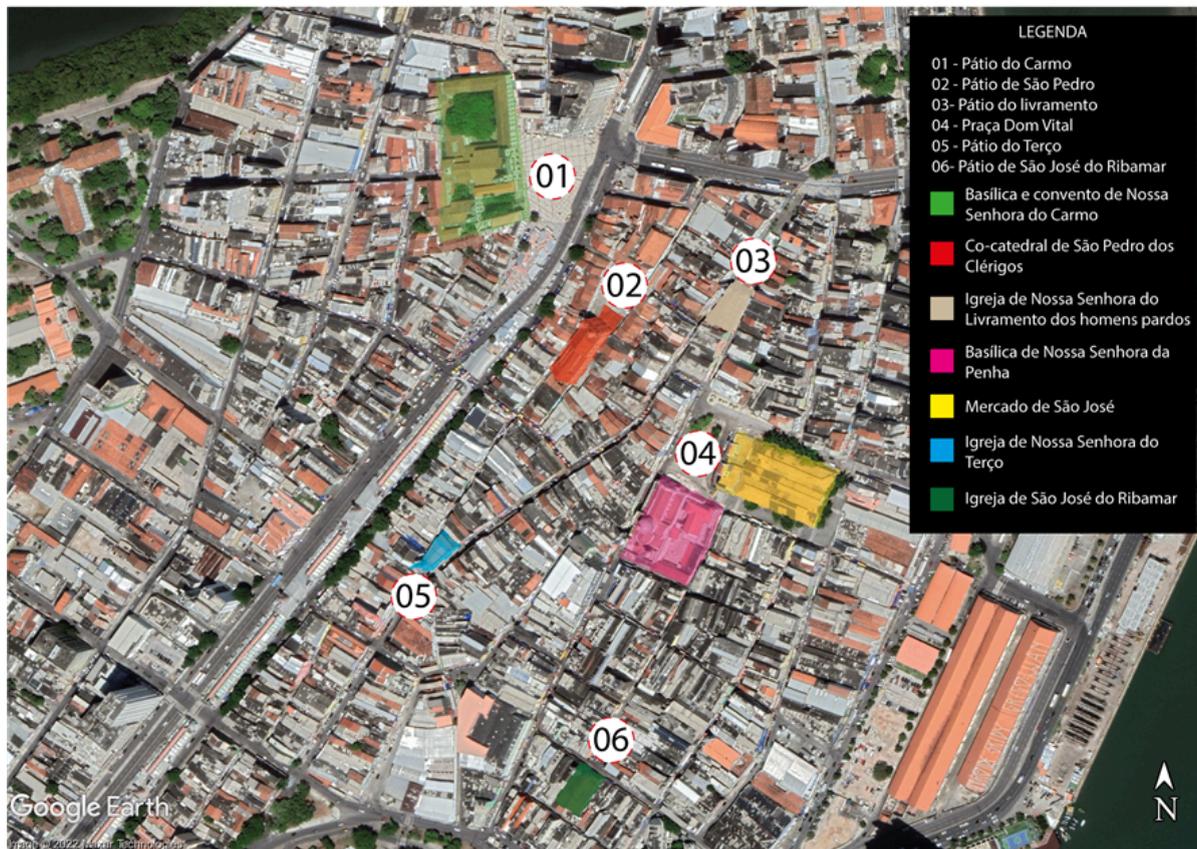
Portanto, as irmandades e confrarias, em uma competição para erguer os templos mais suntuosos, desempenharam um papel crucial na transformação do cenário urbano. Nesse denso emaranhado de sobrados, surgiram espaços religiosos imponentes, interligados por adros e pátios alterosos. Em consonância com outras cidades coloniais, a presença católica no Recife não apenas moldou, mas também definiu a estrutura da cidade. As igrejas não foram apenas lugares de devoção; tornaram-se representações arquitetônicas dominantes, influenciando não apenas o arruamento, mas também a própria paisagem da cidade. Assim, esses adros e pátios não apenas testemunham a fé, mas também contam a história da malha urbana, erguendo-se como testemunhas silenciosas da rica herança cultural que moldou o Recife que conhecemos hoje.

Essas estruturas fazem parte de um agrupamento de construções sacras (conforme demarcado na Figura 07) distribuídas em uma área onde ainda carecia de terreno sólido. Elas testemunharam o elevado status e influência das irmandades, bem como a significância das ordens religiosas na sociedade, gerando assim, um impacto considerável no processo de construção e configuração urbana do Recife.

É oportuno, também, reafirmar que os pátios, para além do contexto religioso, conferem às igrejas uma aura de grandiosidade e solenidade, fazendo com que elas dominem a paisagem local como um ponto focal na perspectiva do espaço. Além de servirem como locais de trânsito e interação, os pátios também eram espaços de

expressão cultural e pausa na trama urbana. Essas áreas, eminentemente destinadas à socialização, desempenharam um papel fundamental ao realçar essa influência da presença religiosa na vida cotidiana da sociedade.

Figura 07: Mapa dos pátios do Recife.



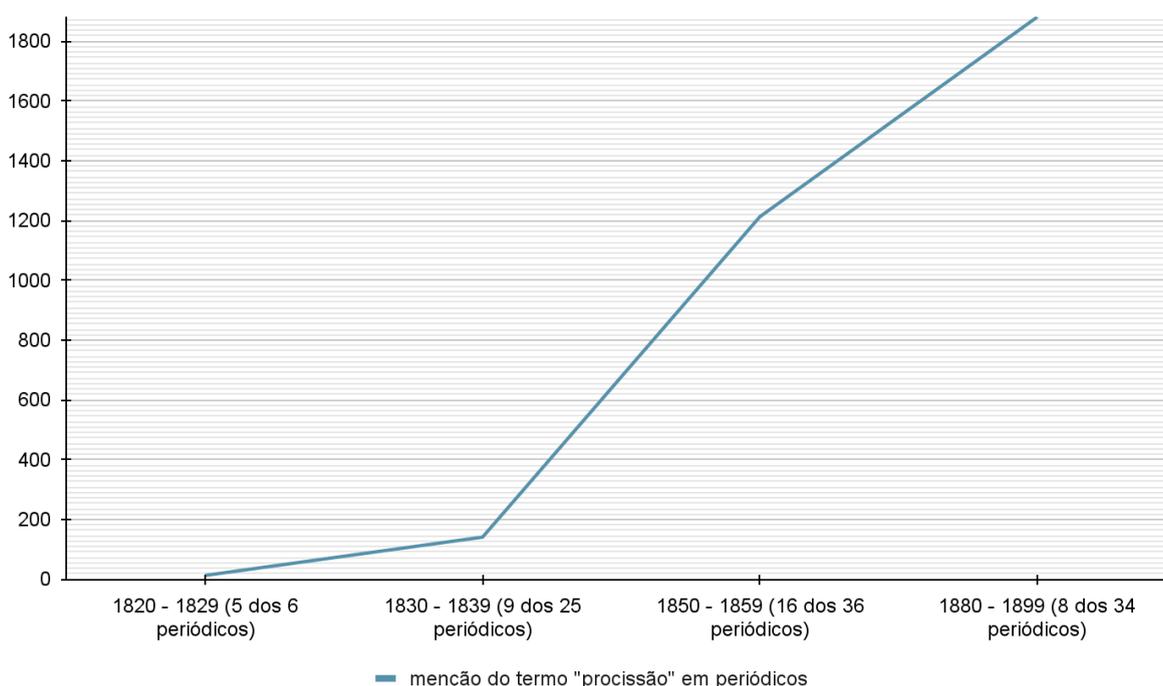
Fonte: Google Earth, Editado pelo autor, 2022.

As procissões dos santos reafirmam a preponderância alicerçada pelas igrejas no seio recifense. Esses festejos sagrados tomam as ruas nos dias santos ou em celebração de acontecimentos cristãos memoráveis, a exemplo da páscoa e do natal; passaram a gradativamente dividir o espaço público com outras manifestações culturais.

No Recife, assim como nas demais capitais brasileiras, conferia-se às procissões católicas o objetivo teológico de anunciar o evangelho do Cristo para além da congregação, sendo uma prática que remete a uma premissa bíblica seguida pela Igreja desde sua fundação. As irmandades, confrarias e ordens terceiras que realizam as missas e cortejos aos seus santos de devoção, nesses momentos, se unem numa grande celebração ao divino pelas ruas da cidade.

Esses acontecimentos são vastamente noticiados pelos jornais do século XIX, que além de convocar os fiéis para a festividade, expunha a data e horário (por vezes o itinerário) da procissão. O Gráfico 01 resume uma pesquisa realizada na Hemeroteca Digital Brasileira (Banco Nacional Digital) referente ao termo “procissão”, em periódicos pernambucanos, no período entre 1820 e 1899. A crescente linha do gráfico nos revela um total de 1.881 menções no recorte temporal abordado.

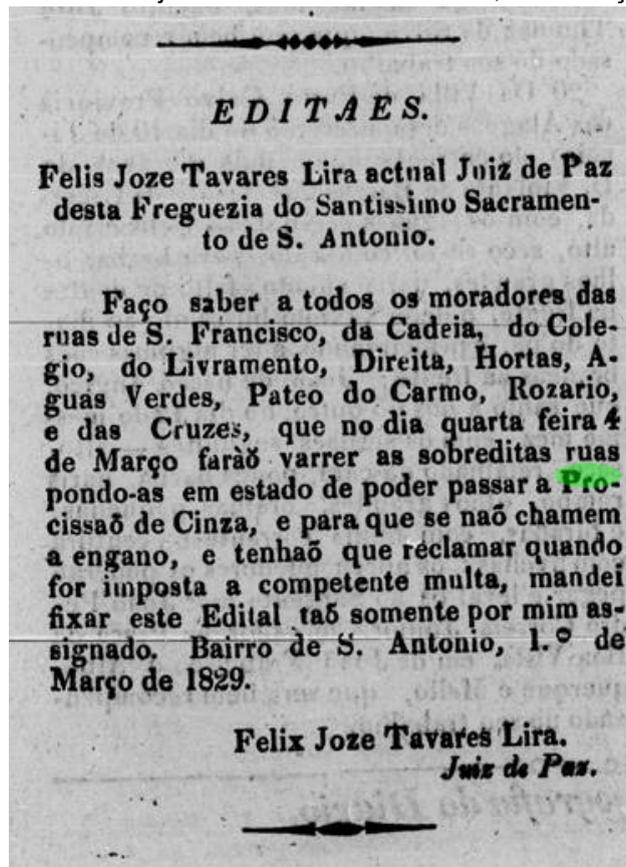
Gráfico 01: Curva de crescimento no emprego do termo “procissão” em periódicos pernambucanos entre 1820 e 1899.



Fonte: O autor, 2023.

Entre 1820 e 1829 (exemplo mostrado na Figura 08) as vagas referências ao termo “procissão” nos textos dos jornais vigentes em Pernambuco se dirigem as poucas atividades publicadas nesses periódicos relacionadas às igrejas e irmandades da localidade; dentre outras informações, os principais pontos abordados se dirige a população que reside nas ruas onde passará a procissão tendo como recomendação a limpeza e ornamentação das mesmas para receber “com cuidado e anseio” a festividade da fé cristã.

Figura 08: Recorte do jornal diário de Pernambuco, 1 de março de 1829.



FONTE: Hemeroteca do Banco Nacional Digital

Os cortejos, que sobrepunham as marcas eclesiásticas, político-administrativas da freguesia, era evidenciado nas procissões e retratados nos periódicos uma vez que sua demarcação no espaço, enquanto território, era repleta de disputas e bairrismo; como elencado nos Anais Pernambucanos, volumes 5 e 6, publicados pelo arquivo público estadual:

No percurso simbólico realizado pelas procissões, atuava o espírito competitivo da população. No interior das freguesias, lavravam atritos entre as irmandades, por interesses e sentimentos partidários de padres, vigários, membros das irmandades ou simplesmente o orgulho localista dos moradores. Numa medida difícil de mensurar, mas inegável, entrava, nesse investimento concentrado sobre as procissões, uma mescla de piedade religiosa, espírito festivo e orgulho localista. Às vezes, chegavam a ser transferidas para elas rixas surgidas entre populações, como sucedeu durante o conflito dos Mascates, entre Recife e Olinda, em que a contenda entre as elites das duas localidades alcançou as respectivas ordens terceiras do Recife e de Olinda, em disputa acerca da precedência na promoção da procissão de Cinzas (ANAIIS PERNAMBUCANOS, v. 5, p. 309-311 Apud ARRAIS, 2002, p. 183).

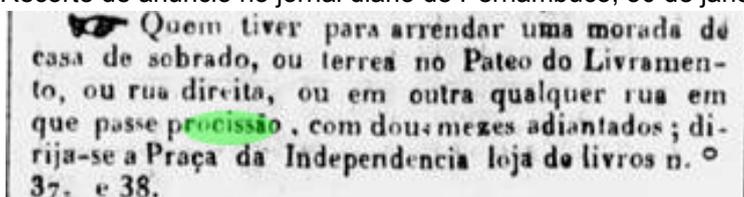
Em contrapartida, no período entre 1850 e 1859 observa-se uma relevante frequência nessas notificações à população pelos meios jornalísticos. Como destaque lê-se, além das recomendações feitas às pessoas de enfeitas suas

fachadas nos dias de cortejo, a presença de uma parte do jornal dedicado aos anúncios da igreja católica, seja pelo clero regular ou secular, com programações dos próximos eventos a serem realizados no contexto semanal. A publicação do horário, local de partida, chegada e o itinerário passa a ser mais recorrente e é destacado pelas irmandades que promovem cada procissão. Ademais:

Os moradores das proximidades se esforçavam por intervir nesse itinerário, para fazer passar a procissão em suas ruas, inclusive porque ela atraía rendas com o aluguel das janelas de sobrados. Um anúncio de jornal fazia constar que "Deseja-se alugar uma casa, para pequena *família*, no Bairro de Santo Antônio e que seja em rua onde passem as procissões da Quaresma, dando-se *de aluguer* até 12\$000". Nos dias de procissão, o aspecto da rua era alterado na sua placidez cotidiana. A cidade recebia grandes levas de pessoas, dos arrabaldes e das vilas próximas, ansiosas para assistir a essas grandes festividades religiosas [...] A imponência da matriz e a grandiosidade da procissão que dela saía irradiavam para as ruas das freguesias por onde o cortejo passava (ARRAIS, 2002, P.183).

Acentua-se ainda que é retratado em alguns dos periódicos (coluna de compra, aluguel e venda) o crescente interesse de aquisição de imóveis pelas ruas onde passam as procissões e cortejos dos santos nos bairros de Santo Antônio e São José, conforme Figura 09. Este fato certamente contribuiu na época para uma valorização imobiliária nesta área.

Figura 09: Recorte de anúncio no jornal diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1836.



Fonte: Hemeroteca do Banco Nacional Digital.

A variedade das procissões, conforme seu propósito, é evidenciada nas publicações se diferenciando, inicialmente, em três tipos principais: as procissões sacramentadas, a procissão de transladação e a procissão de penitência. A primeira se refere às atividades anuais da igreja e seus fundamentos na fé Cristã; celebrando assim a quaresma, páscoa, advento do natal, além das festividades de cada santo de devoção (variando conforme a irmandade e a igreja erigida em sua homenagem). Nesse contexto, a procissão do enterro do Senhor ganha destaque nos jornais por ser um dos eventos mais marcantes das comemorações da semana santa católica, por simbolizar o cortejo e sepultamento do Cristo; conforme destacado por Arrais (2002):

Durante a Quaresma, multiplicavam-se as procissões no silêncio da cidade. Proibia-se o tráfego de veículos na Quinta e na Sexta-feira, os pianos emudeciam, vapores e trens deixavam de acionar seus apitos. As procissões que pontuavam nesses dias eram a de Cinzas, promovida pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis, seguida da dos martírios, do Senhor Atado, do Bom Jesus das Chagas, do Encontro, do Triunfo, dos Passos, do Enterro e da Ressurreição. A procissão do Senhor dos Passos saía da Madre de Deus na Quinta-feira de Quaresma e terminava no Corpo Santo. Entre 1789 e 1855, saía, nas noites de Quinta-feira santa, a procissão dos Fogaréus, promovida pela irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, encenando o percurso do Jesus prisioneiro levado a julgamento. Depois, um "bando de homens armados de paus e archotes, guiados por Judas entram com todas as igrejas onde houvesse o Santo Sepulcro e delas se retiram rapidamente", sucedendo-se aí, "farsa, bebedeiras, desatinos, afoitezas". A partir dos templos, a cidade se transformava num grande palco dessa teatralização da prisão de Jesus no Horto das Oliveiras (ARRAIS, 2002, p. 178 e 179).

A procissão de transladação se refere às transferências de local das santas imagens em cortejo religioso pelas ruas, iniciado pela missa solene e acompanhado pelas rezas e cânticos religiosos dos fiéis que acompanham a festividade.

Por último, a procissão de penitência referenciada nesse mesmo período em alguns periódicos acentuando que "o silêncio, a religião, e a resignação que se manifestava em todas as physionomias, dava a este acto religioso um aspecto majestoso" (Diário de Pernambuco, 25 de fevereiro de 1850). Essa procissão visa chamar a vista do divino as situações vividas pelos fiéis e são acompanhadas de vigílias, jejuns e muitos cânticos que remetem a expiação dos pecados cometidos.

No período final do século XIX (entre 1880 e 1899) as procissões retratadas nos noticiários continuam a acontecer com grande festa de brilhantismo e pompa também para além dos bairros tradicionais do Recife (Santo Antônio e São José), como Casa Amarela, Várzea e Vitória de Santo Antão. Um fato que merece destaque nesses últimos anos do século é a implementação dos fogos de artifício que marcam o fim da festividade, além do crescimento da notificação nos periódicos as procissões dos devotos católicos pretos e pardos (Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte). Outro fator interessante a se apresentar é a presença das procissões cívicas noticiadas pelo governo municipal e estadual nos periódicos, que por sua vez marca o acontecimento histórico da abolição da escravidão através da publicação da Lei Áurea sancionada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888.

Assim como as irmandades, muitas dessas históricas procissões sucumbiram ao tempo e não sobreviveram aos dias de hoje. De modo geral esses grupos sem formação religiosa formal (leigos) unidos pela fé e caridade, se dissiparam, segundo o antropólogo Frei Tito, pois “elas representam um catolicismo que deixou de existir” (LOURENÇO, 2016).

As novas formas de congregar impostas pelo processo de urbanização vivenciado pelo Recife no início do século XX reafirma esse fato, uma vez que o movimento de parada das ruas e avenidas em dias de festejos desagradam a muitos; pois:

A procissão arregimentava as pessoas, parava o trânsito. Hoje você está na rua com a procissão e ao lado os carros passando. O carro de som cantando, fazendo a pregação, e a buzina fazendo seu curso. Os motoristas ficam irritados e colocam a buzina para cima (LOURENÇO, 2016).

Apesar dos infortúnios e desmotivações, algumas dessas manifestações religiosas seculares ainda sobrevivem ao tempo à exemplo da Via-Sacra, realizada durante a semana santa, que retrata os 14 últimos acontecimentos da Paixão de Cristo, desde sua condenação até a sua ressurreição, sendo este o principal período do ano litúrgico da fé católica. As paradas que marcam cada ato, são pontuadas pelo sermão afinado com as questões sociais atuais, como as drogas e o desemprego, regada por cânticos e devoções em todo seu percurso.

O cortejo passa por importantes pontos históricos da cidade, sob o sol fervoroso recifense, terços e uma grande cruz em madeira revezada entre os fiéis até o final do trajeto. Tendo início às 8:30 da manhã, o percurso se inicia no pátio de São Pedro, seguindo ao pátio do Carmo, Camboa do Carmo, Frei Caneca, Rua da Concórdia, Rua Nova, Praça da Independência, Rua Rosário dos Pretos, Rua Duque de Caxias e Pátio do Livramento. O final da caminhada é previsto para às 11:30 da manhã com a realização da missa de encerramento na Basílica de Nossa Senhora do Carmo, no bairro de Santo Antônio, pelo Arcebispo de Olinda e Recife.

De modo semelhante acontecem outras expressões de devotos aos santos católicos que interligam ruas, avenidas, pátios e igrejas de Santo Antônio e São José. Através das tradicionais procissões pascoaes, juninas e natalinas; os bairros se enchem de regozijo e fé com a presença dessas caminhadas que mantêm vivas as tradições da igreja católica no Recife.

Independente das diversas configurações espaciais e das várias ordens instituídas pela igreja católica, os pátios e largos se configuram enquanto um espaço público de encontro social, palco de manifestações culturais e são aliados do comércio no local¹³.

Os pátios no Recife denotam uma variedade de dimensões e traçados (de geometria irregular e por vezes “tortuosa”), tem-se a igreja como destaque devido a sua escala e implantação em relação à seu entorno. Esses pátios caracterizam-se por serem delineados por casas ou sobrados enfileirados em seu contorno formal, geralmente geminados e sem recuos frontais, constituindo assim uma leitura homogênea daquele espaço enquanto um conjunto construído.

Esses espaços testemunham a história da fundação e ocupação da ilha Antônio Vaz (nos bairros de São José e Santo Antônio), planejados pelas ordens e irmandades católicas, desde sua gênese, sob a conquista de terras secas próximos aos corpos d'água, onde nasceu a cidade do Recife, e sobretudo contribuem para a preservação da memória e da identidade do lugar.

Por tudo isso, os pátios são verdadeiros tesouros históricos que desempenham um papel crucial na constituição histórica e cultural da cidade do Recife; pois, ao longo dos séculos, esses espaços sagrados não apenas serviram como locais de devoção religiosa, mas também funcionaram como centros de atividades sociais e culturais para a comunidade local. A preservação desses pátios, para além da representação estética, conserva a herança arquitetônica e histórica da cidade, além de manter viva a rica tapeçaria cultural que define o Recife, conectando as gerações passadas, presentes e futuras através das tradições compartilhadas e da devoção religiosa e cultural marcada em seu tecido urbano.

¹³ “Paul Zucker, em sua obra *Town and Square*, de 1959, classifica as praças em categorias que, em suma, seriam mercado, entrada da cidade, centro da cidade, átrios de igrejas ou agrupadas.” In: LEITE, 1998. Apud BARROS, 2005, p. 41.

1.3. Os valores do pátio de São Pedro segundo a visão do IPHAN

Visando compreender melhor a questão aqui tratada, ou seja, os valores apontados pelo IPHAN para conferir o tombamento da igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos, considera-se importante situar tal juízo de valor e deliberação da instituição no tempo e contexto em que ocorreram. Observando o objetivo proposto para a presente investigação, a indagação é: que valores eram predominantes no contexto nacional e institucional do IPHAN, em 1938, quando ocorreu o primeiro tombamento da igreja? Qual era o conceito de monumento que se tinha naquela época? Quando da revisão deste tombamento, entre as décadas de 1960 e 1980, o que havia mudado na postura do IPHAN quanto ao reconhecimento dos conjuntos urbanos de valor patrimonial? Por fim, identificados estes valores em uma perspectiva histórica, se torna possível entender quais destes permanecem, hoje, sustentando a preservação da igreja e pátio de São Pedro e, que outros valores podem ter sido revisitados ou agregados para atualizar o entendimento deste conjunto como um patrimônio da cidade do Recife. Esta é a inquietação que será retomada ao final do presente trabalho, após analisar os subsídios obtidos nos próximos capítulos.

A trajetória do IPHAN, sendo um assunto já trabalhado por diversos autores¹⁴, será aqui revista de forma pontual, com o objetivo apenas de situar o processo de tombamento em foco, observando em particular as décadas entre 1930 e 1980.

Criado no ano de 1937, o atual IPHAN (na época denominado SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a princípio, pautou suas ações pelo conceito de patrimônio contido no Decreto-lei 25/37, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O Artigo 1º deste decreto assim definia o que seria alvo dessa proteção:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

¹⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005. SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. 1980.

Como já apontado por Fonseca (2005), entre outros autores, o caráter de memorável e excepcional atribuído aos bens passíveis de integrar o patrimônio nacional, aliado aos predominantes valores de história e de arte, delimitou um universo de obras tombadas constituído pelo que julgavam melhor representar a identidade nacional. Soma-se a isso a construção de um ideário de nacionalidade que recortou o período colonial como tempo da produção do que havia de mais autêntico da arte brasileira.

Sendo esta a orientação adotada pelo IPHAN nas primeiras décadas de sua atuação, resultou que a instituição moldou um acervo de bens tombados onde predominava a arquitetura mais significativa do período colonial, ou seja, edifícios de função religiosa, em grande parte, ao lado de outros de função militar e oficial que representavam as instituições dominantes na colônia: a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa. Neste contexto se formou o que diversos autores denominaram como “o patrimônio de pedra e cal” do Brasil (Fonseca, 2005; Sant’Anna 2014).

Inserir a igreja de São Pedro dos Clérigos no acervo de edifícios que expressou este conceito de patrimônio foi, certamente, uma ação quase óbvia, perante o valor histórico e artístico do bem, sobre o qual está referido em documento emitido pelo IPHAN como “uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras”, tendo sido executada conforme o risco do “Mestre Pedreiro e Arquiteto” Manuel Ferreira Jácome (DPHAN, 1938, p. 15). Cabe atentar que este processo de tombamento foi encaminhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do IPHAN durante os trinta primeiros anos da instituição, definindo aquela que foi denominada pelos estudiosos da matéria como a “fase heróica”.

Nesta fase inicial (1937-1967), reconhecida por “heróica”, o órgão encarregado de proteger o patrimônio nacional concentrou seus esforços em evitar que construções civis e religiosas, muitas das quais se encontravam em estado de semi abandono ou subutilização, colapsassem e desaparecessem devido à negligência. Paralelamente a isso, uma série de ações permanentes foram empreendidas para sensibilizar a população sobre o valor e a importância do patrimônio arquitetônico representado pelos edifícios mais significativos e pelos objetos móveis contidos neles. Essas iniciativas incluíram a publicação de materiais técnicos, divulgação em mídia,

estabelecimento de museus regionais, organização de exposições etc. (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

É válido ressaltar que a rápida urbanização observada no Brasil no início do século XX, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais tarde em outras capitais estaduais, resultou na destruição de uma parte significativa do patrimônio cultural dessas cidades, antes mesmo da criação do IPHAN. No entanto, em meio a tais transformações urbanas, diversos conjuntos urbanos permanecem relativamente inalterados por razões diversas, a exemplo do pátio de São Pedro.

Diante disso, ocorre que devido à urgência causada pela ausência de uma legislação de proteção do patrimônio no Brasil, pelo tempo perdido e negligência, a instituição, durante os primeiros anos de sua existência, teve que intensificar seus esforços para cumprir a missão que havia se proposto a realizar; conforme exposto pelo Diretor regional do IPHAN, o arquiteto Luís Saia:

[...] Tão grande foi esse trabalho e tão pouca era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao Sphan e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível:

a) inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira;

b) socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo;

c) introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas conseqüências, especialmente aquelas que representavam um gravame caindo sobre a propriedade privada.

A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao Sphan municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio da arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc. (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1980, Pág. 17-18)

Foi neste contexto que a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi inscrita sob o nº 187, no Livro das Belas Artes, em 20 de julho de 1938, ficando em segundo plano o pátio que não foi contemplado com a mesma proteção.

Portanto, o tombamento inicial da Igreja de São Pedro, foi definido “a partir do acervo de construções de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia” seguindo a ideologia que esteve na base da criação do IPHAN (KÖHLER, 2010, p. 4). No

entanto, sabe-se que este conceito de patrimônio, firmado no período do estado novo (1937 - 1945), não considerava a diversidade cultural existente no Brasil, seja em seus processos históricos ou pela constituição das cidades brasileiras enquanto construção plural, colocando a margem legados de diversas camadas da sociedade brasileira e suas respectivas manifestações culturais.

Em 1966, este tombamento volta a ser alvo da atenção do IPHAN através de uma “Proposta de extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja até os de nº 63 e 146”.

Nos documentos institucionais que tratam da matéria, o arquiteto Augusto da Silva Telles¹⁵, então inserido no quadro de profissionais do IPHAN, mostrou sua preocupação com as descaracterizações dos imóveis situados no pátio, dizendo serem:

Casas térreas e assobradadas, de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos deformantes que, no entretanto, não chegaram a intervir nos seus volumes edificados, e no ritmo dos vãos de janelas e portas (DPHAN, 1938, p. 16).

Ele ainda apontou fatos positivos e negativos para conservação do conjunto urbano do Pátio de São Pedro, assim relatados:

O projeto de urbanização aprovado há pouco mais de um ano pela Prefeitura Municipal do Recife (...) estabeleceu para êste logradouro o gabarito de 1 e 2 pavimentos. Resolvendo esta medida o problema da escala e da visibilidade do monumento, não resolveria o da **ambiência**, pois que com a ocorrência de reformas de frontarias e coberturas das várias edificações, visando modernizá-las, perder-se-ia, por completo, a harmonia ainda existente, e que urge tudo se fazer por preservar.

Além disto, dada a proximidade dêste conjunto com o prolongamento da Av. Dantas Barreto, obra em execução no momento, haverá no local, dentro de pouco tempo, forte pressão imobiliária, que poderá comprometer as restrições conseguidas no plano de gabaritos referido, aprovado pela Administração Municipal (DPHAN, 1938, p. 16. grifo nosso).

Neste relato o termo “ambiência” demonstra uma primeira mudança de postura em relação à conservação dos conjuntos urbanos, o que pode ser associado à definição de “monumento histórico” contida na Carta de Veneza, de 1964, que reconhece o

¹⁵ Esta proposta de revisão do tombamento envolveu nomes relevantes da arquitetura nacional da época, profissionais que foram, ao mesmo tempo, reconhecidos estudiosos da arte brasileira, como Augusto da Silva Telles, Lúcio Costa, José Luis Mota Menezes, Paulo Tedim Barreto e Paulo Ferreira Santos.

valor não só das grandes criações, mas também das “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964). Este discurso fundamenta o conceito de “ambiência” assim tratado na Recomendação de Nairobi, de 1976

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por **laços sociais, econômicos ou culturais** (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976. grifo nosso).

Por fim, a proposta de extensão do tombamento foi acatada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, havendo o relator do processo, o arquiteto Paulo Ferreira Santos¹⁶, definido a “inscrição nos Livros do Tombo das Belas Artes e no Histórico, como extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, até as casas de números 63 e 146.” Este casario, de pequeno porte, era visto como a “moldura” que valoriza a “nobre e alta frontaria” do templo. Portanto, o pátio foi tombado, no Livro Histórico, sob a justificativa de que a igreja - tombada no Livro das Belas Artes, “tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro” (DPHAN, 1938, p. 15). Arte, excepcionalidade e história continuavam sendo os valores que balizavam as decisões do IPHAN até então.

Assim, o conselho consultivo do IPHAN, por unanimidade, deliberou sobre o tombamento do pátio, em 7 de junho de 1968. Os estudos que fundamentaram o tombamento apontaram intervenções reparativas no conjunto objetivando devolver as feições primitivas do pátio, a exemplo da sugestão do arquiteto Lúcio Costa em retirar as platibandas dos telhados e retomar o uso dos beirais. Sobre isso tratou o arquiteto Paulo Thedim Barreto¹⁷:

¹⁶ A convite de Rodrigo de Melo Franco, então diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o professor tornou-se membro do Conselho Consultivo da instituição em 1955, permanecendo vinculado até 1981. Além dessa colaboração, desempenhou um papel crucial na elaboração de pareceres e estudos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro (THOMPSON, 2010).

¹⁷ Foi o arquiteto chefe da Seção de Arte nesse primeiro período do órgão, uma vez que estabeleceu-se um conjunto de diretrizes internas que resultaram na ocupação dos cargos técnicos, por representantes intelectuais associados ao movimento modernista, em sua maioria, e recebiam remuneração por um período determinado para realizar pesquisas e inventários em diversas regiões do Brasil. Colaboradores notáveis incluíam Lucio Costa, Alcides Rocha Miranda, Gilberto Freyre, Oscar Niemeyer e Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho (THOMPSON, 2010).

É de toda conveniência preservar-se o Pátio de São Pedro, onde a igreja deverá continuar a surgir de surpresa, para garantia de sua aparente monumentalidade. E tombá-lo com o conjunto arquitetônico subsistente torna-se necessário, pois, como assegura o arquiteto Silva Telles, é o meio de conservar a ambiência, já prejudicada em parte por interferência mal havidas, mas de fácil recuperação (DPHAN, 1938, Pág. 18).

Concluindo a leitura deste processo de tombamento, parece evidente que o Pátio de São Pedro foi tratado apenas como uma moldura que assegurava a monumentalidade da igreja, não sendo compreendido como um espaço urbano que abrigava manifestações culturais relevantes, desde a sua origem, fossem estas de cunho religioso ou, progressivamente, profano. Portanto, o valor social e cultural deste lugar não foi absorvido até o final da década de 1960.

Entre os anos de 1984 e 1985, o IPHAN abriu novo processo de “rerratificação de tombamento; Igreja de São Pedro dos Clérigos e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, Recife/PE”. Este se inseriu em uma proposta mais ampla de definição dos “entornos para os monumentos tombados na cidade de Recife” havendo a revisão de alguns tombamentos anteriores e delimitação de poligonal para “melhor resguardar a integridade do monumento”. No caso do Pátio de São Pedro, foi discutida a área e imóveis a serem considerados relevantes e delimitada a poligonal como indicado na Figura 10 (DPHAN, 1985).

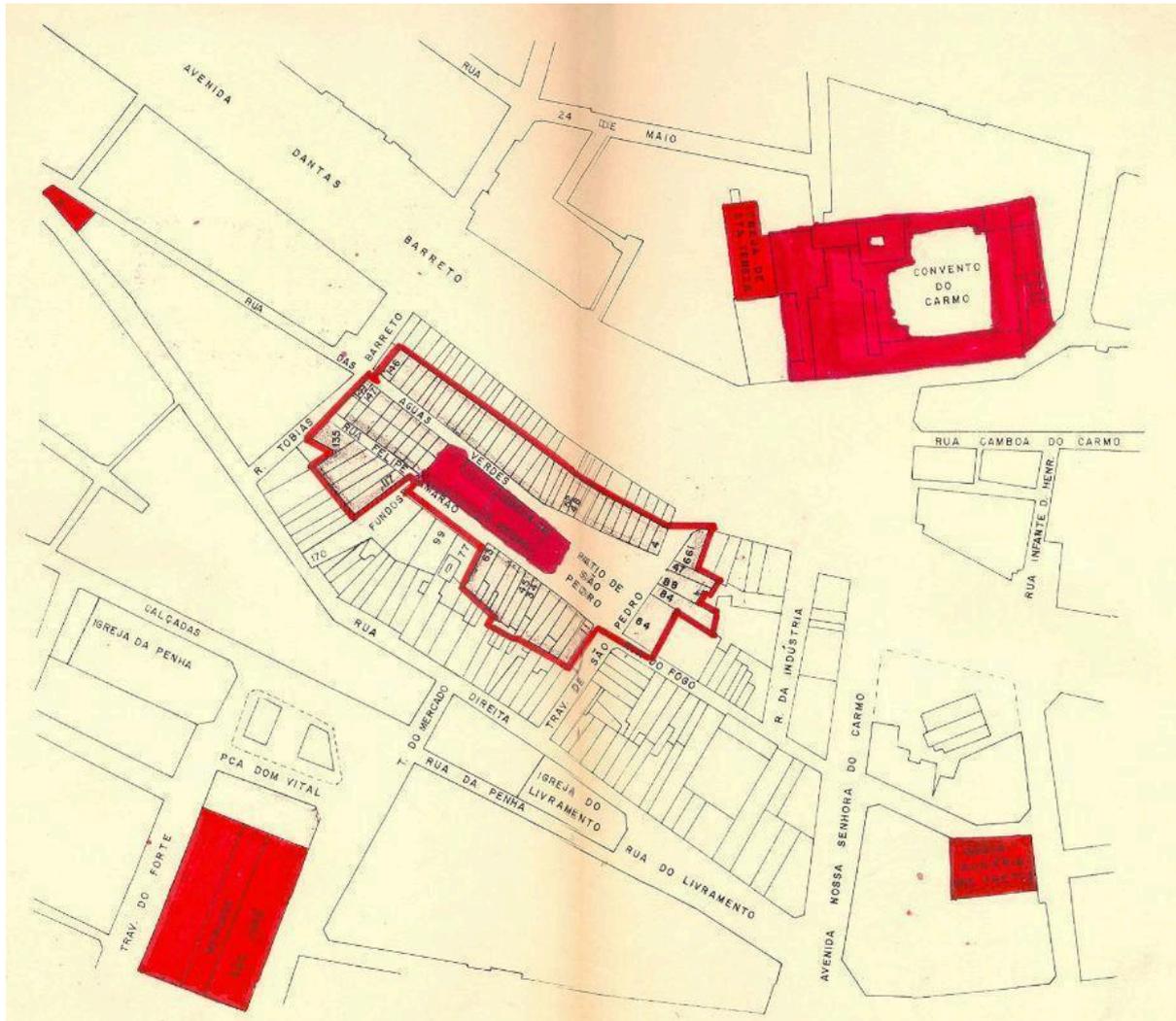
Proteger o patrimônio edificado foi, novamente, o foco da atenção do IPHAN naquele momento, não se observando um alinhamento com as ideias que circulavam no âmbito internacional quanto à salvaguarda da identidade cultural dos povos. A cultura era, em 1985, definida na Declaração do México, elaborada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) como:

o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, P. 01).

Assim, apesar do pátio de São Pedro, assim como os demais existentes no Recife, se caracterizar como um lugar que abrigava, desde sempre, manifestações carregadas de valores, tradições e crenças, esta face do patrimônio ainda não foi contemplada na década de 1985. O monumento e sua poligonal, enquanto espaços edificados permaneciam como prioridade, fato que nos faz retomar a questão levantada para esta pesquisa: será que somente os valores que justificaram o

tombamento da igreja e pátio de São Pedro - arte, história, ambiência - justificam até hoje a sua preservação? Que outros valores podem ter contribuído para isso, a exemplo das manifestações culturais populares - o patrimônio cultural e imaterial - que são conhecidos agentes fomentadores da preservação dos lugares? O que ajuda a manter o pátio enquanto patrimônio da cidade do Recife?

Figura 10: Poligonal de tombamento demarcado em vermelho e monumentos tombados pintados em vermelho.



Fonte: IPHAN, 1984.

Com o intuito de destacar os valores artísticos, históricos e de ambiência, imbuídos no processo de tombamento pelo IPHAN, buscou-se compreender a evolução do local ao longo do tempo. Essa abordagem visa não apenas identificar as transformações ocorridas no pátio de São Pedro e seu entorno, mas também reconhecer como as tramas de permanência são fundamentadas na carga de memória e história que se almeja preservar.



CAPÍTULO 2

2. A DIMENSÃO HISTÓRICA: O pátio de São Pedro ao longo dos séculos

Considerando o valor artístico, predominante na justificativa de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, em 1938, e os valores de história e ambiência considerados no posterior tombamento do pátio de São Pedro, na década de 1960, o presente capítulo tem como objetivo revisitar a trajetória histórica do objeto de estudo desta pesquisa, desde a sua formação inicial, seguindo pelas mudanças e permanências ocorridas através dos três séculos de sua existência. O objetivo é aliar esta trajetória histórica com os conceitos de arte, história e ambiência considerados pelo IPHAN até os anos 1960, observando a convergência nas transformações e permanências ocorridas no Pátio de São Pedro, bem como os resultados que podem ter sido alcançados com uma delimitação mais precisa da poligonal de tombamento do conjunto urbano, na década de 1980.

2.1. A gênese e o desenvolvimento do pátio

Situado no seio histórico da cidade do Recife, o pátio de São Pedro dos Clérigos forma um pequeno conjunto urbano, constituído por edifícios com linguagens arquitetônicas que reafirmam uma superposição de tempos, aos olhos mais atentos, dando-lhe uma relevância histórica, social e paisagística para a cidade. O pátio se impõe enquanto documento-monumento¹⁸ do Recife contando histórias dos tempos pretéritos, das primeiras intenções de povoamento da Ilha Antônio Vaz, hoje os bairros de Santo Antônio e São José, do crescimento da vila e, depois, da cidade do Recife.

A ocupação da Ilha Antônio Vaz tem sua gênese ainda no século XVII com a construção do convento Franciscano de Santo Antônio, em 1606, e outras poucas edificações. É, portanto, caracterizado como um processo lento de crescimento, até o momento da ocupação holandesa, entre 1630 e 1654 (FIDEM, 1978).

Após forte presença dos batavos, a retomada do poder português na Capitania de Pernambuco, em meados do século XVII, oportunizou o retorno do desenvolvimento urbano do Recife, incluindo a Ilha de Antônio Vaz, cujo traçado urbano foi reconfigurado aos moldes lusitanos, caracterizado por ruas estreitas, pátios e largos.

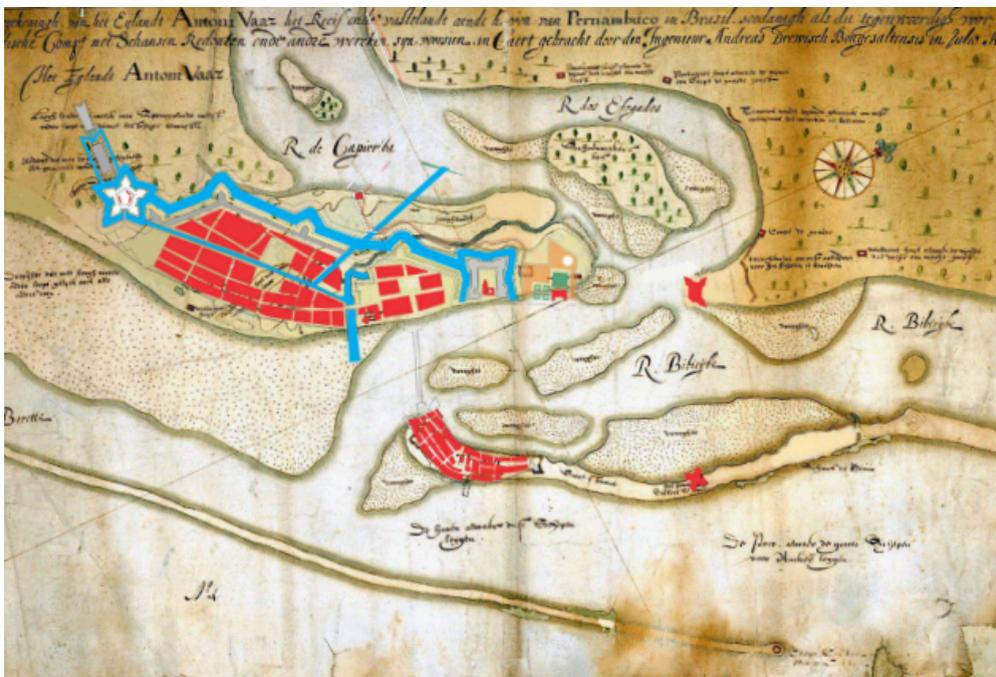
¹⁸ O monumento, enquanto herança de um passado, evoca o que se passou com a finalidade de se perpetuar uma recordação de corte temporal preciso, feito a partir da manipulação dos pesquisadores envolvidos com as ciências do passado (LE GOFF, 2013).

Embora inicialmente esvaziado da função política que o Recife tivera durante o domínio holandês, atenta-se a um desenvolvimento econômico com o crescente comércio estabelecido, a partir do porto ali instalado, requerendo o aterro de áreas que resultaram no crescimento do solo da ilha. Com isso, houve um aumento da população residente, o que levou à criação da Freguesia de Santo Antônio em 1789 (FIDEM, 1978, p. 185).

Assim, em princípios do século XVIII, o Recife estava política e economicamente estável para galgar seu desenvolvimento, tendo por suporte as atividades comerciais e portuárias. A imagem urbana foi sendo renovada, tendo ênfase para as construções religiosas, por ação das ordens monásticas aí instaladas, mas também pela ação das irmandades. (MOURA FILHA, 2009, 361).

Os mangues remanescentes e áreas alagadas foram lentamente aterrados dando lugar a novas ruas e becos, além do surgimento de novas igrejas como, por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora do Terço e a Igreja de Bom Jesus dos Martírios, ambas do século XVIII¹⁹. O mapa abaixo (Figura 11) elucida essa relação das terras com as águas e o começo da cidade do Recife.

Figura 11: Planta do Recife de A. Drewisch, 1631. Com montagem gráfica do Recife em 1648 por José Luiz Mota Menezes.

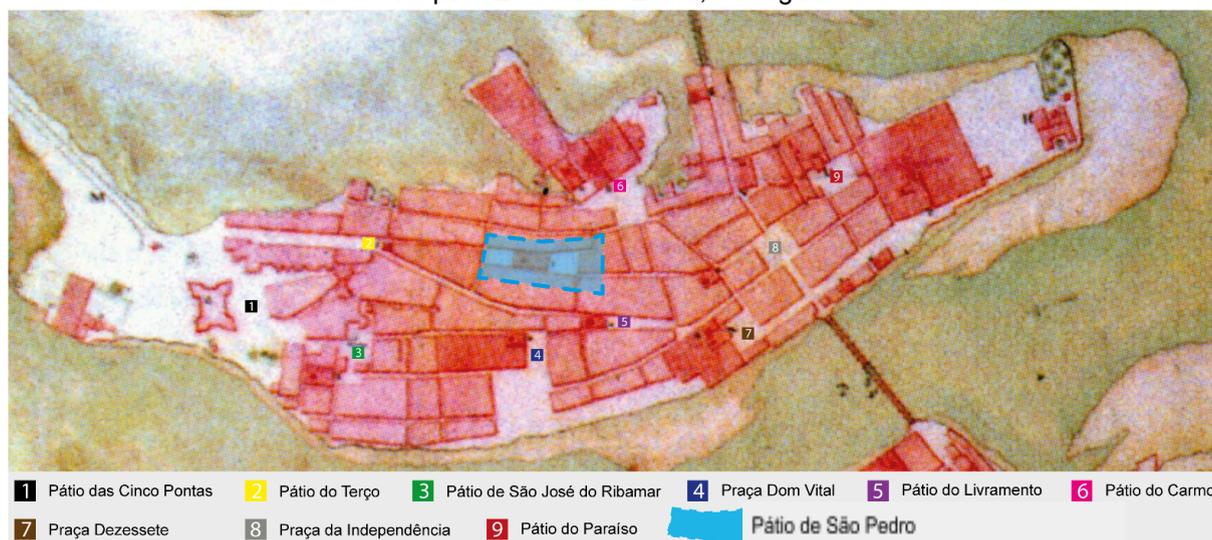


Fonte: MENEZES, 2017, p. 13.

¹⁹ Em relação a Igreja de Nossa Senhora do Terço afirma-se que "A primitiva igreja que a abrigou fora edificada por um particular e doada à irmandade, em 1732" (MELLO, 1984, p. 09). E a Igreja de Bom Jesus dos Martírios "Foi construída em 1791, instalada em 1796 e reedificada em 1884 sob a presidência de Canuto B. Ramos" conforme informações gravadas em uma lápide de mármore em seu frontispício.

O mapa elaborado por Menezes (2017), nos revela a conjuntura espacial da Ilha Antônio Vaz, em tempo que remete a meados do século XVIII. O alargamento das ruas em largos, pátios e terreiros era, então, uma presença constante no modo lusitano de construir cidades e se reproduziu no Recife de modo semelhante (MENEZES, 2022). Nesse contexto histórico, observa-se a presença de dez desses espaços públicos, registrando-se que devido às intervenções urbanas, do século XX, a Igreja e o pátio do Paraíso foram demolidos (Figura 12). Também houve uma reconfiguração no tecido urbano, propiciando o surgimento da praça Dom Vital (com o surgimento do Mercado de São José), da Praça Dezesete (com o surgimento de novas vias de circulação) e da Praça da Independência (antiga praça do Polé).

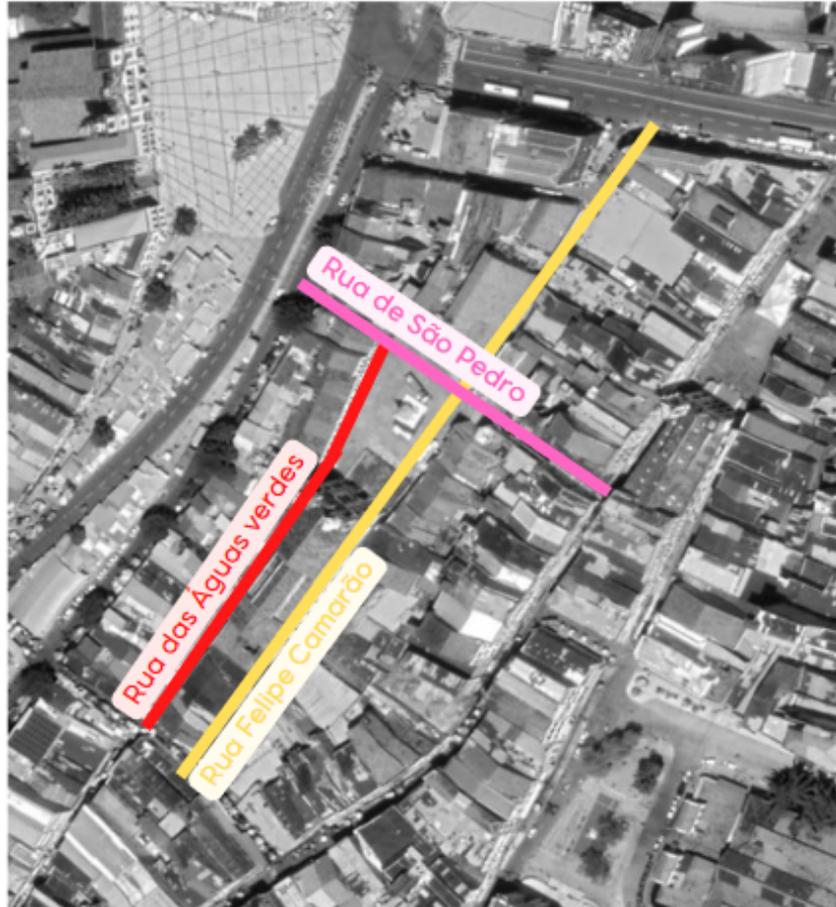
Figura 12: Plano da Villa do Recife de Pernambuco (recorte), em 1778. Original manuscrito do Arquivo Distrital de Évora, Portugal.



Fonte: MENEZES, 2017; editado pelo autor, 2021.

Observando a igreja de São Pedro dos Clérigos - foco da presente pesquisa - esta tem sua gênese oportunizada pela doação de terras por fiéis desta irmandade. Foram seis imóveis ofertados, além de uma horta situada no final da igreja em seus primórdios, configurando o espaço, conforme esquema mostrado na Figura 13. Este conjunto está atualmente situado entre a Rua das Águas Verdes (antiga Rua Lomas Valentinas), Rua de São Pedro (antiga Travessa de São Pedro) e a Rua Felipe Camarão (antiga Rua Henrique Dias) (MENEZES, 2017).

Figura 13: Mapa esquemático das ruas que envolvem o pátio de São Pedro.



Fonte: Google Maps, editado pelo autor, 2022.

Aponta Moura Filha (2009, p. 367) que existindo a Venerável Irmandade dos Clérigos, desde o ano de 1700, somente em 1719 “resolveu construir a sua igreja, iniciada nove anos depois. A pedra fundamental foi lançada em 3 de maio de 1728, estando a capela-mor concluída, em 1729, e o corpo da igreja, em 1759”. As obras se prolongaram até 30 de janeiro de 1782, quando foi realizada a consagração. (MENEZES, 1984, p. 8)

Traçar esta história se torna difícil diante da ausência de registros tanto da Igreja quanto de seu pátio, até o século XIX, como expressa Cabral (2019, p. 01):

O historiador pernambucano José Luiz Mota Menezes, em introdução ao livro *A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife* (1990), de autoria de Fernando Guerra de Souza, ressalta a ausência dessa igreja, cuja construção foi iniciada em 1728, em livros, litografias e cartões postais, constatando que, por muito tempo, passou “como que ignorada dos documentadores e memorialistas da cidade do Recife”. Teria sido encontrada, segundo Menezes, apenas uma referência no século XVIII à igreja, na obra *Desagravo do Brasil e Glória de Pernambuco*, de Loreto Couto. Ainda segundo ele, nem o desenhista Luís Schlappriz, nem seu sucessor na litografia de F. Carls, Luís Krauss, tiveram interesse em retratá-la. Ela tampouco esteve na mira dos fotógrafos, como o convento e

igreja do Carmo, retratados pelo fotógrafo Carneiro Vilela. (CABRAL, 2019, p. 01).

Sob a hipótese de que o péssimo estado de conservação e aspecto de ruína em que se encontrava, em meados do século XIX, gerou o desinteresse no registro da igreja e seu pátio, Menezes reafirma essa ausência documental até os anos de 1930, tendo em vista que:

A exceção ficaria para a cartografia histórica e desenhos, como a perspectiva elaborada em 1759 pelo padre jesuíta José Caetano, cuja cópia foi incluída no livro *Notícias Soteropolitanas e Brasília*, concluído em 1803, de Luís dos Santos Vilhena. (CABRAL, 2019, p. 01).

O jornalista pernambucano Antônio Figueiredo, retrata o pátio de São Pedro no século XIX, assim como os bairros de Santo Antônio e São José; e o “contínuo singular” de suas edificações, bem como a expressividade barroca de suas igrejas e pátios, estes apoiados em iconografias da época.

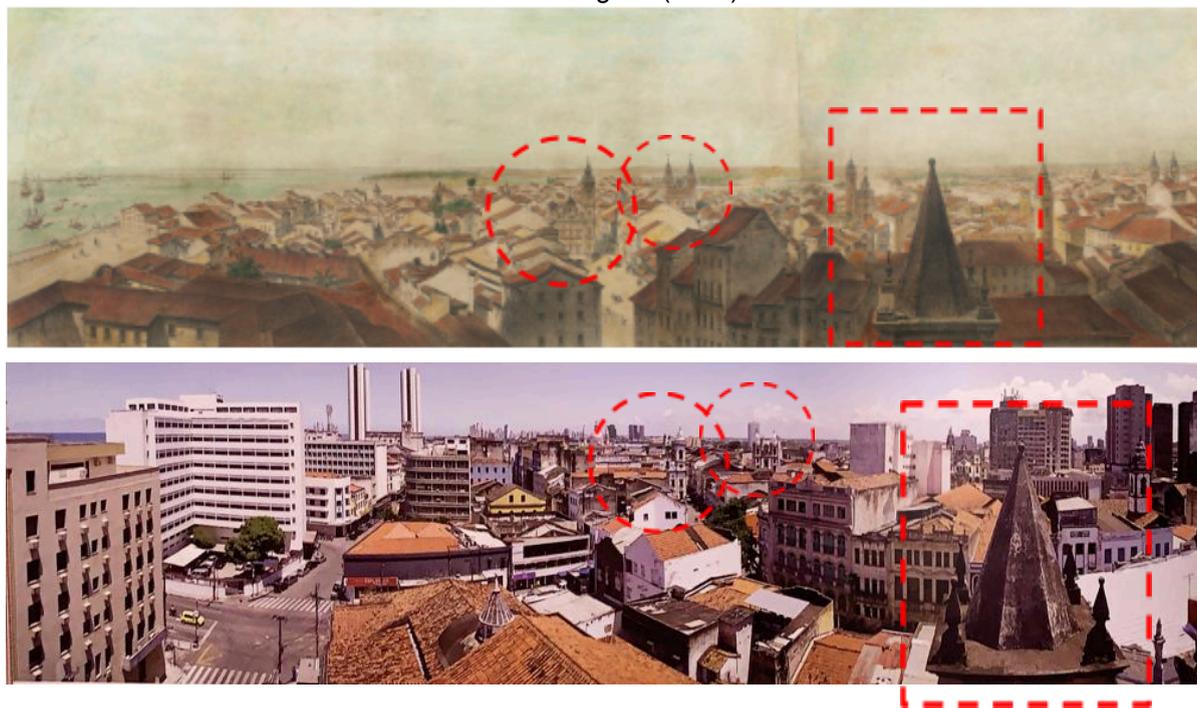
Voltando-se um pouco para trás, nesta rua, entra-se na Travessa de São Pedro, que conta seis casas, três de dois andares e três térreas; e mais depara-se com o largo do mesmo nome. Aí está construído o templo de São Pedro, cujo interior tem forma octógona; é um dos edifícios sagrados desta cidade, onde se encontra uma arquitetura mais aperfeiçoada, [...] tem este largo dezessete casas, a saber: seis de um andar, duas de dois e dezessete térreas (FIGUEIREDO, 1992, p. 170).

Ferrez (1954) fazendo uma análise das iconografias²⁰ que retratam o Recife em panorama (ver Figura 14) feito por Friedrich Hagedorn em meados do século XIX, destaca a fidelidade da obra com a paisagem da época e reafirma o destaque das edificações religiosas no cenário urbano da cidade. Desse modo, observamos que os bens patrimoniais que marcam a paisagem dos bairros de Santo Antônio e São José, pois, segundo Campello; Dutra (2021):

São exatamente as fachadas dessas igrejas de N. Sra. do Livramento e de São Pedro que, junto com a Igreja do Carmo, chamam a atenção de Ferrez por se destacarem na paisagem pelo detalhe de suas fachadas desenhadas com tanta exatidão por Hagedorn. Continuam a se destacar hoje. A visão pitoresca e a escala acolhedora, tão características do conjunto de telhados e de empenas do casario do Bairro, cortado apenas pela verticalidade das torres de igrejas, permanecem nesse período de mais de um século e meio que separa as duas imagens. (CAMPELLO; DUTRA, 2021, p. 127).

²⁰ Representação visual: gravura, pintura, fotografia, cartões postais, entre outros.

Figura 14: Esquema comparativo com um recorte da litogravura de F. Hagedorn (1885) e a fotografia de J. Rodrigues (2014).



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles; Acervo Josivan Rodrigues.

Em meados do século XIX, mapas executados em função dos estudos que tinham por objetivo dotar a cidade de saneamento básico expunham os percursos do rio e as possibilidades de desvio do mesmo; além de melhoramentos propostos para área do Porto do Recife e, em um segundo momento, nos bairros de Santo Antônio e São José dado o constante crescimento proporcionado pelo aterro dos mangues e margens do rio. Apesar dessa degradação das porções de mangue e margens dos rios, os bairros de Santo Antônio e São José mantinham um “ar mais agradável” que o próprio bairro do Recife, tendo em vista as aberturas das ruas em praças ou pátios arborizados (MENEZES, 2017).

Essas edificações religiosas guiaram o crescimento e a ocupação da cidade, durante muito tempo, À exemplo, a multifuncionalidade dessas igrejas e conventos, até o século XIX, pode estar associado ao fato de que “agregavam funções religiosas, sociais, educativas e assistencialistas em seu espaço interno e externo” (LEÃO, 2004, Apud LORETTO, 2008, p.14).

O marco arquitetônico que gerou, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, sendo considerada uma joia do barroco brasileiro, por ser um dos primeiros monumentos

reconhecidos e tombados pelo antigo SPHAN, atual IPHAN, em função do seu valor histórico e artístico, em 20 de julho de 1938.

Esse feito, que objetiva salvaguardar o bem tombado (Igreja de São Pedro dos Clérigos), não se mostrou eficiente quando posto em evidência as intervenções descuidadas, feitas em nome do progresso, que levaram não só a grandes perdas arquitetônicas no entorno do bem tombado, mas também de parte da memória social e identidade da cidade, também encontrado em larga escala na literatura, a exemplo de Anníbal Fernandes, na obra intitulada *Livro do Nordeste*, “O que a cidade ganhou em progresso e desenvolvimento material, perdeu em pittoresco e feitiço próprio. Não levamos em conta o contingente precioso de um passado tão rico em sugestões” (FERNANDES, 1925, Apud CABRAL, 2019, p. 6).

A importância das igrejas recifenses e seus respectivos pátios, de modo geral, para a vida cotidiana da sociedade e, por consequência, para a formação do traçado urbano do Recife, são temas amplamente abordados na literatura, a exemplo do que registou Freyre, em 1934:

O Recifense não está ligado às suas igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lyrico, sentimental: Porque se acostumou à voz dos sinos chamando para a missa, anunciando incêndio, porque em momento de dôr ou aperreio elle ou pessoa sua se pegou com nossa senhora, fez promessa, alcançou a graça, porque nas igrejas se casou, se baptisaram seus filhos e estão enterrados avós queridos.²¹ (FREYRE, 2005, s/p).

Desse modo, os pensadores, poetas e memoristas da cidade do Recife expressam romanticamente sua paixão pelo pátio de São Pedro (ver Figura 15) desde os tempos de descaso e abandono, destacando sempre sua suntuosidade pacata em meio a agitação em seus arredores. A exemplo, aponta-se a obra publicada por Gilberto Freyre, em 1934²², enfatizando que:

A Igreja de São Pedro dos Clérigos domina cathedralescamente todo um pátio. Um pátio onde as casas, algumas somente de andar térreo, outras de dois e três andares e águas furtadas, conservam certo ar mourisco de recato, que era outrora o ar de todo o bairro. Quase todos os telhados terminam nesse casario irregular, em beiral arrebitado: e nas portas e janellas o xadrez dos postigos como que nos transporta ao Recife dos nossos bisavós – ingênuo, mourisco, virgem de haussmanismo. À noite há aqui uma meia luz de romance; e nesta meia luz de romance a Igreja de São Pedro dos Clérigos toma um ar de cathedral peruana ou boliviana, dominando matriarcalmente a sua ‘plaza’. Uma ‘plaza’ de pouco

²¹ Grafia original mantida, contexto da década de 1930.

²² Obra original de 1934, primeira edição. Em 1968, foi realizada atualização pelo próprio Freyre, a qual serviu de base para a edição de 2005.

movimento. Depois das nove da noite é um dos lugares no Recife, em que se pode estar mais só. Enquanto a dois passos, no pateo do Carmo, há movimento, tumulto, estridências de gritos de meninos vendendo midubim, risadas de mulheres, ruídos de orchestra, no de São Pedro se experimenta a sensação de estar no meio duma cidade que morreu²³. (FREYRE, 2005, s/p).

Figura 15: Igreja e pátio de São Pedro, na década de 1930.



Fonte: Acervo FUNDAJ.

²³ Grafia original do texto mantida.

2.2. Sobrevivendo ao tempo: o século XX

A atenção para com a preservação desse conjunto edificado ocorre a partir do início do século XX, motivado pelos registros dos acontecimentos religiosos em diversos jornais, pelo olhar de fotógrafos em suas expedições pelo Recife²⁴ (WANDERLEY, 2019) e, principalmente, pelas ameaças vindas com os planos de reforma urbana e arquitetônica que serão expostos a seguir.

O primeiro momento de grande relevância no quesito de expansão e desenvolvimento urbano nos bairros de Santo Antônio e São José, se dá entre o final do século XIX e início do século XX com os primeiros estudos e proposições de reformas arquitetônicas e urbanísticas envolvendo a Ilha Antônio Vaz.

Percorrendo este recorte temporal, observa-se que a chegada do automóvel, e por consequência, o surgimento de grandes avenidas trouxeram mudanças significativas no tecido urbano da cidade, ainda na primeira década do século XX. Seguindo os passos das reformas urbanísticas ocorridas no Rio de Janeiro no início do século, a cidade do Recife começa a perder aos poucos sua memória edificada, em nome do progresso e da modernidade.

Os novos ferrocarriles (bondes) estão movidos a eletricidade. Chegam os primeiros automóveis e as ruas serão suficientes para seus deslocamentos. Mesmo assim. Está presente entre os engenheiros e arquitetos a necessidade de ampliar a largura de ruas e organizar suas irregularidades, além de integrar a cidade nas novas tendências do urbanismo europeu. (MENEZES, 2017, p. 85).

Essas propostas de intervenções que incidem sobre a cidade do Recife tinham como proposição, dentre outros quesitos, abraçar a acomodação de veículos de transporte: “antes o trem urbano, depois o bonde de tração animal e elétrico e finalmente o que veio a ser a medida de tudo o automóvel com motor à explosão” (MENEZES, 2017, p. 91). Segundo Menezes (2017), a cadência de transformações urbanas no Recife, que tem início no bairro do Recife, se estende a Ilha de Antônio Vaz sob forte teor progressista:

A primeira mutilação se deu após as obras do Porto e como decorrência, a abertura, depois da destruição do Recife mais antigo, o núcleo original

²⁴ “A partir do século XIX, vários fotógrafos estrangeiros e brasileiros estabeleceram ateliês fotográficos no Recife, tornando a cidade uma referência importante na história da fotografia no Brasil”. (WANDERLEY, 2019, p. 01). A exemplo de: Alberto Henschel (1827 – 1882), Alfred Ducasble, Augusto Stahl (1828-1877), Constantino Barza, Francisco du Bocage (1860-1919), João Ferreira Villela, Manoel Tondella (1861 – 1921), Joaquim Insley Pacheco (1830 – 1912), Moritz Lamberg, Guilherme Gaensly (1843-1928) e Marc Ferrez (1843-1923).

desde a igreja do Corpo Santo, das atuais avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda. Depois foi a vez da Avenida Guararapes, no Bairro de Santo Antônio, e finalmente a Avenida Dantas Barreto, no São José (MENEZES, 2017, p. 87).

Nesse mesmo período, entre 1920 e 1930, a prefeitura do Recife dá início a uma série de intervenções com a intenção de “remodelar” o bairro de Santo Antônio. A mais significativa foi a abertura da Av. Dantas Barreto, que surge da proposta feita pelo arquiteto Nestor de Figueiredo no Plano de Remodelação da Cidade do Recife, em 1932, sendo concebida como fruto de uma ideia de ligação entre os bairros de Santo Antônio e São José (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003).

Sobre a construção da Av. Dantas Barreto, Menezes (2017, p. 99) elucida ter ocorrido em três momentos. Teve início com o prefeito, Antônio de Novais Filho, em 1937, quando o “trecho concluído foi aquele entre a Praça da República e a Igreja do Santíssimo Sacramento, envolvendo as demolições acontecidas no pátio do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso”.

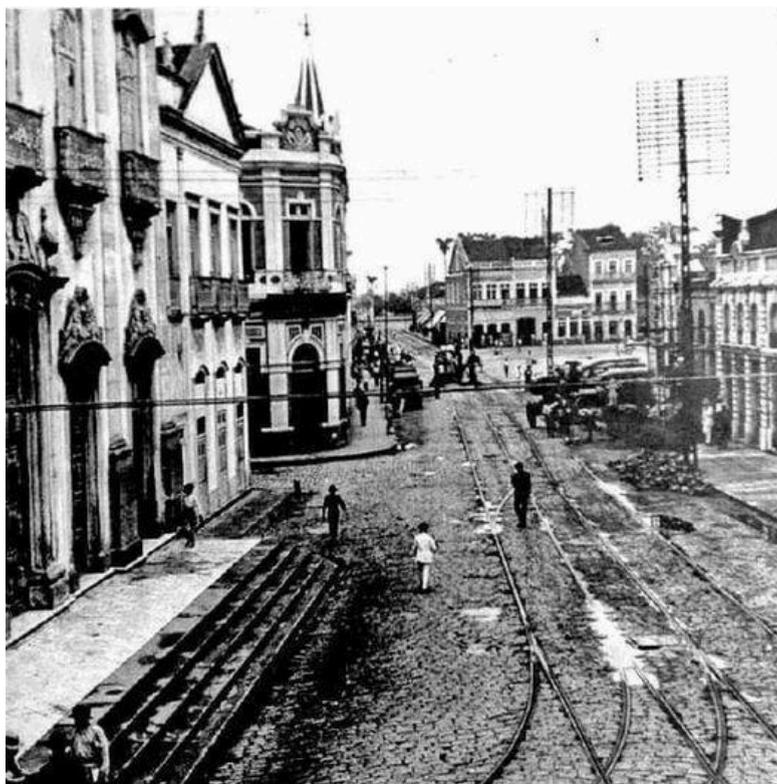
Entre as intervenções ocorridas, a prefeitura iniciou a execução das obras da Avenida 10 de Novembro²⁵ e da Praça da Independência (PONTUAL, 1999). Logo, o caráter seiscentista encontrado na Praça da Independência (antiga praça do Polé), situada entre as atuais Av. Guararapes e a Av. Dantas Barreto, foi cedendo espaço às mutilações das quadras e imóveis no seu entorno, culminando, inclusive, na demolição da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso e, por consequência, de seu pátio²⁶, propiciando a ampliação da Praça da Independência. Esta intervenção também levou a suprimir o quarteirão de casas e a Praça Saldanha Marinho, em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio, conforme denotado na Figura 16²⁷.

²⁵ Atual Avenida Guararapes.

²⁶ Onde atualmente se localiza o Edifício Santo Albino na Av. Guararapes.

²⁷ Descrição da imagem: Ao fundo, Praça da República e em primeiro plano, à esquerda, Igreja de Santo Antônio. O Casario ao lado direito foi demolido para ampliação da Praça da Independência, momento em que todo este quarteirão desapareceu assim como esta praça. Pela imagem a Igreja do Paraíso já aparece no estilo neogótico, deduz-se que essa fotografia provavelmente é posterior a 1912, quando a antiga foi demolida e esta tomou o seu lugar.

Figura 16: Praça Saldanha Marinho, Praça Barão de Lucena/Pátio do Paraíso e Rua João do Rego, atualmente Av. Dantas Barreto.



FONTE: Acervo do Museu da Cidade do Recife, 2020

Como resultado do alargamento da Rua das Florentinas, o antigo pátio do Paraíso, deu-se lugar à Avenida Dantas Barreto, cujo prosseguimento em direção ao sul resultou na demolição das ruas das Trincheiras, Laranjeiras, dentre outras (FIDEM, 1978).

No segundo momento, estudado por Menezes (2017), sob a segunda gestão de Pelópidas Silveira (1963-1964), a construção da Av. Dantas Barreto segue até o pátio de Nossa Senhora do Carmo. Em seguida, entre 1964 e 1965, foi proposto fazer a união do Pátio do Carmo até a praça Sérgio Loreto que, entretanto, permaneceu apenas em projeto, assim como a ligação da avenida Sul, José Estelita e a rua Imperial pelo girador no lado Leste do Forte das Cinco Pontas. Contudo, destaca-se, no ano de 1965 a iniciativa da Prefeitura do Recife, junto ao IPHAN, de traçar diretrizes para “indicação dos gabaritos das construções do bairro de São José e Santo Antônio, no entorno das suas igrejas”, proposta intitulada como Plano de Gabaritos.

A gestão da Prefeitura em 1969, passou a ser do engenheiro Geraldo Magalhães. Este continuou a avenida, não naquele trecho projetado pelo prefeito Augusto Lucena, integrante do plano maior e sim na parte correspondente à atual Avenida Nossa Senhora do Carmo, onde desde a

Avenida Martins de Barros atingia-se um viaduto, edificado pelo prefeito Magalhães, junto ao forte de Cinco Pontas. (MENEZES, 2017, p. 100).

O mandato de Augusto Lucena (1971-1974) marca o último momento de construção da Av. Dantas Barreto, repleto de conflitos, a exemplo da demolição da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios (Figura 17) que situava-se no meio do progresso, como se referiam à avenida. Construída em 1791, segundo o mármore da lápide no frontispício da igreja, por uma irmandade de homens pretos e pardos, a Igreja dos Martírios foi tombada pelo IPHAN (edificação e acervo) em 23 de junho de 1971 e, por isso, não podia sofrer intervenções descuidadas e tampouco demolições. Porém, assim como muitas outras edificações demolidas nesse processo, a Igreja dos Martírios teve o seu fim declarado (após o processo de destombamento em 1972) com a demolição iniciada em 23 de janeiro de 1973.

Figura 17: Gravura da Igreja dos Martírios.



FONTE: ALERGO, 1987.

Apesar do status de concluída, a Av. Dantas Barreto (ver Figura 18) não obteve a união Norte-Sul, almejada pelo planejamento inicial, enquanto eixo de circulação principal da cidade do Recife, reduzindo-se a “uma avenida para paradas de transportes coletivos, uma vez que a maior circulação de veículos se dava pela Martins de Barros e o uso maior do viaduto antes referido” (MENEZES, 2017, p. 100).

Figura 18: Paisagem antes e depois da construção da Avenida Dantas Barreto.



FONTE: Autor Desconhecido; MENEZES, 2017.

Por esses acontecimentos progressistas no Recife do século XX, destacamos que as últimas três décadas foram de muitas demolições de casarios e abertura de novas vias de circulação; conforme exposto por Guimaraes (2021):

Na medida em que, com o cumprimento das exigências progressistas, armazéns foram construídos e implantaram-se em São José novos programas arquitetônicos, os limites colocariam a Estação Ferroviária e a Casa da Cultura em oposição ao antigo Grande Hotel e à Praça Dezesete (antigo pátio ou jardim do Espírito Santo); e a Praça Sérgio Loreto, junto com a Igreja de São José, o Forte das Cinco Pontas e o Pátio de São Pedro, estariam em situação contraposta (GUIMARAENS, 2021, p. 93).²⁸

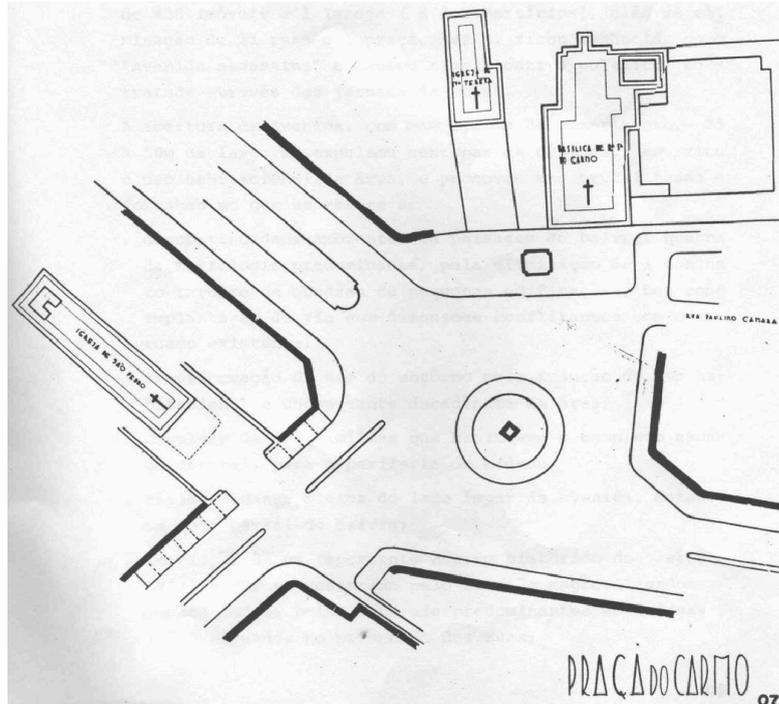
No que se refere ao Pátio de São Pedro, essas intervenções urbanas começam a ameaçar sua integridade ainda nas décadas de 1940 e 1950, fase que marca a continuidade de novas construções e demolições justificadas pelo ideário da modernização.

Ulhôa Cintra, um engenheiro paulista, soma esforços ao município na concepção do intitulado: Plano da Cidade do Recife, em 1943. No que se refere ao pátio de São Pedro e seus arredores imediatos, a proposta consistia na “abertura de vias e o encontro delas na frente da igreja da Ordem Terceira do Carmo, da basílica de Nossa Senhora do Carmo e da igreja de São Pedro” (CABRAL, 2019, p. 10). O pátio de São Pedro seria reduzido em profundidade e aberto para uma dessas avenidas, conforme exposto no detalhamento da Figura 19.

²⁸ “Nomenclaturas originais: Estação Central E. F. de Caruaru; Estação Ferroviária Central de Pernambuco; nome atual: Estação Recife, também conhecida como Estação Central da Great Western. Casa de Detenção; Penitenciária; nome atual: Casa da Cultura de Pernambuco” (GUIMARAENS, 2021, p. 93).

Como resultado desta proposta, a Av. Dantas Barreto teve suas primeiras demolições no entorno do pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, enquanto a avenida que cortaria o pátio de São Pedro não foi levada adiante, o que não concretizou a perda de coesão do espaço (CABRAL, 2019).

Figura 19: Planta de detalhe do “estudo de remodelação da zona central da cidade do Recife”, 1943.



FONTE: CABRAL, 2019, p. 11.

Em meados de 1950, surge nova proposta da Prefeitura da Cidade do Recife para transformar a área num centro turístico através da desapropriação do casario do pátio de São Pedro e a substituição dos usos para movimentação turística (bares, restaurantes, lojas de souvenir). Novamente, a proposta não se concretizou.

Nos anos finais da década de 1960, a Prefeitura do Recife iniciou um processo de reabilitação do pátio de São Pedro com vistas ao turismo, lembrando que o IPHAN, em 1968, decretou o tombamento do Pátio de São Pedro, em complemento à ambiência da igreja, tombada desde 1938. O pátio foi retratado na época, pela imprensa, como um espaço precário, e a proposta que visava dar “nova vida” ao pátio recebeu o apoio popular e o incentivo de intelectuais recifenses como Gilberto Freyre. Acreditava-se que com ela o pátio viria a ser o “verdadeiro centro do Recife de sempre; do Recife superior aos tempos, aos progressos, às modernices. O Recife constante. O Recife irreduzível.” (CABRAL, 2019, p.18).

É oportuno destacar que a relação turismo-patrimônio, nesse período, estava sendo pensada no Brasil e no exterior, a exemplo do que foi expresso no documento intitulado “Normas de Quito”, resultado de reflexões sobre a conservação do patrimônio no âmbito da Organização dos Estados Americanos:

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. Um monumento restaurado adequadamente, um conjunto urbano valorizado, constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 06).

A intervenção de recuperação e restauro (de carácter urbanístico-arquitetônico), com o objetivo de reintegrar o pátio de São Pedro ao turismo local, foi então liderada pelo arquiteto e professor José Luiz da Mota Menezes, integrante do 1º Distrito do DPHAN, junto à arquiteta Lígia Martins Costa.

Nessa intervenção, segundo depoimento de Menezes, foram retirados alguns adornos das fachadas das casas, assim como tintas das cantarias; foi, ainda, proibida a entrada de veículos, e foram mantidas as platibandas de edificações que originalmente tinham beirais. A escolha por preservar as platibandas foi feita com o intuito de manter a unidade do conjunto. (CABRAL, 2019, p.17).

Dito isso, a prefeitura determinou a desapropriação de 18 casas do pátio (e, depois de mais três, em 1986), inibindo atividades informais (amoladores de tesouras, alicates e facas) e formais (depósitos, bares e restaurantes) no local (KÖHLER, 2010). Essas desapropriações deram lugar a instalação de novos empreendimentos de teor cultural-regional: bares, restaurantes, livrarias e museus (FRANÇA, 1977).

O pátio de São Pedro, embora já tombado pelo IPHAN, continuou alvo de propostas descaracterizadoras do seu espaço e imagem. Assim, em 1977, o arquiteto modernista Delfim Amorim tece uma proposta de reabilitação para o local, a qual incluía o alargamento do pátio de São Pedro incluindo a nova Av. Dantas Barreto, como descrito a seguir:

[...] pelo menos duas quadras do Pátio seriam demolidas. A quadra em frente à igreja seria substituída por um bloco comercial com sete pavimentos – altura, naquele momento, preconizada pela Prefeitura do Recife para as edificações nas ruas transversais à Avenida Dantas Barreto, nos quarteirões vizinhos a ela... A outra quadra a ser demolida seria aquela lateral à igreja, que margeia a Av. Dantas Barreto, abrindo o Pátio de São Pedro para essa avenida (CABRAL, 2019, p. 11-12).

Como segunda solução, Delfim Amorim segue os mesmos princípios de anulação do casario existente e propõe outra tipologia de edifício, este sustentado sob pilotis, sob o argumento de “conservação do pátio” em sua forma. Ambas propostas, mostradas na Figura 20, não saíram do papel, pois segundo o arquiteto Lúcio Costa (diretor geral do DPHAN²⁹ em 1958), o projeto estimularia a especulação imobiliária da área através da verticalização.

Figura 20: Proposta de reabilitação do pátio de São Pedro por Delfim Amorim, 1977.



FONTE: CABRAL, 2019, p. 13.

²⁹ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A salvo destas propostas de intervenção, o pátio continuou sua trajetória, em muito pautada pelas iniciativas voltadas para o uso turístico³⁰, este inspirado pela história e representação; instigado, por sua vez, pelo poder público municipal e estadual. Este processo de ocupação e uso do pátio, analisado nesta pesquisa, foi observado a partir da comparação dos seguintes documentos e respectivos acervos: levantamento realizado, na década de 1980, pela Autarquia de Urbanização do Recife (URB – Recife), e o levantamento feito pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC Recife) em 2020.

Objetivando tecer uma breve análise a respeito dos imóveis no pátio de São Pedro, o Quadro 01, apresentado a seguir, elenca a identificação do imóvel e seus respectivos usos a partir da década de 1980 (com o levantamento da URB) e o recente levantamento de uso e ocupação, em 2020 (com o levantamento do DPPC); seguido do levantamento realizado pelo autor em 2022 (no cenário pós pandemia da covid-19).

Quadro 01: Comparativo de uso e ocupação dos imóveis entre as décadas de 1980 e 2022.

IMÓVEIS DO ENTORNO IMEDIATO		LEVANTAMENTO URB RECIFE - DÉCADA DE 1980	LEVANTAMENTO DPPC (2020)	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
		USO	USO	USO ATUAL (2022)
RUA DAS ÁGUAS VERDES	imóvel 04	Comercial	Institucional	Posto turístico
	imóvel 08	Comercial	Institucional	Fechado
	imóvel 10	Institucional	Institucional	Centro de Design do Recife
	imóvel 20	Bar/Restaurante	Serviços	Restaurante fechado
	imóvel 22	Comercial	Institucional	Fechado
	imóvel 28	Bar/Restaurante	Serviços	Restaurante
	imóvel 34	Bar/Restaurante	Institucional	Museu
	imóvel 38	Sem uso	Cultural	Restaurante (antiga casa do carnaval)
	imóvel 44	Bar/Restaurante	Serviços	Bar
	imóvel 48	Bar/Restaurante	Serviços	Restaurante
	imóvel 52	Depósito	Comercial	Depósito

³⁰ SILVA, 1999.

RUA FELIPE CAMARÃO	imóvel 39	x	Comercial	Comercial
	imóvel 11	x	Sem uso	Fechado
	imóvel 17	Bar/Restaurante	Sem uso	Fechado
	imóvel 21	x	Cultural	Fechado
	imóvel 25	Institucional	Institucional	Sede do DPPC Recife
	imóvel 33	Bar/Restaurante	Institucional	Restaurante
	imóvel 35	Comercial	Cultural	Fechado (Memorial Luiz Gonzaga)
	imóvel 39	Comercial	Institucional	Fechado
	imóvel 45	Institucional	Sem uso	Fechado
	imóvel 49	Sem uso	Cultural	Fechado
	imóvel 51	Comercial	Sem uso	Fechado
	imóvel 55	x	Sem uso	Fechado
	imóvel 63	x	Sem uso	Fechado
RUA SÃO PEDRO	imóvel 47	Bar/Restaurante	Comercial	Comercial
	imóvel 66	x	Comercial	Comercial
	imóvel 88	Comercial	Comercial	Comercial
	imóvel 84	x	Comercial/Serviços	Comercial/Restaurante
	imóvel 64	Institucional	Sem uso	Fechado
	imóvel 73	x	Sem uso	Museu Casa Do Carnaval

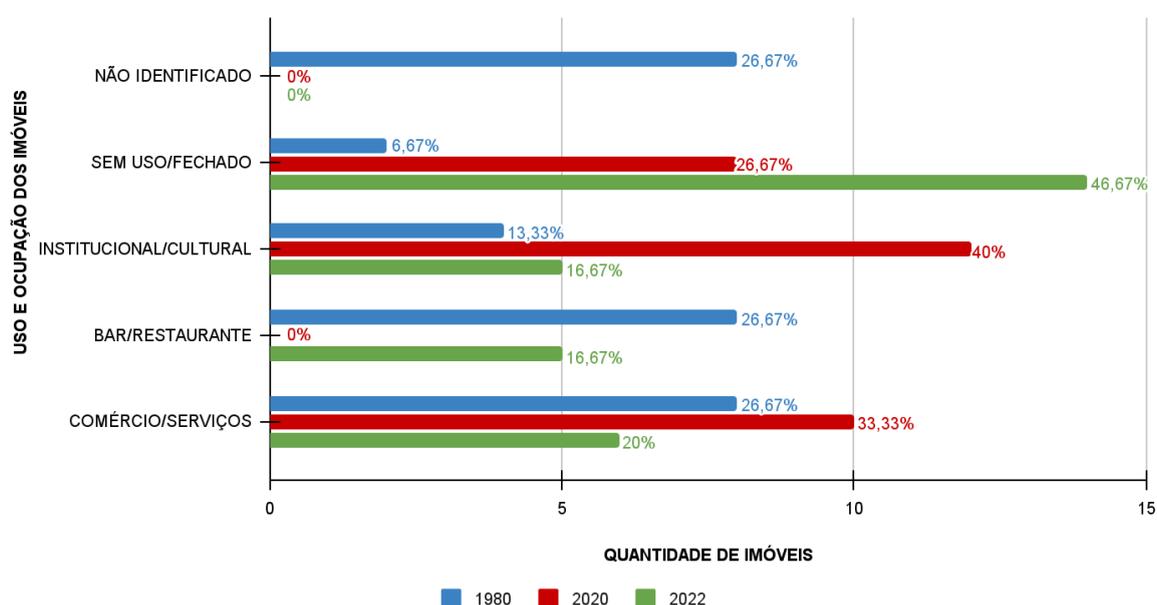
(*) O uso do “x” corresponde a “item sem registro/sem informação”.

FONTE: O autor, 2022.

A partir desses dados, propôs-se o Gráfico 02, exposto abaixo. Nele observamos, de maneira sintética, as mudanças e permanência de usos no decorrer desses quarenta e dois anos (1980 - 2022), somando-se às observações da condição atual do pátio. O indicativo do uso e ocupação dos imóveis em eixo vertical e a quantidade de imóveis demarcados pelo eixo horizontal, convém destacar que as categorias, de modo geral, apresentam um índice crescente de uso e ocupação voltados ao comércio, cultural e restaurantes. Este aumento exponencial, que está associado diretamente às iniciativas públicas e de grupos da sociedade civil objetivando a ativação, foi aplacado pela pandemia da covid-19 em 2020; apesar de já ter retomado em suas atividades por completo.

Observa-se que alguns dos imóveis que na década de 1980 estavam ocupados com comércio, por muitas vezes informais, e serviços (em especial bares e restaurantes), foram aos poucos abrigando funções culturais, contabilizando-se doze estabelecimentos de categoria institucional/cultural, em 2020. É pouco, considerando-se um intervalo de vinte anos, entretanto, destacamos que esta foi uma mudança identificada após seu reconhecimento formal, no tombamento, enquanto um conjunto urbano de interesse nacional.

Gráfico 02: Mudanças e permanências no uso e ocupação dos imóveis do pátio de São Pedro entre as décadas de 1980 e 2022.



FONTE: O autor, 2022.

Observa-se, em regra, que o maior índice na mudança de uso e ocupação das propriedades está caracterizado pela ausência de uso/imóveis fechados, no qual houve um salto de 6,67% na taxa das edificações nesta situação, em 1980; para alarmantes 46,67%³¹ das edificações em 2022, conforme observa-se na Figura 21.

³¹ É importante destacar que os motivos que elevaram esse percentual de imóveis ociosos devem, por sua vez, ser melhor apurados em pesquisas futuras que objetivem analisar as ações e suas respectivas consequências que geraram a situação atual; bem como apurar as melhores soluções para a demanda no local.

Figura 21: Fotografia panorâmica do pátio de São Pedro com os imóveis fechados em destaque vermelho.



Fonte: O autor, 2023.

Apesar deste alto índice de imóveis sem uso/fechados, a partir do levantamento das atividades ocorridas anualmente no pátio de São Pedro podemos afirmar que, para além de sua função social, enquanto edificação urbana, observamos usos que expressam a intenção de transformar o pátio em um espaço de atração histórica e turística: restaurantes, bares, museus; por fim, cultural.

Em suas adjacências destaca-se também a presença do Centro Cultural *Afoxé Oyá Alaxé* descendente do Terreiro de Mãe Amara, esta uma importante matriarca e sacerdotisa do culto aos Orixás de nação *Nagô Egbá*, pelas casas de Jurema Sagrada, *Ilês* (casas de orixá), *afoxés* e *maracatus* que demarcam sua territorialidade desde a década de 1960 em seus ritos e devoções em encontros, caminhadas, toques e também no silêncio.

Assim, as expressões culturais, de teor religioso (de pessoas brancas, indígenas ou afrodescendentes) ou manifestações de cunho popular e profano, como os encontros boêmios e o carnaval, a partir dos anos de 1950 (Figura 22) vão coabitando o pátio de São Pedro, visto que:

Ao entrar nos pátios das igrejas, sagrado e profano se realizam em um mesmo espaço público. Em cada um deles se organiza a procissão em homenagem ao santo ou à santa para quem foi erguida a Igreja (São Pedro, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora do Terço, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos). Neles acontecem apresentações musicais, danças dos ciclos carnavalesco, junino e natalino, da cultura negra. Quem nunca ouviu falar do Galo da Madrugada, o maior bloco carnavalesco do mundo desde 1995, de acordo com o livro Guinness, dos recordes? Quem nunca foi assistir, no Pátio do Terço, na segunda-feira de carnaval, a Noite dos Tambores Silenciosos, quando se apresentam nações de maracatu do baque virado? São José: irrefutavelmente espaço sagrado e profano (LACERDA, 2021, p. 143-144).

Figura 22: Cartão postal do pátio de São Pedro, 1905; Agitação Cultural, 1970; Maracatu de Baque Solto, 1990.



Fonte: Autor desconhecido; Acervo JC Imagem.

Isto nos leva a questionar em que momento e a partir da ação de que agentes, o pátio foi sendo ressignificado, ultrapassando seu papel de ambiência da igreja de São Pedro, como foi tombado pelo IPHAN, e agregando, ao patrimônio cultural aglutinado no pátio de São Pedro, valores como o econômico e turístico.

Pode-se cogitar que a ascensão do pátio à categoria de Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969/70, pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) foi um ponto de virada no entendimento do valor histórico-social do lugar. Segundo Köhler (2010):

Enquanto o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos refletiu a orientação inicial do IPHAN, inclusive sua ênfase nos grandes monumentos de pedra e cal tomados isoladamente, justificando-se através de princípios propriamente culturais, a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife prenunciou a instrumentalização do patrimônio histórico e artístico para fins econômicos, dentro da qual o turismo ocupa sempre lugar de destaque; essa instrumentalização atinge escala nacional através do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH), e tem sua consolidação com o Programa MONUMENTA nos anos 1990 e 2000. (KÖHLER, 2010, p. 02).

Essas iniciativas conjuntas trouxeram uma nova compreensão sobre o espaço, modificando sua restrita função inicial e abrindo caminhos para as sucessivas

intervenções, recuperações e revitalizações, passando-se a observar mais os valores e significados culturais, encaminhando a discussão para uma nova perspectiva.

Da mesma forma, o processo de rerratificação do tombamento do pátio pelo IPHAN, oficializado em 1985, também pode ser apontado como outro aspecto que mudou o olhar das instituições e da sociedade, uma vez que, a partir de então, passou a haver uma poligonal de tombamento a ser respeitada, valorizando todo o casario que delimita o pátio, e não apenas a igreja como elemento focal emoldurado pelo entorno; pois, conforme abordado por Köhler (2010):

O Pátio de São Pedro foi o primeiro espaço urbano do Recife a ser objeto de uma intervenção pública para a criação de um espaço destinado especificamente ao consumo turístico. Para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a PCR desapropriou dezoito das trinta e uma casas do pátio, desalojando os negócios tradicionais que operavam no local: amoladores de facas, tesouras e alicates, depósitos de batata e cebola, bares e restaurantes populares e uma funilaria, a última fabriqueta ali instalada. Ou seja, o projeto alterou as atividades econômicas do pátio em curto espaço de tempo. (KÖHLER, 2010, p. 08).

O casamento do patrimônio com o turismo, neste caso do pátio, também teceu histórias deficitárias, pois essa acelerada e mal preparada retirada da população que trabalhava, morava e frequentava há décadas naquele espaço, gerando, por sua vez, um afastamento daquele público habitual, pós deslocamento dessas “atividades informais”. Desde então o pátio seguiu se reinventando, com recuperação arquitetônica e mudanças de usos, com vistas a sua valorização para fins de turismo e cultura, fato que o destaca em relação ao bairro de São José; conforme mostrado na Figura 23.

Figura 23: Foto do casario depois de reforma na década de 1960.



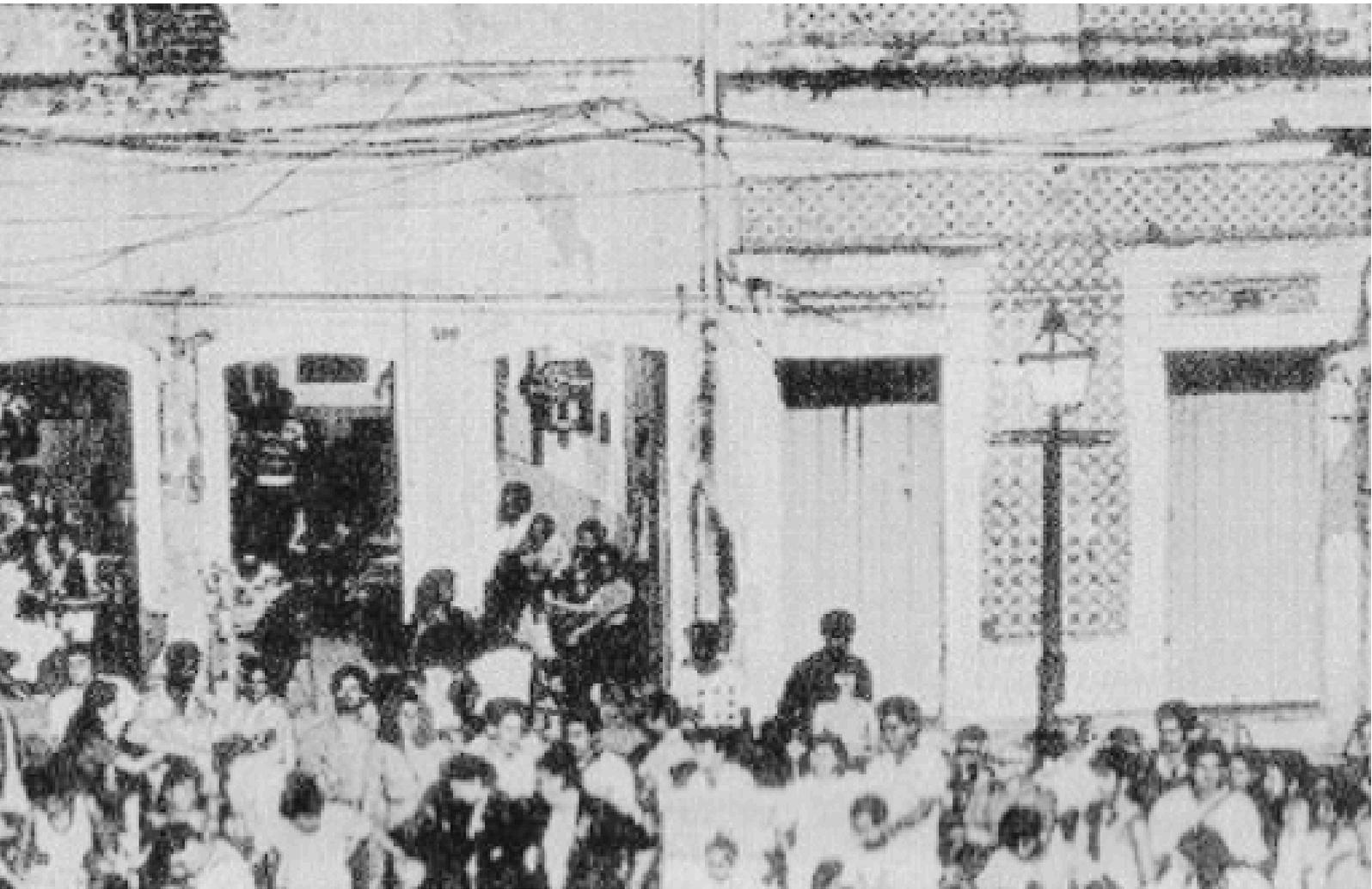
Fonte: Acervo 5ª Superintendência Regional do Iphan – 5ª SR – IPHAN.

Entre obras de infraestrutura, em meados da década de 1980, realizadas através da parceria entre o IPHAN e a prefeitura do Recife e ações “fachadistas”³² promovidas pela iniciativa privada, a exemplo do projeto da Suvinil: Cor, Arquitetura e Memória em 1990. Este caráter permanece sendo reforçado através de incentivos do estado ainda no início do século XXI, entre 2001 e 2008, quando:

[...] iniciou-se um projeto de Mix Cultural para o Pátio, fruto de uma parceria estabelecida com o Governo do Estado. Foram projetados usos para o pátio, voltados para a cultura, como o Centro de Design, pontos de artesanato, o Anexo do Museu de Arte Contemporânea Aluísio Magalhães (MAMAM), um Memorial do cantor Chico Science, o Museu de Arte Popular, o Instituto Vida, o Memorial do cantor Luiz Gonzaga, além do Escritório técnico do Pátio, e dos bares e restaurantes já existentes. (CABRAL, 2019, p. 21).

Apesar de alguns desses empreendimentos terem sido extintos ou modificados, o pátio de São Pedro caracteriza-se como um espaço singular na história social recifense, o que, por sua vez, o institui enquanto testemunha da ação do tempo e mantendo assim uma vital importância na construção dos rumos futuros para o local.

³² KÖHLER, 2010.



CAPÍTULO 3



3. A DIMENSÃO ESPACIAL: O pátio de São Pedro na atualidade

O espaço urbano e arquitetônico está repleto de valores que são identificados ou, a ele, atribuídos a partir de objetivos diversos, como ocorreu no tombamento do pátio de São Pedro, quando a este conjunto edificado foi associado pelo IPHAN o valor de ambiência da igreja de mesmo nome³³. Observar este valor de ambiência reduziu o pátio a uma condição de moldura do edifício religioso a princípio protegido, como já foi discutido aqui, deixando de considerar valores intrínsecos ao próprio espaço do pátio e ao conjunto construído que o delimita. Esta constatação conduziu a produção do presente capítulo, onde se busca compreender as características urbanas e arquitetônicas que dão identidade ao pátio de São Pedro, tornando-o não só uma moldura, mas um lugar com forma e imagem próprias que o faz ser reconhecido pela sociedade como um patrimônio cultural do Recife, resultado da história, memória e do tempo.

Com isso, define-se como propósito deste capítulo, explorar o objeto de estudo em sua forma e imagem, visando a compreensão dos componentes essenciais para o entendimento da sua configuração espacial. Ampliando a escala da análise e, passando do pátio para uma relação com seu entorno, a mesma análise da forma e a sintaxe espacial vão permitir apreender a condição do pátio de São Pedro enquanto um espaço urbano favorável à atração e permanência dos usuários o caracterizando como um lugar que atrai atividades culturais, alimentando nossa hipótese de que isto o diferencia dos demais pátios dos bairros de Santo Antônio e São José.

Estas informações gerais e caracterizações espaciais são unanimidade entre os pesquisadores que trabalharam a cidade do Recife, como: Valadares (2022); Pontual (2021); Menezes (2017); Teixeira & Valla (1999); Loureiro, et. al. (1995); Guerra (1970).

Dito isto, inicialmente abordamos a forma urbana e os elementos morfológicos do próprio pátio de São Pedro, sob a ótica de Lamas (1993), aplicando também a

³³ Inicialmente pela inscrição no livro de tomo de belas artes (em 1938), o valor artístico e no livro de tomo do patrimônio histórico e artístico nacional na mesma data, agregando o valor histórico e posteriormente o valor de ambiência, com a inclusão do conjunto arquitetônico do pátio de São Pedro e seu casario (em 1966). As iniciativas de parceria público-privada e apropriações culturais, observadas inicialmente entre as décadas de 1960 e 1970, enfatizaram outros valores, como o valor turístico e econômico.

metodologia de Lynch (1963) para percepção da sua imagem urbana, finalizando com uma revisão dos parâmetros urbanísticos da área com seus respectivos diagnósticos.

Em seguida, passando a trabalhar com a escala do bairro, o objetivo é compreender como se dão as interações entre o pátio de São Pedro e seu entorno, retomando a metodologia de Lamas (1993), quanto à forma urbana e complementando com uma leitura à luz da sintaxe espacial.

Neste ponto, resgata-se uma inquietação levantada na introdução deste trabalho que reside, por sua vez, em entender como o local resistiu e se transformou ao longo de anos de existência, mantendo sua integridade arquitetônica e espacial, até os dias atuais.

3.1. A morfologia e a imagem do pátio: permanências e transformações

A complexa estrutura das cidades, segundo Lamas (1993), é explicada através dos aspectos exteriores do meio urbano, sendo a cidade resultado dessa integração de forças que estão em constante transformação. A análise da forma urbana surge dessa intersecção entre a estrutura exterior da cidade e os fenômenos que a originam.

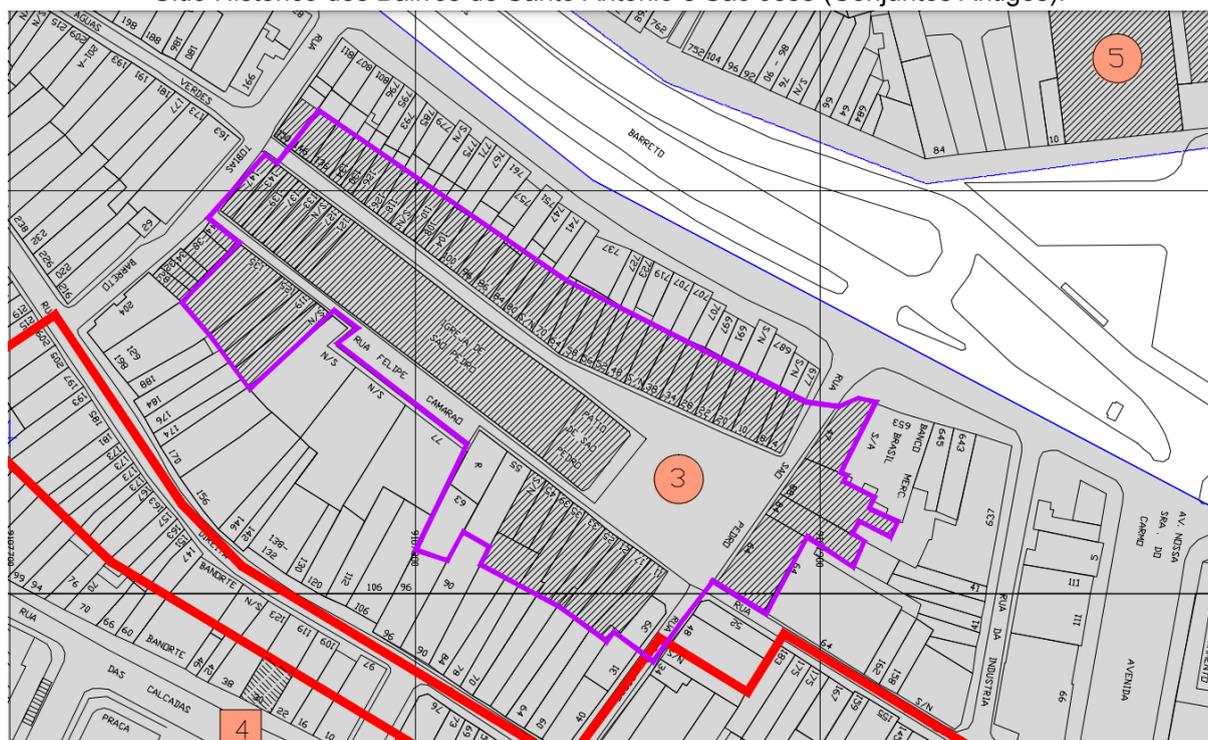
Para o autor, o fato arquitetônico é considerado como parte importante do que vem a ser a produção do espaço físico da cidade, sendo a forma urbana o resultado da organização e definição dos elementos morfológicos³⁴ presentes em determinado espaço urbano, este último é concretizado através de quatro aspectos: funcional, qualitativo, quantitativo e figurativo (LAMAS, 1993).

De modo a auxiliar na leitura do espaço urbano, Lamas (1993) instituiu escalas para análise, são elas: a dimensão setorial (rua, calçada ou praça); a dimensão urbana (bairros ou partes homogêneas na cidade) e a dimensão territorial (na escala da cidade). A presente análise, por focar a princípio no pátio de São Pedro, está pautada na escala setorial, seguindo a poligonal definida pelo IPHAN quando do tombamento deste, em 1968.

³⁴ São elencados como componentes integrantes da forma e devem ser observados considerando seu contexto e escala nessa leitura da cidade, pois sua organização e posicionamento geram diferentes desenhos.

Observando esta poligonal (Figura 24) e considerando o fato da igreja de São Pedro ter sido o alvo do primeiro tombamento do IPHAN que se desdobrou na proteção também do pátio, a nossa análise tem início com o elemento morfológico que Lamas (1993) denomina “monumento” e define como um fato urbano singular que deve ser lido como marco na paisagem, impregnado de valores sociais e culturais.

Figura 24: Recorte da zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural-10, Sítio Histórico dos Bairros de Santo Antônio e São José (Conjuntos Antigos).



LEGENDA:

- POLIGONAL DE TOMBAMENTO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO (IPHAN)
- Área com intervenções sujeitas à análise do IPHAN conforme determina o ofício n 021/98/5 CR/IPHAN Minc. de 21.01.98
- Monumentos tombados
- 3 Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos
- 4 Igreja da Ordem Terceira do Carmo
- 5 Igreja e Convento de Nossa Sra. do Carmo

Fonte: URB Recife, 2002.

De fato, a igreja foi, historicamente, o marco que levou a toda a configuração do espaço atualmente contido na poligonal de tombamento, se destacando como um monumento por suas dimensões, imponência artística e permanência secular. À sua frente, e cercado por um gradil, está delimitado o adro da igreja, em cota intermediária entre o monumento e o pátio que vem em seguida (ver Figura 25). Embora esta diferença entre as cotas dos pisos do adro e do pátio seja pequena, é suficiente para demarcar os dois espaços, permanecendo o adro muito mais

vinculado à original função sacra, enquanto o pátio foi sendo apropriado, também, por outras atividades de caráter profano.

Figura 25: Igreja, adro e pátio de São Pedro enquanto elementos morfológicos.



Fonte: Maurício Ferry, 2019.

O pátio, por sua vez, pode ser enquadrado, entre os elementos morfológicos de Lamas como uma praça, uma vez que, segundo ele, a “praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa” (LAMAS, 1993, p. 100). Isto porque, forma e programa foram definidos pelo original uso religioso do monumento e pela legislação canônica que, no século XVIII, recomendava a existência deste espaço livre à frente dos templos para a reunião dos fiéis.

As ruas e os quarteirões, são também definidores da forma do pátio e esta organização espacial se mantém inalterada, em linhas gerais. As ruas que delimitam a forma do pátio permanecem com seus traçados: Rua Felipe Camarão, Rua das Águas Verdes e a Travessa de São Pedro, sendo travessa um termo bem característico da época de formação deste espaço urbano. Os quarteirões, se

tiveram alguma alteração, não foram relevantes a ponto de se refletir na forma do pátio.

Segundo Lamas (1993, p. 94) “o quarteirão agrega e organiza também os outros elementos da estrutura urbana: o lote e o edifício, o traçado e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos, semi públicos e privados”. No caso do pátio de São Pedro, os quarteirões que o cerca têm forma bastante irregular, sendo constituídos por lotes retangulares, de frente estreita e maior profundidade, característicos das cidades luso-brasileiras.

A permanência deste parcelamento de lotes contribui para manutenção da forma dos quarteirões e, principalmente, para manutenção da forma dos edifícios e suas fachadas, que são de fundamental importância para a percepção do pátio. Isto porque, segundo Lamas (1993, p. 94), na “cidade tradicional, a relação do edifício com o espaço urbano vai processar-se pela fachada. Entalado entre duas empenas, cada edifício dispõe apenas da fachada para a comunicação com o espaço urbano”.

Neste item, dos edifícios, vê-se nas Figuras 25 e 26 que as volumetrias edificadas permanecem em grande parte, com os telhados em duas águas de telha cerâmica, ficando muitas das alterações vinculadas às fachadas das casas térreas e sobrados que predominam.

Figura 26: Fachadas do casario do pátio de São Pedro.



Fonte: FOLHA DE PERNAMBUCO, 2021.

De acordo com um levantamento realizado em 2020 pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade do Recife (DPPC Recife), apontado nos recortes

da Figura 27, o pátio agrega representações arquitetônicas de relevante valor para a narrativa histórica do Recife, com destaque para a Igreja barroca de São Pedro dos Clérigos, que exhibe toda sua suntuosidade através dos frontões, volutas e portadas. Atualmente, a Igreja apresenta um bom estado de conservação, tendo em vista sua recente reforma através da parceria do IPHAN com a Arquidiocese de Olinda e Recife, entre 2013 e 2016.

Figura 27: Recortes dos mapas de conservação e preservação respectivamente.



Fonte: RECIFE, 2020.

O conjunto edificado em seu entorno, casas térreas e sobrados, apresenta regular estado de preservação, sendo poucos os imóveis em estado precário de conservação, conforme elencado no Quadro 02.

Quadro 02: Estado de conservação/preservação dos imóveis do pátio de São Pedro.

IMÓVEIS DO ENTORNO IMEDIATO		LEVANTAMENTO DPPC (2020)	
		Estado atual de Conservação	Estado atual de Preservação
RUA DAS ÁGUAS VERDES	imóvel 04	Regular	Preservado
	imóvel 08	Regular	Preservado
	imóvel 10	Regular	Preservado
	imóvel 20	Bom	Preservado
	imóvel 22	Bom	Preservado
	imóvel 28	Bom	Preservado
	imóvel 34	Bom	Preservado
	imóvel 38	Bom	Preservado
	imóvel 44	Bom	Preservado
	imóvel 48	Bom	Preservado
RUA FELIPE CAMARÃO	imóvel 52	Bom	Preservado
	imóvel 39	Bom	Preservado
	imóvel 11	Bom	Preservado
	imóvel 17	Regular	Preservado
	imóvel 21	Regular	Preservado
	imóvel 25	Bom	Preservado
	imóvel 33	Bom	Preservado
	imóvel 35	Bom	Modificado
	imóvel 39	Bom	Preservado
	imóvel 45	Bom	Preservado
	imóvel 49	Regular	Preservado
	imóvel 51	Regular	Preservado
	imóvel 55	Regular	Descaracterizado
imóvel 63	Regular	Preservado	
RUA SÃO PEDRO	imóvel 47	Bom	Preservado
	imóvel 66	Regular	Modificado
	imóvel 88	Regular	Preservado
	imóvel 84	Regular	Preservado
	imóvel 64	Bom	Substituído
	imóvel 73	Bom	Preservado

Fonte: O autor (2023) com base no levantamento realizado pela DPPC (2020).

Consultando fontes documentais importantes³⁵, entre 1920 e 2020, ou seja, nos últimos cem anos, existe uma relevante permanência na leitura paisagística do pátio de São Pedro. Essa leitura arquitetônica, entretanto, contrasta com a realidade observada nos demais espaços urbanos próximos ao pátio, onde observa-se um alto índice de imóveis descaracterizados ou deteriorados (RECIFE, 2020).

O casario, que confere monumentalidade ao pátio, possui elementos construtivos e formais característicos do século XVIII e XIX, comuns às primeiras nucleações dessa região. Através da leitura dos perfis das ruas que formam o pátio, apresentado na Figura 28, observa-se que suas fachadas constituem tendências estilísticas, em sua maioria ecléticas e de remanescente colonial.

Figura 28: Perfil das ruas do pátio de São Pedro, 2020.



Fonte: RECIFE, 2020.

³⁵ Levantamento realizado pela extinta Companhia de Saneamento do Recife em dois momentos: na década de 1920 – 1930 e na década de 1950 – 1960; e no recente estudo realizado pela DPPC, em 2020.

As cercaduras, que envolvem as portas e janelas de diversos imóveis, são em pedra calcária, revelando indícios de que foram construídos no século XVIII (ver Figura 29), enquanto a presença da platibanda dá testemunho de padrões construtivos do século XIX, que por determinações legais, substituíram os beirais e obrigaram a substituição dos balcões de madeira por outros em ferro (TRIGUEIRO, 1989).

Algumas características do neoclássico são identificadas nos imóveis, a exemplo do padrão de proporção dos elementos das fachadas, o ritmo das aberturas, o uso de cornijas e arcos plenos. É oportuno ressaltar que esse estilo, em vigência no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, dividiu espaço com o gosto eclético, que começou a se impor no Recife desde as primeiras décadas do século XX, levando à reforma e atualização estilística de imóveis preexistentes, como ocorreu também no entorno do pátio de São Pedro.

Figura 29: Perfil da rua das águas verdes.



Fonte: Google Maps, 2023; O autor, 2022.

Segundo o levantamento realizado pela DPPC (2020), conforme Figura 30, a presença de imóveis de tendência estilística “colonial” no pátio de São Pedro representa um total de 73,33% das edificações do lugar. Em contrapartida, as propriedades categorizadas como “sem estilo arquitetônico definido”, caracterizados pela ausência de elementos formais de alguma linguagem arquitetônica definida na historiografia da arte, representa 57,67% das edificações pertencentes a ZEPH-10, Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural, instituída pelo plano diretor do

Recife, conforme a Lei nº 18.770/2020³⁶. Desse modo, esta prática também atinge os imóveis que circundam o pátio, inserido na referida ZEPH, embora com menor intensidade. Esta condição é o resultado direto de intervenções desregradas e abusivas que geram a descaracterização desses imóveis.

Figura 30: Recorte do mapa de tendência estilística.



Tendência Estilística

 Arquitetura Militar	 Eclético
 Colonial	 Art Déco
 Barroco	 Moderno
 Arquitetura do ferro	 Sem Estilo
 Classicismo	 Não se aplica

Fonte: RECIFE, 2020.

Conforme já observado, o pátio de São Pedro resguarda, enquanto um histórico conjunto edificado, que conferem ao local uma coerente ambiência, revalidando os valores considerados pelo IPHAN em seu tombamento inicial em 1938, e dessa forma, resistem e testemunham o passar das transformações acontecidas no desenvolvimento da cidade do Recife ao longo dos anos. O Quadro 03, apresentado a seguir, através da correspondência entre o número do imóvel e as definições

³⁶ RECIFE (PE), 2020.

segundo o levantamento feito pelo DPPC, EM 2020, resume esta inclinação estética-arquitetônica do pátio.

Quadro 03: Levantamento da tendência estilística-arquitetônica do pátio de São Pedro.

IMÓVEIS DO ENTORNO IMEDIATO		LEVANTAMENTO DPPC (2020) - Tendência Estilística
RUA DAS ÁGUAS VERDES	imóvel 04	Colonial
	imóvel 08	Colonial
	imóvel 10	Colonial
	imóvel 20	Colonial
	imóvel 22	Colonial
	imóvel 28	Colonial
	imóvel 34	Colonial
	imóvel 38	Colonial
	imóvel 44	Colonial
	imóvel 48	Colonial
	imóvel 52	Colonial
RUA FELIPE CAMARÃO	imóvel 39	Eclético
	imóvel 11	Colonial
	imóvel 17	Colonial
	imóvel 21	Colonial
	imóvel 25	Colonial
	imóvel 33	Eclético
	imóvel 35	Colonial
	imóvel 39	Colonial
	imóvel 45	Colonial
	imóvel 49	Colonial
	imóvel 51	Colonial
	imóvel 55	Colonial
imóvel 63	Colonial	
RUA SÃO PEDRO	imóvel 47	Eclético
	imóvel 66	Eclético
	imóvel 88	Eclético
	imóvel 84	Eclético
	imóvel 64	Sem Estilo
	imóvel 73	Eclético

.Fonte: O autor (2023) com base no levantamento realizado pela DPPC (2020).

Na Figura 31, é registrado o único exemplar, destacado no quadro acima, como “Sem Estilo”. Fruto de uma equivocada intervenção, no prédio da antiga sede da TELPE (1958-1998)³⁷, o imóvel nº 64, apresenta acréscimo de pavimento, substituição dos materiais da fachada e acréscimos de elementos que imitam, descuidosamente, pilares e cornijas, aspectos esses de intervenções descaracterizadoras.

Figura 31: Prédio da extinta TELPE.



Fonte: Acervo DPPC, sem data; O autor, 2023.

Ainda sobre essas regulamentações jurídicas³⁸ observa-se, na Figura 32³⁹, que a área estudada faz parte da Zona de Diretrizes Específicas (ZDE)⁴⁰, conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS: 1996). Segundo o plano diretor da cidade do Recife (2020), o pátio também se insere na categoria de conjuntos antigos do Setor de Preservação Rigorosa 4 (SPR 4) da Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural 10 (ZEPH 10).

A ZEPH⁴¹, instituída pela LUOS (1996) e ratificada pelo Plano Diretor da cidade (Lei nº 18.770/2020), define uma série de aspectos a serem considerados na conjuntura dessa Zona Especial, como: a referência histórico-cultural; a importância da preservação da paisagem, memória e identidade do lugar; o valor estético e sua significação para a coletividade; a representação da memória arquitetônica, paisagística e urbanística e o tombamento em nível estadual ou federal.

³⁷ Telecomunicações de Pernambuco S/A.

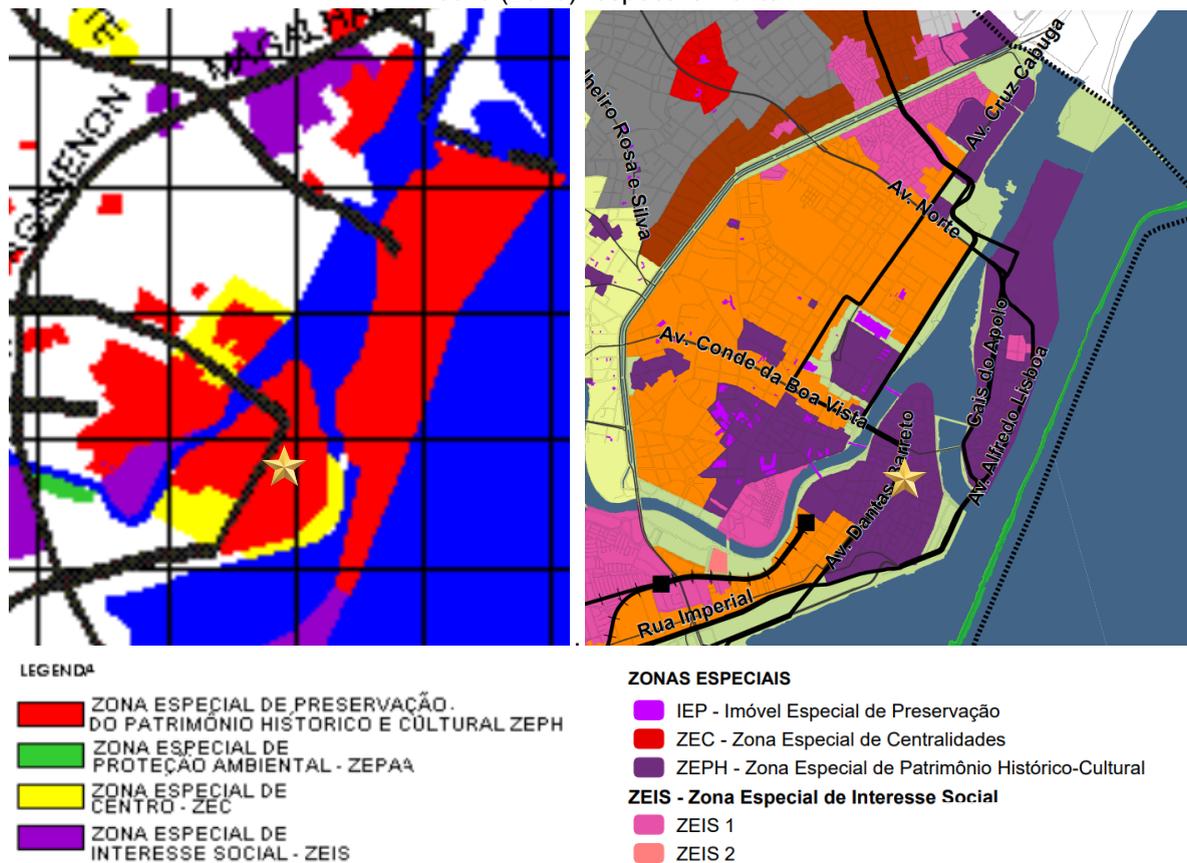
³⁸ São compreendidos como instrumentos reguladores para a manutenção da dimensão espacial do pátio de São Pedro e demais áreas da cidade.

³⁹ O pátio de São Pedro está localizado pela representação de uma estrela amarela.

⁴⁰ Segundo o Art. 14 da LUOS (1996), compreendem as áreas que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo.

⁴¹ Segundo o Art. 14 da LUOS (1996), o pátio de São Pedro se insere enquanto conjunto antigo de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município.

Figura 32: Recorte do zoneamento de áreas especiais segundo a LUOS (1996) e o Plano Diretor do Recife (2020) respectivamente.



Fonte: LUOS (1996) e Plano Diretor do Recife (2020).

É válido ressaltar que como requisito para utilização e reformas em edifícios contidos na ZEPH 10 e na ZEPH 14 (ambos nos bairros de Santo Antônio e São José) faz-se necessário uma análise especial de cada caso, visando manter a integridade das feições da paisagem seja por restauração ou manutenção do imóvel, cabendo ao conselho consultivo do órgão a liberação dessas iniciativas, sendo prevista a demolição de elementos que descaracterizem a imagem do local, conforme previsto em proposta de plano específico, este ainda em desenvolvimento.

Esse articulado aparato legal de fiscalização para a área histórica do Recife, foi implantado com o objetivo de conter a destruição do patrimônio cultural, com vistas à preservação histórica, cultural e paisagística de elementos da cidade que são significativos para sua identidade.

3.2. O pátio e seu entorno histórico

Buscando ultrapassar o entendimento inicial do IPHAN, quanto a considerar o pátio de São Pedro a ambiência da igreja, avançamos com a análise deste espaço urbano, agora o inserindo na escala do bairro, seguindo também a metodologia de Lamas (1993), com o objetivo de compreender como se dão as interações entre o pátio em estudo e seu entorno. A inquietação que levou a esta estratégia foi perceber, de forma empírica, que o pátio de São Pedro tem características de uso diversas, tanto em relação aos demais pátios dos bairros de Santo Antônio e São José, quanto em relação às suas dinâmicas próprias, alternando de uma rota de passagem no cotidiano, para um lugar de permanência e convívio nas ocasiões em que a população se apropria dele com suas manifestações culturais. Assim, entender os fatores que atraem os usuários, e as características que os faz permanecerem no lugar pode dar resposta à inquietação colocada.

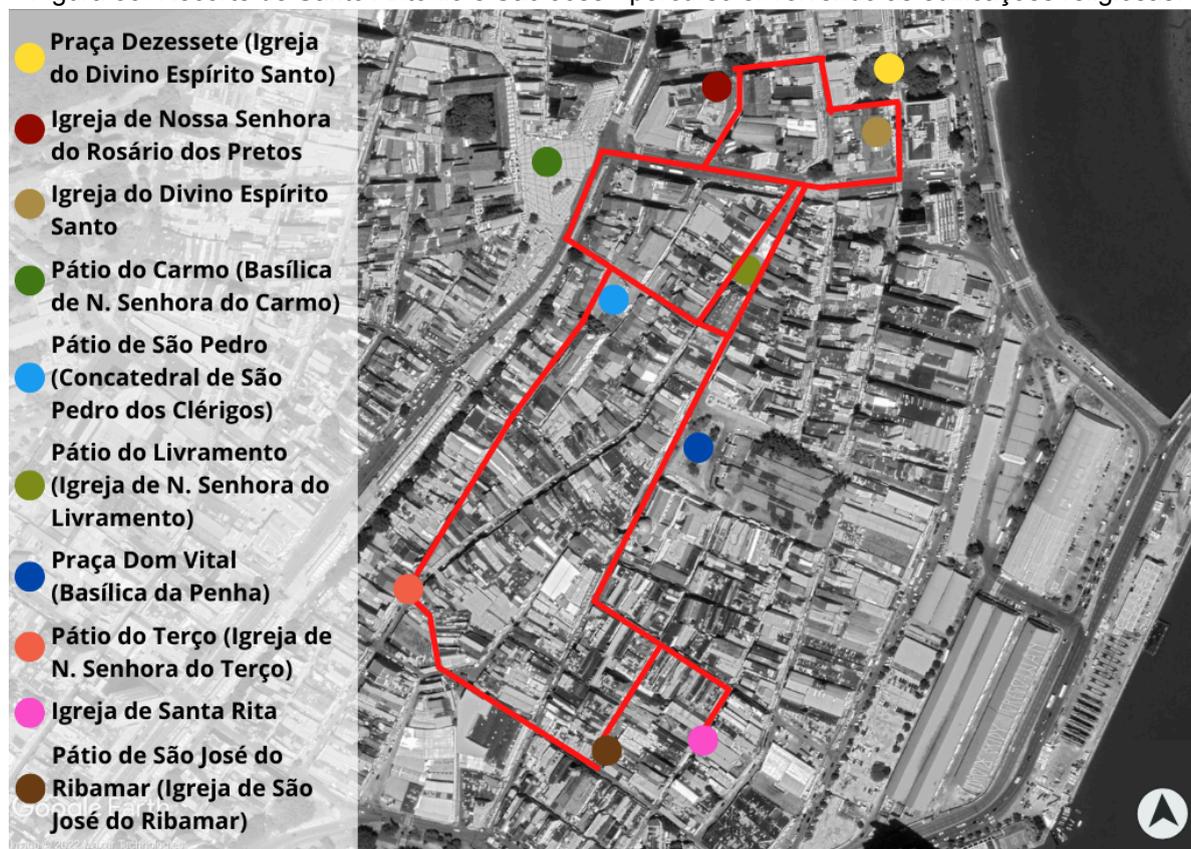
Com a finalidade de situar e qualificar o entorno do pátio de São Pedro, delimitamos o recorte espacial a ser estudado (Figura 33), englobando parte do bairro de Santo Antônio e São José, onde são demarcadas dez edificações religiosas (interligadas pelas ruas e avenidas representadas em vermelho) dentre elas o pátio e a igreja de São Pedro dos Clérigos. Essas centenárias igrejas e seus pátios/largos/praças possuem grande relevância histórica e artística, por marcar e, de certa forma, induzir o crescimento e expansão dos bairros e, também, por fazerem parte da identidade do lugar.

Assim, considerando o mapa a seguir e observando a escala do bairro, foram selecionados seis elementos morfológicos, entre aqueles trabalhados por Lamas (1993), para a análise do espaço. São eles: o lote e o quarteirão; o traçado e a rua; a praça e o monumento.

O lote, como definido por Lamas (1993), é a parcela do solo associada ao edifício, o que delimita e distingue o espaço público e o espaço privado. Um somatório de lotes define o quarteirão, resultado da regularização, divisão fundiária e ordenação dos lotes e edifícios, no espaço urbano. Sendo assim, no recorte espacial em estudo, observamos a predominância de lotes estreitos e longos e de quarteirões semi-regulares e irregulares em sua maioria, com exceção do largo da Igreja de

Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e do pátio do Carmo, ambos com uma maior variedade no arranjo dos lotes (estretos e largos).

Figura 33: Recorte de Santo Antônio e São José - percurso envolvendo as edificações religiosas.



Fonte: Google Earth (editado pelo autor), 2022.

As ruas e o traçado, tendo a função de ligação entre os espaços da cidade, se caracterizam, na área em estudo, como irregulares, em sua maioria, gerando um traçado bem característico das cidades luso-brasileiras. Observa-se a predominância de ruas estreitas que, por vezes, se abrem em praças, largos ou pátios. Esses espaços propiciam uma área de contemplação desses monumentos, as igrejas, em sua integridade, como no caso do pátio de São Pedro.

Assim como as ruas, as praças são espaços de domínio público e se instituem enquanto um elemento de mobilidade, ponto de encontro e permanência. Neste aspecto, se observa que a presença dos pátios - mais que as praças, caracteriza a malha urbana da área em estudo, lhe dando identidade. Mesmo as igrejas que não possuem pátio ou adro⁴² apresentam um recuo frontal com alguma elevação em relação ao solo, dando uma clara intenção de destaque e contemplação. Portanto,

⁴² O adro, no contexto empregado, significa um pátio externo descoberto e, por vezes, murado, localizado em frente ou em torno a uma igreja; peribolo, átrio.

enquanto espaços livres públicos estes pátios são fruto de um desenho intencional e, como já foi visto, foram concebidos com o objetivo de atender à função de encontro e permanência. No entanto, com a mudança na dinâmica de uso e ocupação dos imóveis na área, atualmente predominando o comércio e serviços, os pátios foram perdendo o caráter de lugar de encontro e hoje são espaços de circulação dos usuários.

Estes pátios e seus respectivos monumentos, as igrejas, são os principais marcos urbanos dos bairros e servem de referência e orientação para os usuários.⁴³ Para reforçar esta colocação, se insere aqui outras categorias de análise que foram definidas por Lynch (1960) enquanto ferramenta para apreensão da paisagem urbana. São elas: as vias (senso de direção, canais de movimento); os limites (quebras de continuidade); os bairros (lugares com identidades distintas); os pontos nodais (focos intensivos, concentrações); e os marcos (objetos físicos que demarcam a localização espacial).

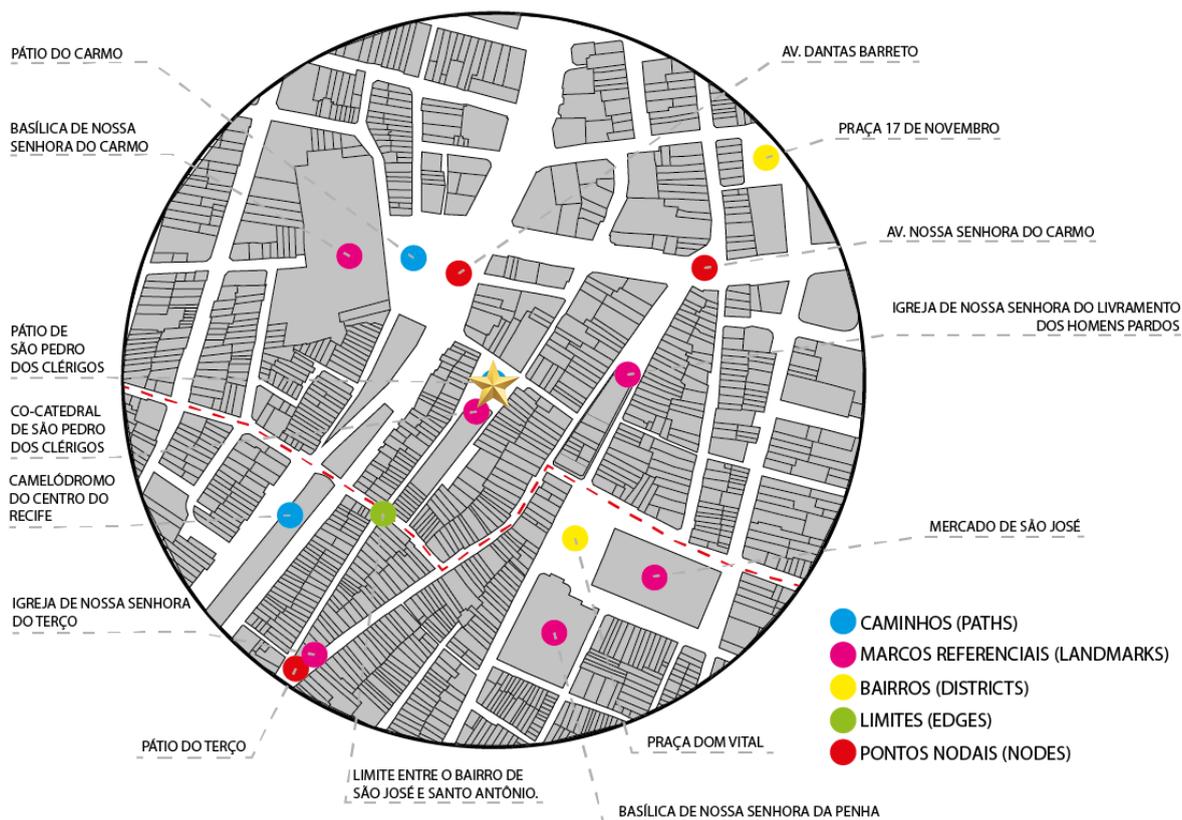
Na área em estudo e com peso relevante para os bairros de Santo Antônio e São José, pode-se dizer que as dez igrejas ali reunidas mantêm-se como marcos da paisagem urbana, demarcando o lugar dos diversos pátios, apesar das mudanças ocorridas na área e nas funções que hoje abriga.

Os pátios, que anteriormente tinham o caráter de espaços de concentração, foram enfraquecidos desta função, mas em termos espaciais permanecem como pontos nodais na estrutura dos bairros que, por sua vez, adquiriram forte identidade com a presença dos referidos marcos. Este conjunto de referências urbanas está conectado por vias (seja direta ou mais indiretamente como se analisa a seguir) que fazem dos pátios elementos de direcionamento para os usuários reforçando a condição de destino, ainda que não de permanência.

Com isso, são pontuados na área os elementos constituintes da imagem da cidade, o pátio de São Pedro que está demarcado pela estrela amarela, os elementos físicos e perceptíveis e os não físicos evocados por Lynch (1960), como observa-se na Figura 34.

⁴³ É válido destacar que nos arredores do pátio do Terço há a Casa de Badia, monumento tombado, em 1996 pela FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), sendo este de grande relevância para as religiões de matriz africana do Recife.

Figura 34: Mapa de Elementos da Paisagem Urbana de Kevin Lynch.



Fonte: O autor, 2021.

Cabe observar que, neste contexto urbano, o pátio de São Pedro tem uma localização privilegiada que favorece sua conexão com alguns dos demais pátios e igrejas da área (Carmo, Terço, Livramento, Penha) fato que pode ser um aspecto positivo na manutenção da sua função de congregar pessoas e promover a permanência em dias específicos. Assim, em sua dualidade de usos, já referida, ele é uma via de passagem no cotidiano, e um ponto nodal nos dias de agitação cultural. Em leitura do já referido diagnóstico produzido pela DPPC (2020), observa-se ainda que os pátios do Carmo e São Pedro, separados pela Av. Dantas Barreto, se configuram como um espaço de respiro do agito comercial das ruas do Bairro de São José e se estabelecem enquanto caminhos de conexão entre essas partes de intenso fluxo de pessoas e mercadorias. São, assim, considerados como portas de entrada para esses atratores comerciais, além do viés turístico propiciado pela relevância histórica, arquitetônica e paisagística, que vem sendo cada dia mais valorizada na área.

Associando a leitura morfológica de Lamas (1993) à construção da imagem da cidade, segundo Lynch (2011), vê-se que a área em estudo tem características que

apontam para as qualidades urbanas que, segundo Lynch, conformam a imagem da cidade: legibilidade⁴⁴, estrutura e identidade⁴⁵ e imageabilidade⁴⁶. Segundo o autor, o que torna a cidade singular é a diversidade de significados, sendo, portanto, o subjetivo tão importante quanto a estrutura física e permanente de um lugar, pois o espaço urbano é:

[...] algo a ser visto e lembrado, um conjunto de elementos do qual esperamos que nos dê prazer. Olhar para as cidades pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção de grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. (LYNCH, 2011, p.01).

Em linhas gerais, é possível extrair dessa análise que a área em estudo é composta por ruas estreitas e irregulares, pátios que são pontos de convergências de ruas, uma fragmentação espacial devido à predominância de lotes estreitos, levando a um adensamento de edifícios. Estas características reforçam a identidade e caráter dos bairros mais antigos do Recife, o que se confere através da seguinte descrição do Bairro de São José, feita por Guimarães (2012):

As planas superfícies das fachadas e as linhas horizontais das ruas "enquadram" as igrejas e respectivos pátios em vistas frontais, sendo as perspectivas urbanísticas reforçadas lateralmente. As linhas oblíquas dessas perspectivas, por sua vez, conduzem às praças - elementos urbanos marcantes, pois abertos e amplos - ou às contínuas quadras e aos becos que compõem o traçado urbano híbrido que caracteriza o Bairro. (GUIMARAENS, 2021, p. 94).

Após analisar os elementos morfológicos aqui tratados, foi elaborado um quadro síntese (Quadro 04) listando as características observadas *in loco* e considerando, em particular, cada uma das edificações religiosas.

⁴⁴ Para Lynch (2011), a nitidez visível na paisagem das cidades indica a facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num padrão coerente. Para o autor, uma cidade legível é aquela cujos elementos constitutivos podem ser agrupados num modelo geral e que bem organizada em termos visuais, é possuidora também de um forte significado expressivo.

⁴⁵ Ao lado dos conceitos de legibilidade e imageabilidade, Lynch traz estrutura, identidade e significado como os componentes nos quais se divide a imagem. Por identidade trata a propriedade de uma imagem ser diferenciada das demais como uma entidade separável, com individualidade e unicidade. A estrutura refere-se à capacidade da imagem de relacionar o objeto ao observador. O significado, é intrínseco a forma e pode assumir tão diversificadas representações quantos forem os seus observadores.

⁴⁶ Para o termo imageabilidade, Lynch (2011, p. ?) traz a seguinte definição: "É a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. [...] Também poderíamos chamá-la de legibilidade ou, talvez de visibilidade num sentido mais profundo, em que os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos".

Quadro 04 - Características dos elementos morfológicos, segundo Lamas (1993), observadas *in loco*.

Espaços Religiosos	Elementos morfológicos			
	Lote e quarteirão	Traçado e rua	Praça	Monumento
Praça Dezessete (Igreja do Divino Espírito Santo)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões regulares	Trecho com malha urbana regular e densamente construída/frequente	Desenho intencional fruto das remodelações urbanísticas modernistas (século XIX e XX)	Além da Igreja , possui uma Fonte de água (inativo) e monumento de portugueses à cidade do Recife (1927)
Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Lotes irregulares (estreitos e largos) e Quarteirões irregulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	possui pátio	A própria Igreja se configura enquanto um fato urbano singular na localidade
Pátio do Carmo (Basílica de N.S. do Carmo)	Lotes irregulares (estreitos e largos) e Quarteirões irregulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	possui pátio	A própria Igreja e convento se configura enquanto um fato urbano singular na localidade
Pátio de São Pedro (Concatedral de S. Pedro dos Clérigos)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões semi-regulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	possui pátio	A própria Igreja se configura enquanto um fato urbano singular na localidade
Pátio do Livramento (Igreja de N. S. do Livramento)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões irregulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	possui pátio	A própria Igreja se configura enquanto um fato urbano singular na localidade
Praça Dom Vital (Basílica da Penha)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões semi-regulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	Desenho intencional fruto das remodelações urbanísticas modernistas (século XIX e XX) visando atender a Basílica da Penha e ao Mercado de São José	Além da Igreja e Convento , possui uma Estátua em homenagem a Dom Vital (figura religiosa importante no Recife)
Pátio do Terço (Igreja de N. S. do Terço)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões semi-regulares	Trecho com malha urbana irregular e densamente construída/frequente	O espaço é constituído de um largo sendo chamado tradicionalmente de Pátio	Além da Igreja , possui a Casa de Badia (tombado pela FUNDARPE)
Igreja de Santa Rita de Cássia	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões semi-regulares	Trecho com malha urbana regular e densamente construída/frequente	A igreja não possui pátio/prança, entretanto possui recuo frontal, além de ser elevado do nível da rua	A própria Igreja se configura enquanto um fato urbano singular na localidade

Pátio de São José do Ribamar (Igreja de S. José do Ribamar)	Lotes Estreitos e longos e Quarteirões regulares	Trecho com malha urbana regular e densamente construída/frequentada	possui pátio	A própria a Igreja se configura enquanto um fato urbano singular na localidade
OBS: Informações obtidas a partir da observação do entorno imediato do bem analisado				

Fonte: O autor, 2022.

Em busca de reforçar os argumentos que avaliam a continuidade do pátio de São Pedro como um lugar de atração e permanência, volta-se a trabalhar a sua relação e conexão com a área de entorno, utilizando a sintaxe espacial⁴⁷.

Considerando tais definições, Loureiro et. al. (1995), realizaram um importante estudo de análise do Recife, utilizando a sintaxe espacial, partindo da cidade reconquistada pelos portugueses, em 1749, até o ano de 1993. Observam neste estudo questões de acessibilidade, integração e inteligibilidade presente no Recife no transcorrer dos tempos.

Mediante esse estudo, fica claro que as intervenções urbanas modernistas, presenciadas no centro do Recife desde o final do século XIX, com vistas a mobilidade urbana, atuam diretamente na consolidação dessa matriz elementar⁴⁸ e portanto, esta “centralidade se constitui como ponto de convergência, de destinação coletiva, a identidade das cidades é conferida por diferenciação e articulação de partes locais no contexto global” (PEPONIS, 1989, Apud LOUREIRO et al., 1995, p. 31).

Observando os pontos supracitados acerca do caminho percorrido na consolidação do tecido urbano recifense, cria-se um recorte⁴⁹ situado no bairro de Santo Antônio, com foco no pátio de São Pedro. Em seguida o espaço delineado é analisado sob a ótica da sintaxe espacial⁵⁰ que, por sua vez, quantifica (as linhas ou eixos axiais) e

⁴⁷ Conforme Hillier e Hanson (1984), a base teórica da sintaxe espacial busca explicar como padrões de organização e arranjo espacial podem influenciar no comportamento humano. São apresentados modelos de representação do espaço urbano e edificado, além de medidas para calcular estas espacialidades (CASTRO; 2018).

⁴⁸ A matriz elementar se refere à disposição espacial dos elementos básicos ou unidades de design que compõem o ambiente construído, como: edifícios, lotes, ruas, praças e outros elementos urbanos que configuram um padrão repetitivo de elementos urbanos que formam uma rede espacial.

⁴⁹ A partir de um recorte de área com raio de 500 metros do centro do pátio estudado.

⁵⁰ Hillier e Hanson (1989).

qualifica (por grau de temperatura de cor) as propriedades e a natureza topológica presentes no sistema axial.

Por fim, as hierarquias espaciais, geradas pelas medidas sintáticas obtidas no software⁵¹, serão cruzadas com o padrão espacial de uso e ocupação do solo e campos visuais do pátio, com o objetivo de constituir uma narrativa realista nesse espaço convexo.

A Figura 35⁵² consiste no produto gerado pelo software reflexionando a integração global (HH) e integração local⁵³ (N,3), que considera o sistema de eixos axiais e qualifica as medidas de cada linha entre os maiores valores que indicam uma maior acessibilidade topológica (via mais integrada), com os menores valores indicando uma baixa acessibilidade (via mais segregada). O pátio de São Pedro é representado pela estrela amarela em ambos os mapas.

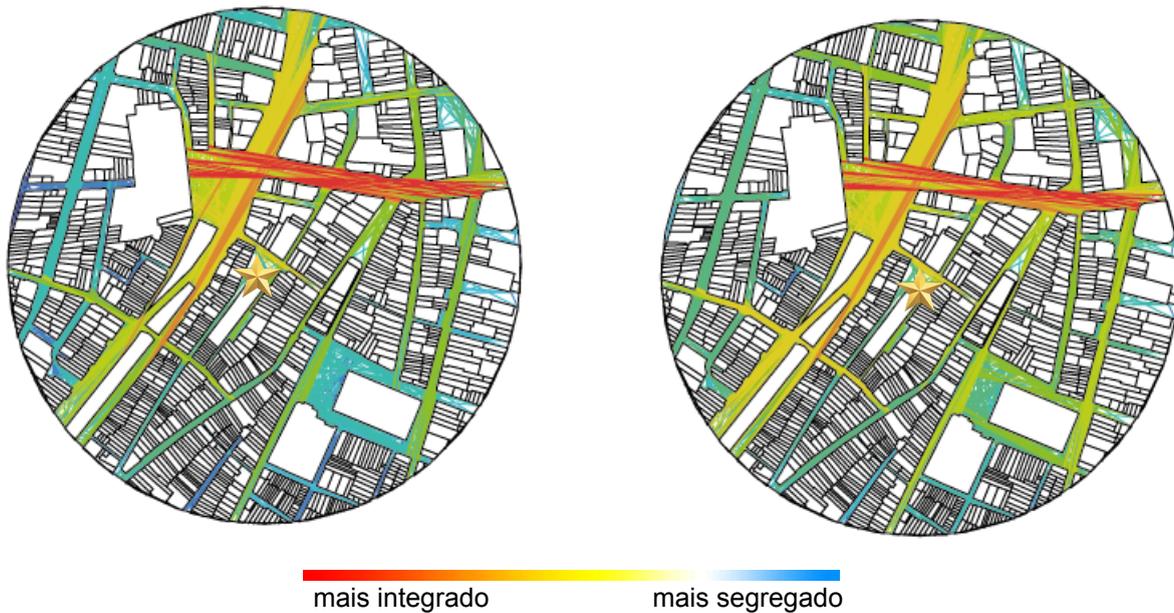
Observa-se que no mapa de integração global as vias de maior integração se localizam no cruzamento entre a Av. Dantas Barreto e a Av. Nossa Senhora do Carmo e as vias de menor medida de integração, ou seja, as mais segregadas, se encontram mais afastadas do cruzamento principal e tangenciam as margens do sistema viário do centro; enquanto no mapa de integração local, o polígono de tombamento em que o pátio se insere, sofre um aumento na medida de integração no contexto local na via que divide o bairro de Santo Antônio e São José (Rua Tobias Barreto), além do espaço envolto no Mercado de São José ganhar um maior destaque nesse contexto.

⁵¹ As medidas sintáticas utilizadas nesta análise foram geradas por intermédio do software DephtmapX.50.

⁵² O pátio de São Pedro está demarcado no mapa por uma estrela amarela.

⁵³ Do ponto de vista teórico, a métrica de integração reflete a complexidade cognitiva envolvida ao chegar a uma rua. Muitas vezes, sustenta-se que essa métrica "antecipa" o uso de pedestres em uma rua: se for mais fácil chegar a uma rua, é esperado que ela seja mais frequentada.

Figura 35: Mapa de Integração Global (HH) e Mapa de Integração Local (N,3) respectivamente.



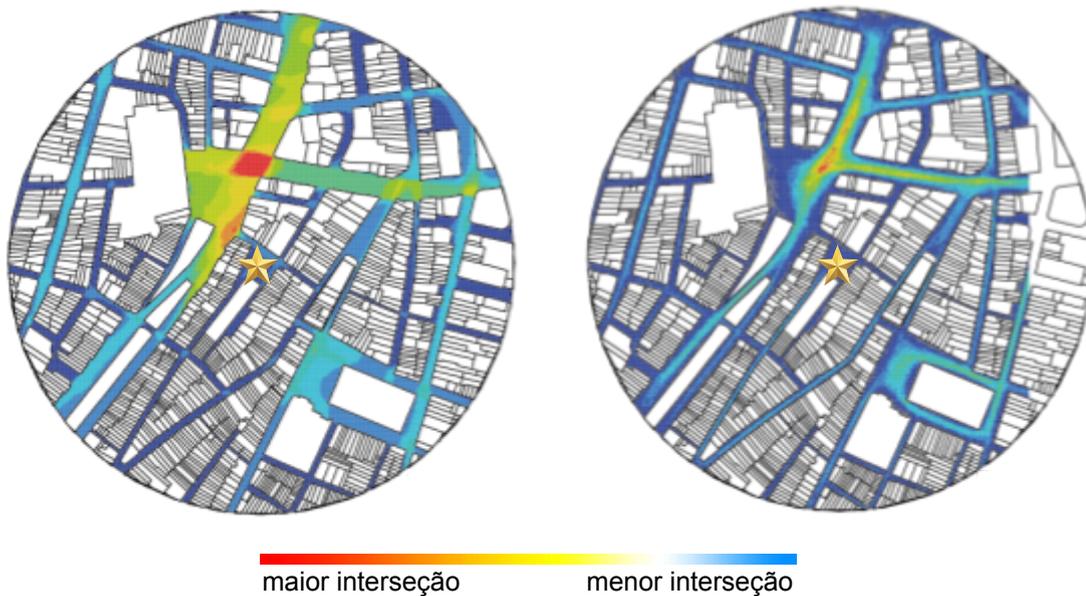
Fonte: O autor, 2021.

Os mapas propostos pela Figura 36⁵⁴, tem como objetivo mostrar a conectividade na área analisada, que corresponde ao número de linhas axiais que interceptam determinado vértice (ou nós na teoria dos grafos) revelando a interligação dos espaços e seus elementos entre si; enquanto o mapa de fluxo de pessoas⁵⁵ é o resultado de um modelo baseado em agentes virtuais, considera o movimento humano no espaço, suas tomadas de decisões e dinâmicas visuais que, por sua vez, geram fluxos do comportamento humano (padrões de movimento) que representam uma situação real no ambiente construído (tanto no espaço arquitetônico como no urbano) e tem como produto um mapa que expressa em cores quentes o maior fluxo de pessoas naquela área e em cores frias o oposto.

⁵⁴ O pátio de São Pedro está demarcado no mapa por uma estrela amarela.

⁵⁵ Na pesquisa foram considerado a formatação padrão do software *DephtmapX.50* que faz uso da medição pelo *Gate Count* (contagem de portais) que nesta simulação a contagem é feito pelo trajeto de 50 pessoas

Figura 36: Mapa de Conectividade e Mapa de Fluxo de pessoas respectivamente.



Fonte: O autor, 2021.

Em relação aos campos visuais do recorte analisado, as vias de maior conectividade, ou seja, com o maior número de ruas que se *encruzam*, se localizam no cruzamento entre a Av. Dantas Barreto e a Av. Nossa Senhora do Carmo e as vias de menor medida de conectividade, ou seja, as mais segregadas visualmente, se encontram mais afastadas desse cruzamento principal sendo predominante nas margens desse sistema viário, como é o caso do pátio de São Pedro marcado em cor rosa nos mapas.

De igual modo, o Mapa de Fluxo de Pessoas reafirma essa constatação e insere o pátio de São Pedro em um contexto espacial menos exposto ao tráfego e ao movimento intenso de pessoas, o que, por sua vez, confere ao local a percepção de proteção e tranquilidade.

A partir de uma isovista⁵⁶, com um ponto inicial fixado à frente da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, observa-se a captação visual de todo o perímetro do pátio, bem como a contemplação de todos os acessos direcionais e imóveis tangenciados

⁵⁶ “A isovista é um polígono de visibilidade que representa o volume de espaço visível de determinado ponto do espaço, (...) portanto, uma área visível ao observador, tomada como referência em uma localização específica” (SOUZA, et. al. 2020, pág. 409). O uso da isovista será aplicado com a finalidade de representar a “arrumação óptica” do ambiente formado a partir de um determinado ponto capturando toda a área e perímetro visível, refinando a percepção visual do ambiente e sua relação com o usuário.

pela área, conforme as Figuras 37 e 38. Esta observação, revelada pela percepção do usuário e sua relação visual com o espaço, permite-nos afirmar que o local se apresenta como um espaço convexo⁵⁷ sendo, portanto, um espaço favorável às práticas culturais.

Essa ligação entre a geometria do espaço e o movimento, aplicada na área de cognição espacial⁵⁸, é constatada pela visualização de expressivos 100% da área estudada, propicia a sensação de segurança e controle do indivíduo em relação ao ambiente, oportunizada pela quantidade de superfícies visíveis do local, o que indica sua qualidade de permeabilidade e imageabilidade, estes responsáveis pela sensação de bem-estar aos usuários de determinado espaço.

Figura 37: Isovista partindo de frente da Igreja de São Pedro dos Clérigos.



Fonte: O autor, 2021.

Pelo exposto, pode-se afirmar que fisicamente o pátio de São Pedro possui características que fazem dele um espaço mais recluso em comparação à configuração espacial presente no recorte escolhido. Conforme exposto pelas leituras espaciais realizadas, o pátio estudado apresenta um aspecto mais

⁵⁷ O pátio de São Pedro é considerado convexo; pois, todos os pontos dentro do polígono são visíveis para todos os outros pontos dentro do polígono.

⁵⁸ Beck, 2011.

segregado/resguardado da malha urbana, em relação a outros espaços semelhantes em seu entorno.

Figura 38: visada panorâmica da isovista apresentada.



Fonte: O autor, 2022.

Desse modo pode-se afirmar que essas características conferem ao pátio um maior isolamento e privacidade, atributos tradicionalmente associados as nucleações residenciais, fato que contribui para permanência das atividades culturais, que vêm sendo observadas com maior intensidade no local desde a década de 1970, com a implantação de investimentos públicos e privados que objetivam reascender essa porção histórica da cidade, outrora abandonada.

A black and white photograph of a large, ornate church with two towers and a central cross, situated in a street with debris and vintage cars. The church is the central focus, with a prominent cross on its facade and two bell towers with domes. The street in front of the church is filled with rubble and debris, suggesting a scene of destruction or reconstruction. Several vintage cars are visible, including a small car on the left and a larger truck in the foreground. The overall atmosphere is one of a city in transition or recovery.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória percorrida nos capítulos anteriores se esteve em busca de melhor entender a condição atual do pátio de São Pedro enquanto patrimônio cultural da cidade do Recife, reconhecido oficial e popularmente, de modo a encontrar resposta para a inquietação central desta pesquisa: De que modo a preservação da arquitetura e do espaço do pátio de São Pedro, tombado pelo IPHAN por seus valores históricos, artísticos e ambientais, se justifica na sociedade atual, considerando a influência de atividades turísticas e manifestações culturais populares na perpetuação do patrimônio material e imaterial?

Discutir estas questões conduziu a um estudo das mudanças, permanências e transformações que ocorreram no pátio ao longo da sua história, seguido de uma análise da sua condição atual. Para orientar o percurso da pesquisa, os valores artísticos, de história e de ambiência, atribuídos ao pátio de São Pedro no tombamento pelo IPHAN, serviram de balizas para a presente pesquisa.

No entanto, primeiro se fez necessário caracterizar e definir o termo pátio, para em seguida se apreender a representatividade dos pátios na configuração urbana do Recife antigo. Constatada essa representatividade, inicia-se o estudo específico do pátio de São Pedro, explorando seu percurso histórico a fim de observar em que medida a carga histórica que ele guarda havia contribuído, ou não, na sua manutenção. A conclusão desta revisão é que, o pátio por se manter espacialmente íntegro, conseguiu suportar adversidades como a abertura da Avenida Dantas Barreto situada em sua margem, além das propostas modernistas de substituição do casario que o delimita, conforme abordado no item 2.2 desta pesquisa.

A inércia do tempo é observada no pátio de São Pedro no século XIX, pois como foi constatado pouco compareceu nas referências bibliográficas e documentais consultadas. Mas certamente, o tombamento decretado pelo IPHAN, na década de 1960, favoreceu para que houvesse esta permanência, havendo transformações físicas menos expressivas. Verificou-se, ainda, que outros fatores também tiveram peso na permanência do lugar, em particular o contínuo uso daquele espaço público para realização de procissões e outras solenidades religiosas, como foi relatado no capítulo 2. Ou seja, o caráter sacro cristão que fez surgir o pátio, como continuidade

da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, assegurou o uso religioso para aquele espaço, até o século XX, apesar de ser visto com menor intensidade nos dias atuais.

Consta-se, também, que para além do uso sagrado (cristão), outros usos foram dando vida ao pátio, como: as expressões de religiosidade de etnias diversas como os indígenas ou afrodescendentes; as manifestações de cunho popular e profano, como os encontros boêmios e o carnaval que a partir dos anos 1950 começaram a pontuar o pátio; afoxés e maracatus que demarcam ali sua territorialidade desde a década de 1960. Pode-se cogitar que a ascensão do pátio à categoria de Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969/70, pela Prefeitura da Cidade do Recife foi um ponto de virada no entendimento do valor histórico-social do lugar.

Estes dados coletados mostram que o patrimônio material, em parte assegurado pelo tombamento oficial do pátio, teve suporte também na apropriação do lugar por diversas camadas sociais, com diferentes forma de manifestações (sacras e profanas) alimentando o caráter cultural e imaterial à preservação do lugar.

Desse modo, fomos encontrando respostas para outra inquietação inicial: como o pátio de São Pedro se ressignificou ao longo do tempo - de sacro à profano, de modo a se perceber, hoje, uma atmosfera que o diferencia dos demais espaços similares do entorno? Aqui fica em aberto uma questão que requer maior aprofundamento, visto que não foi possível investiga-la dentro do prazo de realização da presente pesquisa: a partir da ação de quais agentes, o pátio foi sendo ressignificado, agregando ao seu valor de história os valores de patrimônio cultural, com potencial econômico e turístico?

Contudo, transformações significativas ocorreram quanto ao uso do casario inserido na poligonal de tombamento, conforme Quadro 01 e Anexo B. Observou-se que inicialmente alguns dos imóveis tinham uso de comércio, por vezes informais, e de serviços gastronômicos, como bares e restaurantes. O levantamento realizado em 2020, contabilizou doze, dos trinta imóveis analisados, como estabelecimentos de categoria institucional/cultural, revelando assim o viés cultural e turístico que se deseja para o pátio, desde a sua destinação como Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969/70. Entretanto, questiona-se em que medida este viés turístico vem oferecendo sustentação à preservação do pátio, uma vez que verificou-se, no

levantamento realizado em 2022, um relevante número de imóveis fechados com uma taxa de 6,67% das edificações, em 1980, se elevando para 46,67% em 2022. Esse cenário preocupante, caso não solucionado, cria um ambiente futuro de deterioração física dos imóveis, resultando em estruturas arruinadas, infiltrações e desgastes ao longo do tempo.

Os motivos que elevaram esse percentual de imóveis ociosos é outro aspecto que deve ser melhor apurado em pesquisas futuras, uma vez que este quadro compromete a preservação do conjunto edificado e o desígnio de sustentar o pátio enquanto um espaço de atração cultural e turística.

Com o objetivo de confirmar os resultados obtidos na leitura do pátio em perspectiva histórica, no capítulo 3 fez-se uma análise deste espaço na atualidade, aplicando: a morfologia, a imagem urbana, a sintaxe espacial, a legislação etc. Para orientar esta análise, parte-se do valor de ambiência que foi atribuído ao pátio em seu tombamento pelo IPHAN. Com isso, buscou-se entender como as transformações e permanências ocorridas neste espaço urbano reverberam atualmente sob o valor patrimonial do pátio.

Procedendo a uma análise em duas escalas de abrangência distintas: a setorial, delimitada como a poligonal de tombamento do pátio de São Pedro; e a escala do bairro, de modo a relacionar o pátio com a cidade a sua volta, algumas constatações foram surgindo.

Na escala setorial, o pátio foi definido a partir do estudo dos elementos morfológicos. Logo, observamos que ele se caracteriza por uma configuração trapezoidal, contendo um espaço central e seccionado entre o adro e o pátio, estes cercados por edificações de diferentes gabaritos, linguagens formais e épocas de construção; sendo as ruas estreitas e irregulares que convergem no pátio, pavimentadas com pedras gastas pelo tempo e paralelepípedos irregulares. Portanto, em linhas gerais o espaço urbano do pátio de São Pedro manteve suas características formais, observado através dos mapas e estudos sobre a área.

Ampliando o estudo para o casario que o cerca, também detecta-se permanências relevantes quanto às linguagens arquitetônicas, estado de preservação e de conservação; ou seja, o pátio manteve-se enquanto ambiência da Igreja de São

Pedro dos Clérigos, certamente contribuindo, para tanto, o tombamento federal e o fato de estar inserido em uma Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural, segundo o Plano Diretor da Cidade do Recife (A Lei nº 18.770, publicada no Diário Oficial do Recife em 30/12/2020).

Após esta análise, foi possível validar a impressão preliminar obtida com a leitura empírica do espaço, que apontava ser o pátio de São Pedro entre os demais dos bairros de Santo Antônio e São José, como um recinto que preservou sua integridade espacial e resistiu às mudanças impostas pelo progresso, mesmo diante das transformações ocorridas ao longo do tempo em seu entorno. No entanto, para além dos valores de história e ambiência, outros valores podemos atribuir ao pátio de São Pedro para justificar essas permanências e a manutenção do seu caráter enquanto patrimônio do Recife.

Logo, a análise foi ampliada para a escala do bairro, o pátio em seu entorno, o observando em conjunto com a estrutura urbana e com outros espaços públicos próximos, com o objetivo de entender o que o torna atrativo para a permanência dos usuários e também para a realização de atividades culturais.

Novamente, foi aplicada a leitura da morfologia urbana observando alguns elementos definidos por Lamas (1993) e a apreensão da imagem do lugar, sob a luz das categorias de análise de Lynch (1960). Em linhas gerais, observou-se que: a área em estudo desempenha um papel relevante sendo a igreja um marco na paisagem, juntamente com as demais igrejas ali existentes; estas igrejas e os seus respectivos pátios permanecem como pontos nodais na estrutura de ambos os bairros. Este conjunto de referências urbanas está conectado por vias que fazem dos pátios elementos de direcionamento para os usuários. Cabe observar que, neste contexto urbano, o pátio de São Pedro tem uma localização privilegiada que favorece sua conexão com alguns dos demais pátios e igrejas da área (Carmo, Terço, Livramento, Penha) fato que pode ser um aspecto positivo na manutenção da sua função de congregar pessoas e promover a permanência em dias específicos.

Além disso, nota-se que a geometria do lugar que acolhe e congrega, junto a segregação local (reclusão espacial) em relação à seu entorno (global), ambos constatados pela sintaxe espacial, se constitui como um dos fatores principais para

o crescimento do uso cultural e de lazer no pátio, pelo qual é reconhecido atualmente. Esses elementos morfológicos e de usos, presentes no pátio de São Pedro, reafirmam a sua identidade fazendo-o ultrapassar sua condição de simples ambiência do monumento tombado, a igreja.

Há uma sutil diferença entre os bairros vizinhos (Santo Antônio/São José) que reside na movimentação intensa de pessoas nas ruas de São José, que acaloram o comércio existente; ao passo que o pátio de São Pedro, em Santo Antônio, preserva uma pacata ambiência oitocentista que, por sua vez, o diferencia, inclusive quanto ao estado de conservação dos imóveis a sua volta, enquanto nas ruas adjacentes há muitos imóveis deteriorados e subutilizados.

As camadas de proteção legal são de extrema importância para a conservação urbanística-arquitetônica do lugar, contribuindo para o atual bom/regular estado de conservação das edificações que delimitam o pátio, ou seja, pela ausência de imóveis em estado precário ou de ruínas. Entretanto, observa-se uma crescente descaracterização dos imóveis do entorno, que estão para além da poligonal de tombamento do pátio de São Pedro, principalmente nos elementos arquitetônicos das fachadas, por diversas frentes, sendo as demandas da publicidade comercial o principal fator das intervenções descaracterizadoras.

Este quadro provoca a perda material de um estoque edificado protegido legalmente, como é o caso da ZEPH 10 e 14, assim como a perda da história e memória dos bairros. O risco de abandono também conduz a uma crescente nos índices de violência urbana, como agravante desse processo de degradação. Assim, a área em pouco tempo poderá experimentar um significativo enfraquecimento de sua dinâmica social e cultural, uma vez que são essas atividades que o diferenciam de seu entorno.

A consequência dessa negligência, visto a problemática dos imóveis fechados/sem uso no pátio de São Pedro, é o esquecimento desses imóveis e a perda de suas histórias e significados. Essas edificações possuem um valor cultural, histórico e arquitetônico de grande relevância, portanto representam parte da identidade do lugar e são remanescentes de um período específico da história nacional. Contudo, o abandono os priva de seu exercício integral de sua função social e com o tempo a

memória coletiva sobre esses espaços gradualmente desaparece. A ausência de manutenção, ativação e cuidado enfraquece o elo entre as gerações, podendo resultar na perda de um patrimônio valioso.

A fim de evitar essa conjuntura de ruína e esquecimento, é fundamental que sejam implementadas medidas para reabilitar e reocupar os imóveis vacantes, visto que eles podem trazer benefícios tanto para a comunidade quanto para uma conservação sustentável economicamente, pois, a renovação deste espaço auxilia intimamente na promoção do turismo, na geração de empregos e renda; por consequência, na preservação da memória histórica do lugar. Além disso, incentivos governamentais, parcerias público-privadas e a educação patrimonial podem desempenhar um papel vital para a preservação e continuidade desses imóveis.

Em tempo reiteramos que para assegurar a sustentabilidade desse patrimônio faz-se necessário o delimitar para além de sua dimensão espacial, incluindo, desse modo, suas complexas e indispensáveis camadas socioculturais, bem como as permanências e mudanças apresentadas, com destaque às tendências que incidem positiva e negativamente sobre o pátio de São Pedro.

Foi possível ao longo dessa exposição identificar que reside na relação entre as características espaciais e seu respectivo uso resultam na já conhecida dinâmica cotidiana no local, no qual, o espaço de passagem do dia a dia se torna um espaço de destino, conforme a propensão espacial às práticas culturais já comentadas. Para isso, faz-se necessário entender a permanência dessas atividades no pátio, no qual mesmo havendo um percentual relevante de imóveis vazios ou subutilizados, juntas somam forças para resistir e se renovar enquanto um lugar de memória e cultura.

Acredita-se, portanto, que ao fim desta pesquisa, mas sem a pretensão de esgotar a questão, entendemos que uma contribuição do trabalho está na avaliação acerca dos valores e atributos que mantêm o pátio de São Pedro em sua condição de patrimônio cultural de reconhecida significância para a cidade do Recife. Nesta direção, uma possibilidade de desdobramento é inventariar e catalogar, com mais profundidade, quais seriam as manifestações culturais que ocorrem no lugar, junto a seus respectivos agentes modeladores.

Por fim, aponta-se que o pátio de São Pedro, entre permanências e transformações, sobreviveu e se ressignificou ao longo do tempo (de sacro à profano) de modo a se perceber, hoje, uma atmosfera que o diferencia dos demais espaços similares em seu entorno histórico.

Em suma, o pátio de São Pedro e sua rica história que remonta aos períodos colonial e imperial do Brasil, tem sua relevância reafirmada enquanto patrimônio cultural nacional, reconhecido pelo IPHAN; portanto, validada como um componente essencial da identidade local e da memória coletiva dos recifenses. Esse status de preservação destaca o compromisso em proteger e manter viva a herança histórica e arquitetônica do lugar que, por sua vez, desempenha um papel vital na promoção da cultura e na construção da identidade da cidade do Recife.

Afinal, o pátio serve como um polo de atração para diversas manifestações culturais, como feiras, festivais, apresentações artísticas e eventos comunitários; além de dividir espaço com o turismo, interessados na arquitetura histórica, na atmosfera cultural e nas atividades locais; contribuindo assim para a economia local. Logo, essas atividades contribuem de fato para a vitalidade cultural da cidade.

Desse modo, o pátio de São Pedro desempenha um papel fundamental na vivacidade urbana, proporcionando um espaço de encontro e interação social; revalidando-se como um local onde as pessoas se reúnem para celebrar, compartilhar experiências e fortalecer os laços comunitários. Conclui-se, que sua importância transcende o aspecto arquitetônico, sendo um espaço dinâmico que conecta passado e presente, proporcionando um ambiente significativo para a comunidade local e visitantes, sendo a intersecção entre as dimensões cultural, social e histórica, aglutinadas no pátio de São Pedro, uma peça fundamental na tapeçaria urbana da cidade do Recife.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALCALÁ, André. **Centralidades urbanas como instrumento de revitalização urbana com mobilidade sustentável.** 2019. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2019/12/centralidades-urbanas-como-instrumento-de-revitalizacao-urbana-com-mobilidade-sustentavel/>. Acessado em mar de 2020.

ALVES, Mariana Rocha Ramos De Oliveira. Reforma Tridentina e Disciplinamento Social: a bigamia como um campo de observação do disciplinamento (Portugal, século XVII). **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio.** Rio de Janeiro, 2016.

BARROS, Sandra A. Leão. La presencia de " patios", " largos" y atrios de iglesias en el paisaje del Gran Recife. **Revista de Urbanismo**, n. 13, p. 35-51. Chile, 2005. Disponível em: <https://revistaurbanismo.uchile.cl/index.php/RU/article/view/5113>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, v. II, 1983.

BECK, Mateus Paulo. **Arquitetura, visão e movimento: o discurso de Paulo Mendes da Rocha na Pinacoteca do Estado de São Paulo.** Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez & latino..** na officina de Pascoal da Sylva. Lisboa, 1716.

BORROMEO, Carlo. Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae. **Trattati d'arte del Cinquecento: fra manierismo e controriforma**, v. 3, p. 1-46. Florença, Itália, 1960. Disponível em: https://www.memofonte.it/home/files/pdf/scritti_borromeo.pdf. Acesso em nov de 2023.

CABRAL, Renata. A Igreja e o Pátio de São Pedro dos Clérigos em Recife: notas sobre sua história e perspectivas para sua conservação. **Revista Restauro**, v. 3, n. 5, 2019. Disponível em: <http://web.revistarestauro.com.br/>. Acesso em: mar de 2020.

CAMPELO, Maria de Fátima de Mello Barreto; DUTRA, Isabela Duarte. São José em três panoramas: F. Hagedorn (c. 1855), A. Ducasble (1889) e J. Rodrigues (2014). *In*: PONTUAL, VIRGÍNIA et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora. Recife, 2021.

CARTA DE VENEZA. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *In*: **II Congresso Internacional de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos. ICOMOS**. Veneza, 1964.

CASTRO, Alexandre. Teoria da sintaxe espacial: Dicas de leituras. Disponível em: <https://aredeurbana.wordpress.com/2018/10/15/teoria-da-sintaxe-espacial-dicas-de-leituras/>. Acesso em: 28 fev de 2024.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books. 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto. São Paulo, 2011.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1998.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. Conferência mundial sobre políticas culturais. **Cidade do México: ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Acedido em**, v. 30, n. 4. México, 1985.

DIAS, Fabiano Vieira; CAMPOS, Martha Machado. Pátios: espaços de introversão e captura da paisagem. Arquitetura e paisagem cultural. *In*: 2º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural. Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas **Anais** [...] Belo Horizonte, 2012.

DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 123-T-38**. Seção de História; Rio de Janeiro, 1938.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS. **Carta de Machu Picchu**. Peru, 1977. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>. Acesso em: 30 out de 2023.

FERNANDES, Anníbal. Recife. In: FREYRE, Gilberto; MOTA, Mauro. **Livro do Nordeste, comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco**. Recife: Diário de Pernambuco, 1. ed., 1925, p. 25-28.

FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Recife, século XIX**. Exposição Comemorativas do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Recife: Comissão Organizadora e Executiva, 1954.

FIDEM. Região Metropolitana do Recife: **Plano de Preservação dos Sítios Históricos**. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978.

FIGUEIREDO, Antônio P. de. O Recife de 1857. In: SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo (Orgs.). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Fundaj, Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de educação e Cultura, 1992, pp. 167-192.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Cap. 4, p. 85-101.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005.

FRANCA, R. **Monumentos do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo:Global, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRAZIL). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

GUIMARAENS, Cêça. Em São José, com Benicio Whatley Dias. *In*: PONTUAL, Virgínia et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora. Recife, 2021.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: C. U. Press, 1984.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de São Pedro dos Clérigos**. Encarte Rotas do Patrimônio, IPHAN/Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/7_rota_patrimonio_igreja_sao_pedro_recife_pe.pdf. Acesso em: 30 out de 2023.

IPHAN. **Carta de Turismo Cultural - ICOMOS**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf> Acessado em: 18 nov de 2023. 1976.

KÖHLER, André Fontan. Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamentos de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro (Recife,PE). *In*: VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa Pós-Graduação em Turismo. 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, 2010. Disponível em: www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=7. Acesso em: 12 dez de 2022.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1998.

LOEWEN, Andrea Buchidid. A Contra-Reforma, o ornamento na arte e a arquitetura religiosa. *In*: **Revista Limiar**, v. 2, n. 3, p. 32-66. São Paulo, 2014.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. 2008. Dissertação (mestrado).

Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2008.

LOUREIRO, Cláudia; RIGATTI, Décio; AMORIM, Luis. Forma e uso social no espaço urbano: Porto Alegre e Recife. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 5, p. 17-31. São Paulo, 1995.

LUCAS, Menezes. A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil. *In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACEDO, Silvio Soares et al. Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, n. 30, p. 137-172. São Paulo, 2012.

MACEDO, Silvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli; DONOSO, Verônica Garcia. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo), 1982. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MATTEI, Tobias Alécio; MATTEI, Josias Alécio. A cognição espacial e seus distúrbios: o papel do Córtex Parietal Posterior. **Revista Neurociências**, v. 13, n. 2, p. 93-99. São Paulo, 2005.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **A Igreja de Nossa Senhora do Terço**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1984.

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Fundaj, 2017.

MENEZES, José Luiz Mota. O Recife: das origens até a chegada dos holandeses (1535-1630). *In*: MOREIRA, Fernando Diniz (org.). **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura**. Recife: Cepe, 2022. Disponível em: http://acervocepe.com.br/public/pdfs/RECIFE_Cinco_seculos.pdf?fbclid=IwAR3cz5kBJkQ_j5FVYSZQNPTfvpHmdgEpBZEDDIMguoRxMEXYml9p1rl87BI. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX. *In*: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. **A Encomenda. O Artista. A Obra**. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009.

NORMAS DE QUITO. **Conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse Histórico e Artístico**. Reunião OEA-Organização dos Estados Americanos. Quito, Equador: dezembro de 1967.

OLIVEIRA, Natália Maria da Conceição. As instruções de São Carlos Borromeu para a construção das igrejas após o concílio de Trento. *In*: **I simpósio Nacional à distância de História e Historiografia**. 2019.

PACHECO, Milton Pedro Dias. The Counter-Reformation, Diplomacy, and Art Patronage in Portugal under Cardinal-Infant D. Henrique of Portugal: A Legacy to Serve Church and Kingdom. **Royal Studies Journal**, v. 4, n. 2, p. 196-222. Reino Unido, 2017.

PEPONIS, John. Space, Culture and Urban Design in Late Modernism and After. 1989. *In*: LOUREIRO, Cláudia; RIGATTI, Décio; AMORIM, Luis. Forma e uso social no espaço urbano: Porto Alegre e Recife. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 5, p. 17-31. São Paulo, 1995.

PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

PONTUAL, Virgínia Pitta. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 89-108, 1999.

PONTUAL, Virgínia. Memória e Descaracterização: notas sobre narrativas literárias e técnicas do Bairro de São José, Recife. *In*: PONTUAL, VIRGÍNIA et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora. Recife, 2021.

PONTUAL, Virgínia; CAVALCANTI, Rafaela. Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930–1970”. **Simpósio Nacional De História**, v. 22, p. 1-6, 2003.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. Lei nº 13.957 de 1979. **Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1979/1396/13957/lei-ordinaria-n-13957-1979-institui-normas-gerais-de-protecao-a-sitios-conjuntos-antigos-ruinas-e-edificios-isolados-cujas-expressoes-arquiteticas-ou-historicas-tenham-real-significado-para-o-patrimonio-cultural-da-cidade-do-recife-disciplina-a-preservacao-desses-bens-autoriza-o-prefeito-a-declarar-zonas-especiais-de-interesse-dessa-preservacao-cultural-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 fev 2023.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. **Diagnóstico propositivo para as zonas especiais de preservação do patrimônio cultural - ZEPP**. DPPC - Diretoria de preservação do patrimônio cultural do Recife. Recife, 2020.

RECIFE (PE), Prefeitura da Cidade do. **Lei nº 1870;2020**. Institui o plano diretor do município do Recife, revogando a lei municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. PE: Diário Oficial Da Prefeitura Do Recife, 2020.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. **Recomendações propostas a partir da Conferência Geral da Unesco–19ª sessão**. Nairóbi, 1976.

REIS, Vanessa Maschio dos. **O Patrimônio e os Valores Culturais do Lugar: O caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife-PE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O que é o pátio interno? (parte 1). **Arquitextos, Texto Especial**, n. 322, 2011.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos Monumentos**. Sua história e suas origens. São Paulo: Perspectiva, 2019.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SILVA, Larissa Carla Oliveira da Silva; PACHECO, Ricardo de Aguiar. Religiosidade Recifense noticiada: A festa de Nossa Senhora do Carmo nos Jornais dos anos de 1920. *In: X Encontro Estadual ANPUH-PE*, 10. 2014, Pernambuco. **Anais [...]** Pernambuco: Recife, 2014.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco**. 2ª edição. 2008.

SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil: Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Iphan, 2012.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp. São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português: século XVII – XVIII**. Lisboa: Printer Portuguesa, 1999.

THOMPSON, Analucia (Ed.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Iphan, 2010.

TOPALOV, Christian et al. (Ed.). **A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades**. Romano Guerra Editora, 2014.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. **Oh de fora**. Um estudo sobre a arquitetura pré-modernista do Recife enquanto elemento básico de composição do cenário urbano. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

VAINSENER, Semira Adler. **Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Recife, PE**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 12 dez de 2022.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral. O Recife setecentista: uma cidade mascate e religiosa. *In: Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura.* organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - Recife: Cepe, 2022. 400p. :il. (Coleção Recife 500 anos). Disponível em: http://acervocepe.com.br/public/pdfs/RECIFE_Cinco_seculos.pdf?fbclid=IwAR3cz5kBJkQ_j5FVYSZQNPTfvpHmdgEpBZEDDIMguoRxMEXYml9p1rl87BI. Acesso em: 01 ago. 2023.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide.** -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [publicação original feita em 1853].

WANDERLEY, Andrea C. T. **Pernambuco e a Fotografia no século XIX.** 2019. Brasileira Fotografia. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=15822>. Acessado em mar de 2020.

ZANCHETTI, Silvio Mendes. **O Recife do Século XVIII como Cidade Barroca.** Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.



MINISTERIO DA EDUCACAO E
SAUDE PUBLICA

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ^{1/jm}

DOC. 2865-	SPHAN ARQUIVO
ARM. GAV. PASTA 123.	

Certifico que a notificação nº 106, datada de 18 de Fev. de 1938, e relativa á inscripção da Igreja de S. Pedro dos Clerigos, no Livro do Tombo a que se refere o artigo nº 4º. nº 3 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, foi assignada e expedida ao Padre Antonio de ~~Lima~~ Cavalcanti. *Recife*

Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1938

Auxiliar de Escripta

Veneravel Irmandade de São Pedro dos Clerigos ^{2/3m}

Recife B. de Marco de 1938

J. ao procecho e exp. ca - do officio
de notificação a do Arcebispo de Olinda
- Recife 14.3.1938 *Ant*

Ilmo. Sr. Director do Serviço do
Património Historico e Artistico Nacional
Rio de Janeiro

Accuso recebimento do vosso
officio nº 106, ficando sciende dos
dizeres do mesmo, levando entre-
tanto ao vosso conhecimento, que
deveis dirigirdes ao Exmo. Rev. ^{mo} Sr.
Arcebispo Metropolitano de Olinda
e Recife, unica autoridade para
resolver sobre o assumpto de que
trata no referido officio.

Attenciosamente
Padre Antonio de Lúcia Cavalcanti
Provedor

DOC. 2866-	SPHAN ARQUIVO
ARM	CAV. PASTA 123

Av. Nilo Peçanha, 155, 7º andar, sala 710

Notificação nº 106a

DOC. 2867	SPHAN ARQUIVO
ARM. GAV. PASTA 123	

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1938

Exmo. Snr. Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

Tenho honra de levar ao conhecimento de V. Excia que foi determinado o tombamento, no Livro do Tombo a que se refere o artº 4º, nº 3, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, da seguinte obra de architectura religiosa, subordinada a essa archidiocese: Igreja de São Pedro dos Clerigos, de Recife,

Rogando a V. Excia se digne responder anuindo a presente notificação, nos termos do artº 7º, do citado decreto-lei, apresento-lhe os protestos de minha alta estima e consideração-

Rodrigo M. F. de Andrade

Director

DOC. 2868-	SPHAN ARQUIVO
ARM. GAV. PASTA 123.	

4/jm

27

maio

8

XXXXXXXXXX

Notificação nº 206.

Senhor Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

Atendendo á circumstancia de não ter tido resposta a notificação nº 106a expedida a essa Arquidiocese em 16 de abril do corrente ano, peço venia para notificar a V. Excia, para nos termos do artigo 9º, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, dignar-se anuir ao tombamento da Igreja de São Pedro dos Clerigos, sita em Recife e subordinada a essa Arquidiocese, da qual V. Excia. é o alto representante legal. No caso de V. Excia. haver por bem impugnar o referido tombamento, deverá, dentro do mesmo prazo, oferecer as razões de sua impugnação.

Respeitosas saudações.

Rodrigo M. F. de Andrade

Diretor

Endereço:- Avenida Nilo Peçanha, 155, sala 710.

Esplanada do Castelo - Rio de Janeiro



MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE PUBLICA

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

5/jm

DOC. 2869-	SPHAN
	ARQUIVO
ARM. GAV. T. PASTA 123	

Recebi as notificações nº 206 e 207 de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Pernambuco, 13/7/1938 de



Arcebispado de Olinda e Recife ^{7/jun} _{6/1938}

Recife, 14 de julho de 1938.

DOC. 2870-	SPHAN
	ARQUIVO
ARM. GAV. PASTA 123.	

Exmo Snr Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Reiterando a resposta já dada a notificação nº 106, praz-me tomar conhecimento da presente nº 206 para dizer que estou sciente e nada tenho a oppor.

Saudações respeitáveis

*+ Miguel,
de a Olinda.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

8/jun
7/1938

DOC. 2871-	SPHAN ARQUIVO
ARM. GAV. Rec. PASTA 123	

À vista da anuência, inscreva-se.

Em 20 de julho de 1938.

Rubens M. A. de Azevedo

- Diretor -

Inscrito sob o nº 187, fls 33, livro 3, em
20. 7. 1938.

Judith Martins
Auxiliar de escrita

M. E. S. - SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. 23

Recife, 24 de fevereiro de 1940.

Senhor Diretor:

Envio a V.S. um artigo do Sr. Luiz Belgado acerca das pinturas da igreja de São Pedro dos Clérigos, que, como V.S. já sabe, estão sendo seriamente danificadas pela fuligem da fábrica Teixeira Miranda e Cia. Por ele V.S. pode verificar quão bem recebida está sendo a questão em nossos meios sociais. A colaboração do professor Luiz Belgado, utilíssima sob todos os pontos de vista, foi dada com a máxima boa vontade. Outro tanto quero atentar a incontestável influência deste artigo de fundo publicado num jornal como o do Comércio, que tem uma surpreendente saída para todo o nordeste.

Excusado é dizer que solicitei pessoalmente do professor Luiz Belgado, com quem mantenho relações de amizade, o supradito artigo, fornecendo-lhe os dados indispensáveis a quão mister.

Por outro lado, devo comunicar-lhe que já consegui da E.M.A.S., a única estação transmissora da cidade, várias notas simpáticas ao nosso desideratum, e obtive do sr. Rui Duarte da Agência Brasileira a promessa de comunicações telegráficas para aí, o que dará certamente maior relevo ao nosso objectivo. É com alegria que lhe participe estar encontrando em todas as fontes não só um ambiente de solicitude, como e principalmente também de compreensão, o que vem demonstrar estarem sendo coroados de êxito os esforços do SPHAN.

Cumprimentos respeitosos

Ayrton Carvalho
Ayrton Carvalho-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico
NACIONAL

50
56/1942

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

Dr. Rodrigo MF Andrade
Edipatri
Rua União 87 Recife PE

103 3 4 59

Igreja São Pedro Clerigos Recife está inscrita sob numero
cento oitenta sete folhas trinta tres Livro Tombo Belas Artes des-
de vinte julho 1938 Pt Notificação tombamento ao Arcebispo Olinda
Recife foi expedida dezesseis abril 1938 sob numero cento seis a Pt
Abraços
Renato Soeiro Diretor Substituto PHAN

c.e

3

56
ST/1000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Rio de Janeiro,
Cta. nº 370 30 de setembro de 1966

Caro Amigo:

Espero que vocês todos continuem passando bem, e, agora, com a chegada do numerário do ano, que afinal chegou, estejam mais seguros, sem os atropêlos por que passaram. Estou ultimando as propostas para tombamento do Pátio de São Pedro (como extensão do tombamento da Igreja) e de Olinda, como tombamento paisagístico e urbanístico.

Pergunto, então a vocês, e ao Caro Ayrton:

- no Pátio de São Pedro, estariam incluídas as casas de nºs. de um lado até o 63 (já que as seguintes são recuadas) e do outro, até que nº, vocês imaginam que haverá necessidade? - Teríamos / em vista que o gabarito aí, é de 1 ou 2 pisos, pelo Plano da Prefeitura que vocês conseguiram.

- em Olinda, a idéia é de incluir, como área tombada, a delimitada pelo seguinte poligonal:

Av. Joaquim Nabuco até o encontro do seguimento que vindo da igreja de N. Senhora do Monte tangencia os fundos da capela de São João. Seguiria por este seguimento de reta até a referida igreja de N. Senhora do Monte, donde seguiria por outro seguimento que / daí passasse pelo Farol até o litoral. Seguiria pelo litoral até encontrar o início da Av. Joaquim Nabuco.

Nesta área o tombamento seria paisagístico e urbanístico, nele incluindo-se, principalmente, o traçado urbano existente e a vegetação, tanto pública, quanto particular. Todas as novas edificações a serem feitas nesta área, deverão ocupar, no máximo, 25% dos / respectivos terrenos, e deverão ser cobertas com telhados de telhas ce-ramicas de feitio antigo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Cta. nº 370

Rio de Janeiro,
30 de setembro de 1966

O Arquiteto Lúcio Costa sugeriu, outrossim, a inscrição com tombamento, também com caráter arquitetônico, das edificações de alguns logradouros; talvez de arruamento; Rua São Bento, Rua 13 de Maio, Rua do Amparo.

Indago, então dos Caros Amigos:

- Julgam a delimitação certa? - ou sugerem alguma redução ou acréscimo? - Há um grupo de edificações novas que, talvez, penetrem nesta área, no trêcho entre a Igreja do Rosário e a do Monte? Julgam que devemos excluí-las? - A denominação Av. Joaquim Nabuco vem desde o mar, ou tem início na Estrada que vem do Recife?

- Concordam com as características do tombamento? / Achem que não há possibilidade em ser Olinda tombada como conjunto / arquitetônico na sua totalidade. Está ela, muito deturpada. Assim, só paisagístico, poderá ser incluída a área litorânea, que ficará, ^{desta forma} preservada, no que concerne a gabaritos e a densidade de construções novas.

- E quanto ao arruamento a ser preservado como conjunto arquitetônico? Propõe inclusão de alguma outra rua, ou praça, a êle ligado, ou isolado?

Pediria aos Caros Amigos, uma resposta, o mais breve / que lhes fôr possível, para permitir maior rapidez nas proposições.

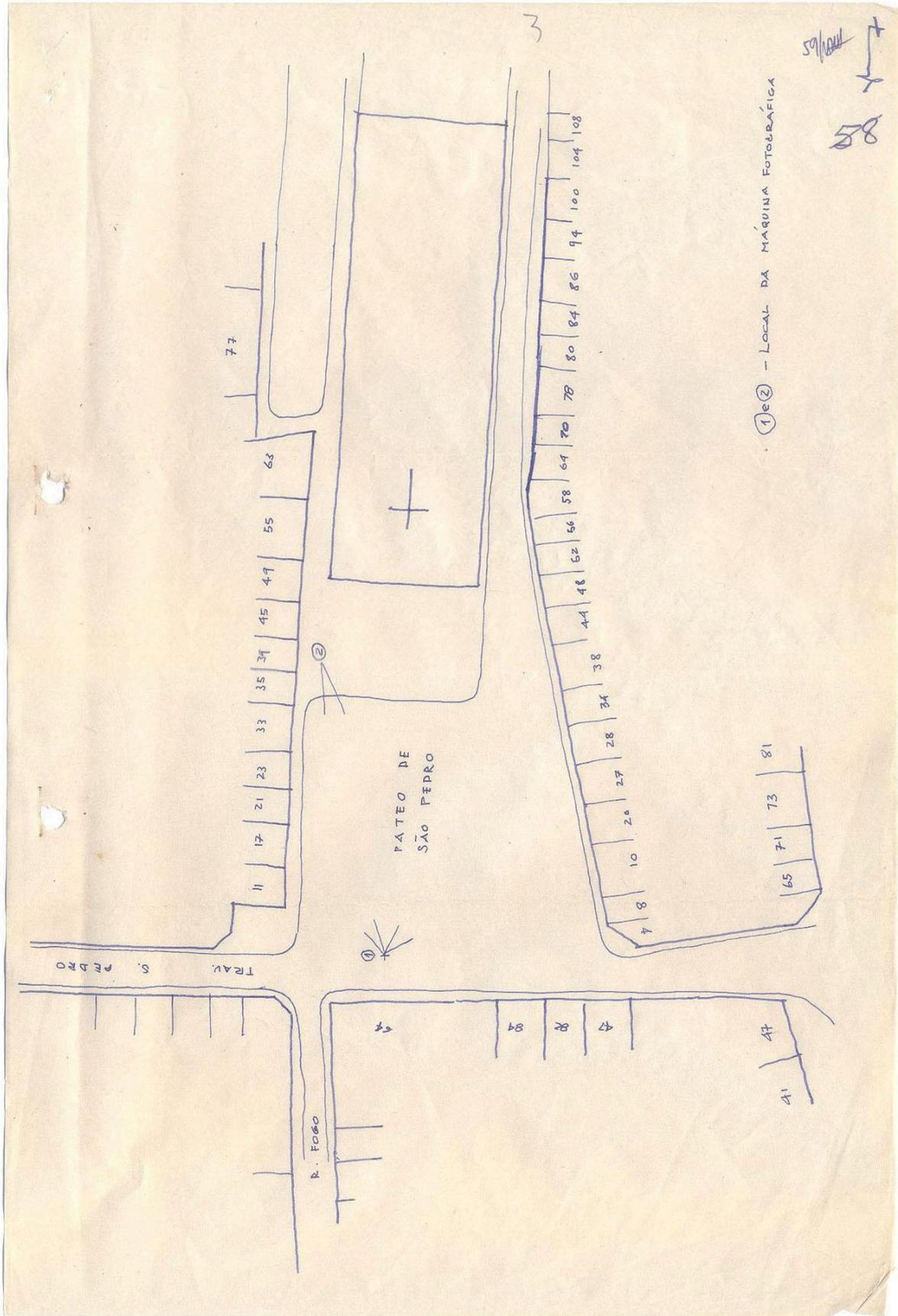
Já solicitei o tombamento do Sobrado Grande da Madalena, que não estava inscrito, e estou, também, redigindo as proposições / das Igrejas de São José de Ribamar e do Têrço. Peço aos Caros Amigos, o favor de ver se conseguem mandar fazer fotos do interior da / Igreja do Têrço, pois que nada possuímos aqui.

Abraços do

Augusto da Silva Telles
Arquiteto

Ao Senhor
Dr. José Luís Mota Menezes
Rua União, 87
1º Distrito da DPHAN
RECIFE - PERNAMBUCO

ST/E



3

59/60/1000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Trecho da carta do Arquiteto João Luís Meneses, de
5/XI/66, ao Arquiteto Silva Telles:

No pátio de S. Pedro estarão incluídas as casas de um
lado até o nº 63 e no lado oposto desde a 8 a 146 - tôda a quadra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

50
62/1001

Proposta de extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os lances de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja, até as de nºs 63 e 146, Recife - PE.

1 - A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, edificada conforme o risco do "Mestre Pedreiro e Arquiteto" Manuel Ferreira Jácome uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras, tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida, pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro. Casas térreas e assobradadas, de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos deformantes que, no entretanto, não chegaram a interferir nos seus volumes edificados, e no ritmo dos vãos de janelas e portas.

O Pátio é suficientemente grande para permitir a visão global da igreja, ~~mas~~ ^{leis} com a moldura de suas edificações de pequeno porte, confere escala ao templo, valorizando devidamente sua nobre e alta frontaria.

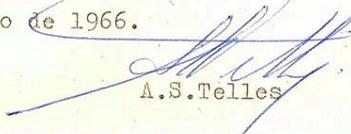
2 - O projeto de urbanização aprovado há pouco mais de ano pela Prefeitura Municipal do Recife, graças ao pioneiro trabalho do 1º Distrito desta Repartição, estabeleceu para este logradouro o gabarito de 1 e 2 pavimentos. Resolvendo esta medida o problema da escala e da visibilidade do monumento, não resolveria o da ambiência, pois que com a ocorrência de reformas de frontarias e coberturas das várias edificações, visando modernizá-las, perder-se-ia, por completo, a harmonia ainda existente, e que urge tudo se fazer por preservar.

Além disto, dada a proximidade dêste conjunto com o prolongamento da Av. ^{Panama} ~~de~~ ^{Bahia} ~~de~~ obra em execução no momento, haverá no local, dentro de pouco tempo, forte pressão imobiliária, que poderá comprometer as restrições conseguidas no plano de gabaritos referido, aprovado pela Administração Municipal.

3 - Em anexo, planta do Pátio de São Pedro e fotos

V. Posto Inventário

da igreja de São Pedro dos Clérigos e das edificações que a
circundam. As fotos são do Arquiteto José Luiz Motta Menezes.
Rio, 18 de novembro de 1966.


A.S. Telles

Para o parecer, primeiramente, ao
Chefe de S. R., Arquiteto Paulo T. Barros e
em seguida, ao Diretor de D.E.T., Arquiteto
José Luiz Costa.

em 1. XII. 1966



De acordo, uma vez
que - exceto a casa Nº 21, com
portas e platibanda azulejadas -
sejam mantidos os primitivos
feitos.



2/XII/66



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Assunto: proposta de extensão do tombamento da Igreja de São Pedro / dos Clérigos, com a inclusão / do Conjunto Arquitetônico do / Pátio de São Pedro, com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja, até / as de n.ºs. 63 e 146, Recife - Pernambuco.

Para o Senhor Diretor:

É de tãda conveniência preservar-se o Pátio de São / Pedro, onde a igreja deverá continuar a surgir de surpresa, para garantia de sua aparente monumentabilidade. E tombá-lo com o conjunto arquitetônico subsistente torna-se necessário, pois, como assegura o arquiteto Silva Tilles, é o meio de conservar a ambiência, já prejudicada em parte por interferências mal *ha*vidas, mas de fácil recuperação.

Rio de Janeiro, 1.º de dezembro de 1966.

Paulo Thedim Barreto
Paulo Thedim Barreto
Chefe da S. de Arte

De acôrdo, uma vez que - exceptuada a casa Nº 21, com PTB/E frontaria e platibanda azulejadas -, sejam restabelecidos os primitivos beirais.

2/XII/66

Lúcio Costa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Proc. 123-T

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senhor Conselheiro Paulo Ferreira Santos.

Em 18-12-1967.

*Renato Soeiro*Renato Soeiro
Presidente do C.C. da DPHAN

CONCLUSÃO

Faço o presente processo concluso ao Senhor Conselheiro Paulo Ferreira Santos, designado Relator no Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 18.12.1967

*Judith Martins*Judith Martins
Chefe da S.H.

PROCESSO Nº 123-T

D.P.H.A.N./D.E.T.

Seção de História

Parecer do relator, arquiteto Paulo F. Santos:

1 - A matéria sujeita a exame é a "Proposta de extensão de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os lanços de casas que envolvem e os que ladeiam a igreja, até as de n.ºs 63 e 116. PE". Incorpora-se, por isso, no próprio processo de tombamento, início do com a inscrição do monumento no Livro do Tombo das Belas Artes em 20-VII-1938 e as providências antecedentes para esse fim. E diz textualmente:-

"1- A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, edificada conforme o risco do "Mestre Pedreiro e Arquiteto" Manoel Ferreira Jacome uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras, tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro. Casas térreas e assobradadas, de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos deformantes que, no entretanto, não chegaram a interferir nos seus volumes edificados, e no ritmo dos vãos de janelas e portas.

O Pátio é suficientemente grande para permitir a visão global da Igreja e, com a moldura de suas edificações de pequeno porte confere escala ao templo, valorizando devidamente sua nobre e alta frontaria.

2- O projeto de urbanização aprovado há pouco mais de ano pela Prefeitura Municipal do Recife, graças ao pioneiro trabalho do 1º Distrito desta Repartição, estabeleceu para este logradouro o gabarito de 1 e 2 pavimentos. Resolvendo esta medida o problema da escala e da visibilidade do momento, não resolveria o da ambiência, pois que com a ocorrência de reformas de frontarias e coberturas das várias edificações visando modernizá-las, perder-se-ia, por completo, a harmonia ainda existente, e que urge tudo se fazer para preservar.

Além disto, dada a proximidade deste conjunto com o prolongamento da Av. Dantas Barreto, obra em execução no monumento, haverá no local, dentro de pouco tempo, forte pressão imobiliária, que poderá comprometer as restrições conseguidas no plano de gabaritos referido, aprovado pela Administração Municipal.

3- Em anexo, planta do Pátio de São Pedro e fotos da Igreja de São Pedro dos Clérigos e das edificações que a circundam. As fotos são do Arquiteto José Luiz Motta Menezes.

Rio, 18 de novembro de 1967

A. S. Telles "

2 - Ouvido o Chefe da S. de Arte, arquiteto Paulo Thedim Barreto, assim se manifestou:

"É de toda conveniência preservar-se o Pátio de São Pedro, onde a Igreja deverá continuar a surgir de sua garantia de sua aparente monumentalidade. E tomb

para ga-
-lo com o

-2-

conjunto arquitetônico subsistente torna-se necessário, pois, como assegura o arquiteto Silva Telles, é o meio de conservar a ambiência, já prejudicada em parte por interferências mal havidas, mas de fácil recuperação.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1966

Paulo Thedim Barreto
Chefe da S. de Arte

- 3 - Opinou também o arquiteto Lucio Costa, Diretor da D. de Estudos e Tombamento:

"De acordo, uma vez que - exceptuada a casa nº 21, com frontaria e platibanda azulejadas -, sejam restabelecidos os primitivos beiraes.

L. C.
2/XII/66

- 4 - Nossa opinião é também, e incisivamente, a favor do tombamento pleiteado. Endossamos, palavra por palavra, o que foi dito na proposta de tombamento e pareceres acima transcritos. A inclusão de uma planilha indicando casa por casa das que se sugere o tombamento e fotos das respectivas frontarias - obra conjunta do engenheiro Ayrton Carvalho e dos Arquitetos José Luiz da Motta Menezes e Augusto Silva Telles -, é um modelo de clareza, a ser seguido em casos semelhantes. O tombamento proposto é um complemento indispensável à medida em tão boa hora pleiteada e conseguida da Prefeitura Municipal do Recife, pelo engenheiro Ayrton Carvalho, de que o gabarito das construções circunvizinhas ao monumento, fosse limitado a 1 ou 2 pavimentos. Importará, em futuro próximo, a reforma e pintura externa das casas que ora se intenta tombar e ter-se-á valorizado nos limites do possível, um dos monumentos de que mais justamente se orgulha a cidade de Recife e a arquitetura do Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de Janeiro 1968

Paulo F. Santos

Paulo F. Santos

68
67/11/11

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
TOMBADO O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO DO RECIFE

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deliberou, por unanimidade de votos dos seus membros, e de acordo com o voto do Relator Professor Paulo F. Santos, determinar a inscrição nos Livros do Tombo de Belas Artes e no Histórico, como extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja, até as casas de números 63 e 146.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, edificada conforme o risco do "Mestre Pedreiro e Arquiteto" Manoel Ferreira Jácome, e uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras, tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam e que formam a sua frente, o Pátio de S. Pedro. Casas térreas e assobradadas de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos que, no entretanto, não chegaram a interferir no ritmo dos vãos de janelas e portas, nem nos volumes das próprias edificações.

O Pátio de S. Pedro é suficientemente amplo para permitir a visão global da Igreja de S. Pedro dos Clérigos, e a moldura de suas edificações, de pequeno porte, confere escala ao templo, valorizando devidamente sua nobre e alta frontaria.

TOMBADOS DOIS NOBRES SOBRADOS RECIFENSES

O Conselho deliberou, também, na mesma reunião, determinar que se inscreva nos Livros do Tombo dois nobres sobrados do Recife, de excepcional apuro arquitetônico, construídos no século XIX e atribuídos ambos ao risco do Engenheiro francês Luiz Vauthier.

São eles, o sobrado do antigo Sítio da Cruz que pertenceu aos Condes Correia de Araújo, na atual Praça do Entroncamento nº 36 e o que foi residência do Barão Rodrigues Mendes, na antiga Ponte d'Uchôa, atualmente na Avenida Rui Barbosa nº 1 596.

Apresentam francamente características néo-clássicas, apesar de estarem, de algum modo, ligados pelas proporções e por elementos construtivos às edificações do Brasil colonial. Os referidos sobrados ainda se encontram localizados em amplas áreas ajardinadas.

Pórticos com arcadas salientam-se nos seus frontispícios, que são arrematados por frontões e platibandas com estatuetas e vasos de mármore. O sobrado da Ponte d'Uchôa, que pertence atualmente à Academia Pernambucana de Letras, tem suas fachadas revestidas de azulejos portugueses estampilhados.

76
68/12/11

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Ata da quinquagésima sessão ordinária do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aos doze dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e oito, às quinze horas, no recinto do Plenário do Conselho Federal de Cultura, sétimo andar do edifício sede do Ministério da Educação e Cultura, reuniu-se o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Renato de Azevedo Duarte Socio, presentes os Conselheiros Paulo F. Santos, Gilberto Ferrez, Francisco Marques dos Santos, Alfredo Galvão, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, José Soares de Melo, José Lacerda de Araújo Feio, Léo Fonseca e Silva, e Lourenço Luiz Lacombe, tendo faltado, com causa justificada, os Conselheiros J. O. Corrêa Lima, Manuel Bandeira e Afonso Arinos de Mello Franco. Aberta a sessão às quinze horas e trinta minutos e aprovada sem observações a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente, antes de passar à ordem do dia, presta ^{ou} homenagem ao Conselheiro Miran Latif, há pouco falecido, falando da sua personalidade de homem probo sob todos os pontos de vista, de apurada sensibilidade, estudioso dos problemas brasileiros, autor de trabalhos do maior interesse, tendo deixado diversos originais inéditos e, ainda, prestou por longos anos inestimável colaboração a DPHAN na qualidade de colaborador e de Conselheiro do Conselho Consultivo da mesma Diretoria. O Conselheiro Pedro Calmon propôs um minuto de silêncio em homenagem à memória do Conselheiro desaparecido, após o qual, o Conselheiro Soares de Melo propôs que o Presidente designasse uma comissão para apresentar a ^{família de} ~~o~~ Miran Latif os pêsames em nome do Conselho Consultivo e examinasse os manuscritos inéditos por êle deixados, averiguando a possibilidade de sua publicação, o que foi aprovado por unanimidade. Ainda na fase das comunicações o Conselheiro Léo Fonseca e Silva fez convite para os demais Conselheiros assistirem à aula inaugural do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, na próxima segunda-feira, dia dezoito de março, às dez horas da manhã, que excepcionalmente seria proferida no Museu Nacional, pelo seu Diretor, em decorrência das comemorações do sesquicentenário daquele órgão. Em prosseguimento às comunicações, o Presidente apresentou o novo Conselheiro, Diretor do Museu Imperial, Lourenço Luiz Lacombe, a quem a deu as boas vindas em nome do Conselho Consultivo. O Presidente comunicou ^{ou} ainda que no intervalo entre a última sessão e a de hoje foram inscritos no Livro Nº 2, do Tombo Histórico, seis monumentos. A esse proposito,

o Conselheiro Pedro Calmon, tendo em vista as perdas irreparáveis em monumentos tombados decorrentes de incêndios, citando os exemplos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito, no Rio de Janeiro, GB, e o Paço de Saldanha, em Salvador, BA, em consequência de utilização inadequada, fez, por escrito, a seguinte proposta: "Tendo em vista os últimos incêndios, que destruíram, no Rio a igreja do Rosário, na Bahia e Paço de Saldanha, provocados pelas vicinhanças de estabelecimentos de comércio, que mantêm em depósito material combustível, e para que se não repitam tais sinistros, ou, pelo menos, para que se reduza o risco que paira sobre os monumentos nacionais nos centros populosos, - proponho que o Serviço de Patrimônio Histórico tome as providências seguintes: a) instruções aos delegados do Patrimônio em todo o país, para que informem a respeito do perigo que porventura corram, pelo motivo indicado, os prédios tombados; b) uma vez verificada a vizinhança de casas de negócio ou oficinas industriais que possam comprometer a segurança dos referidos imóveis, que o Serviço se gtere com as autoridades legais, para o efeito da aplicação das posturas municipais, se for o caso, ou para a utilização de meios administrativos e legais supletivos, se não bastar a legislação própria. Rio, 12.3.68. Pedro Calmon". O Conselheiro José Lacerda de Araújo Feio, reforçou a proposta de Conselheiro Pedro Calmon, dizendo que o mesmo perigo corria o Museu Nacional, particularmente na época das festas juninas, quando visitantes da Quinta da Boa Vista costumam queimar fogos de artifício e soltar balões. O Conselho Consultivo aprovou por unanimidade a proposta. Em seguida, passou-se à ordem do dia, que constou dos seguintes feitos: Processo 795-T-67; Monumento: casa sita à Avenida Assunção nº 722, Cabo Frio, RJ; Relator: Paulo P. Santos; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrde com as conclusões do voto do Relator, transformar o processo em diligência, a fim de colher novos e esclarecedores dados, que permitissem um pronunciamento mais seguro, inclusive examinando outras duas casas na sua vizinhança para, talvez, tombar o conjunto. A isso, o Conselheiro José Lacerda de Araújo Feio acrescentou a sugestão de que se nomeasse uma comissão para examinar no local as casas em apreço. Processo 766-T-66; Monumento: casa de marco nº 2, no morro de N.S. de Copacabana, Rio de Janeiro, GB; Relator: José Soares de Melo; Resolução: o Relator pediu vista do Processo para examinar a diligência realizada junto à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Processo 320-T-42; Monumento: Sítio da Cruz, Recife,

PE; Relator: Gilberto Perrez; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, o tombamento da área do lote número um (1), em que se acha situada a obra de arquitetura, com limitações para construções nos demais lotes da quadra A; Processo 797-T-67; Monumento: casa sita à Av. nida Rui Barbosa nº 1596, Recife, PE; Relator: Gilberto Perrez; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, proceder ao tombamento. Processo 712-T-63; Monumento: igreja matriz de N.S. da Piedade, Barbacena, MG; Relator: Paulo F. Santos; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, desaconselhar o tombamento. Processo 674-T-62; Monumento: conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico de Olinda, PE; Relator: Paulo F. Santos; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, proceder ao tombamento. Processo 123-T-38; Monumento: extensão do tombamento ao Pátio em que se encontra situada a Igreja tombada de São Pedro dos Clérigos, Recife, PE; Relator: Paulo F. Santos; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, proceder ao tombamento alvitra do. Processo 792-T-67; Monumento: casa "Torre Biffel", sita à Rua do Ouvidor nºs. 97/99, Rio de Janeiro, RJ; Relator: Paulo F. Santos; Resolução: o Conselho deliberou, por unanimidade, de acôrdo com as conclusões do voto do Relator, em face das razões alegadas pelo Senhor Governador do Estado da Guanabara que não permitiam ao Estado, desapropriar ou permutar o imóvel, pelo arquivamento do Processo devendo porém, antes, o proprietário providenciar para o completo levantamento gráfico e fotográfico do prédio, destinado ao arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, bem assim, a entrega dos elementos arquitetônicos que forem julgados de interesse para preservação e selecionados por uma Comissão a ser indicada pela DPHAN e pela Divisão competente da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, de que, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.- Alfredo T. Rusins, Secretário ad-hoc Renato Socire, Presidente do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Notificação nº 1006

Rio de Janeiro, Gb.-
22 de março de 1968.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Senhor Augusto Lucena - Prefeito Municipal de Recife, PE

Senhor Prefeito:

Para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, notifico a V. Sª. que foi determinada a inscrição nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a que se refere o artigo 4 do mesmo diploma legal do seguinte conjunto arquitetônico, na cidade de Recife, PE:

extensão de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os laços de casas que envolvem e os que ladeiam a igreja, até as de nºs. 63 e 146.

Solicitando-lhe o obséquio de acusar recebimento da presente notificação e, bem assim, anuir a esse tombamento, apresento a V. Sª. os protestos do meu elevado apreço.

Renato Socio
Diretor do PHANAo Senhor
Augusto Lucena
Prefeito Municipal
Recife - PE
atr.esg.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Of. nº 486

Rio de Janeiro, Gb.-
22 de março de 1968.Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Chefe do 1º Distrito

Senhor Chefe de Distrito:

Transmitindo-lhe junto a notificação nº 1006 referente ao tombamento do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro dos Clérigos, em Recife, PE, decidida unanimemente pelo Conselho Consultivo da DPHAN em sua sessão de 12 de março corrente, solicito-lhe as providências dessa Chefia, no sentido de fazê-la chegar às mãos do Senhor Augusto Lucena, Prefeito Municipal daquela cidade e, bem assim, devolver a esta sede, devidamente assinada por ele, o recibo que a acompanha.

Solicito-lhe conversar com o Senhor Prefeito quanto às implicações dessa extensão de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos em face do Decreto-Lei Nº 25, de 30.XI.37, fazendo-lhe sentir da absoluta necessidade de se dar ciência à Chefia do 1º Distrito de todos os projetos de reforma, bem como a manutenção do gabarito de 1 e 2 pavimentos.

Atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor do PHANAo Senhor
Dr. Airton de Carvalho
Chefe do 1º Distrito da DPHAN
Rua União nº 87
Recife - Pernambuco
atr.esg.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Of. n.º 500

Rio de Janeiro, Gb.-
26 de março de 1.968.Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Chefe do 1.º Distrito

:

Senhor Chefe de Distrito:

Confirmando meu telegrama desta data, envio-lhe inclusas as notificações, corrigidas, referentes ao tombamento do Pátio de São Pedro e do conjunto arquitetônico de Olinda, para serem substituídas pelas primeiras, que lhe foram remetidas, contendo enganos prejudiciais de redação.

Caso já tenham sido entregues aos destinatários as primeiras notificações, solicito-lhe o favor de suas providências no sentido de serem trocadas pelas que ora remeto a V. S.ª, a fim de evitar-se dúvidas futuras.

Atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor do PHANAo Senhor
Dr. Ayrton Carvalho
Chefe do 1.º Distrito da DPHAN
Rua União n.º 87
Recife - Pernambuco
jm.esg.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DPHAN - GD
jm.esg.

74
75/1001

À vista do Chefe do 1º Distrito haver entregue, ao Prefeito Municipal de Recife, a notificação nº 1006, de 22 de março de 1968, inscreva-se.

Em 6 de junho de 1968.-

Renato Socero

Renato Socero
Diretor do PHAN

Feita a inscrição do conjunto arquitetônico do Pátio de S. Pedro na coluna de Observações, a fl. 33, do Livro do Tombo nº 3.

Em 7.6.1968

Judith Martins
Chefe da SH

Protocolo N.
1160, de 30-7-68



L. O. 19

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE

PERNAMBUCO

- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO -

a. MT
29.7.68
Reis

Recife, 11 de junho de 1968

Ofício nº 99 /Gab.

Do: Secretário de Administração

Ao: Ilm. Sr. Diretor do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional.

Sr. Diretor:

1. Em decorrência à notificação nº 1006, de 22 de março último, de V. S.ª. ao Exmo. Sr. Prefeito do Recife, a qual informa "a inscrição nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro com os lanços de casas que envolvem e os que ladeiam a igreja, até as de nºs 63 e 146", estou cientificando V. S.ª em cumprimento às determinações do Sr. Chefe do Executivo, que o órgão específico desta Prefeitura tomou conhecimento do teor da notificação mencionada, adotando as medidas cabíveis.

2. Na oportunidade, apresento a V. S.ª os meus protestos de apreço e consideração.

Reynaldo Reis
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Gal. Reynaldo de Oliveira Reis.

Protocolo - D. P. N. N.
N.º 1033 em 10.6.69

76
77



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
.....1º Distrito.....

Ofício nº 068|69|P

Em 4 de Junho de 1969
Recife, Pernambuco

Do chefe do 1º Distrito da DPHAN
Ao diretor geral da DPHAN
Assunto Encaminha cópia de ofício dirigido ao Juiz da 1ª Vara e Privativa dos Feitos das Fazendas Estadual e Municipal

ADiretor DCR
10/6/69 KEE

Senhor Diretor:

Passo às mãos de Vossa Senhoria cópia fotocopiada de ofício que dirigi ao excelentíssimo senhor doutor ANTÔNIO DE SOUZA DANTAS, Juiz da 1ª Vara e Privativa dos Feitos das Fazendas Estadual e Municipal, a propósito dos aspectos legais do tombamento de imóveis localizados no Pátio de São Pedro, nesta cidade do Recife.

É com estima e respeito que cumprimento Vossa Senhoria.

Ayrton de Almeida Carvalho
chefe do 1º Distrito

(a) Ayrton de Almeida Carvalho

Ao ilustre senhor
Doutor Renato AZEVEDO DUARTE SOEIRO
Digno Diretor Geral da DPHAN
Rio de Janeiro

...|...



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
1º Distrito

Ofício nº 36/89/D

Em 28.05.1989

Do : Chefe do 1º Distrito da DPHAN

Ao : Exmo. Sr. Dr. Juiz Antonio de Souza Dantas da 14a. Vara e Privativa
dos Feitos das Fazendas Estadual e Municipal

Assunto : Presta esclarecimentos sobre os aspectos legais do tombamen-
to dos imóveis localizados no Pátio de São Pedro.

Excelentíssimo Senhor:

Em atenção à notificação ordenada por V. Exa. a esta Dire-
toria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1º Distrito, com rela-
ção a oposição da Exceção de Incompetência feita pelos Advogados de Ar-
mazens Meirelles Comércio S. A. nos autos da ação de desapropriação -
movida pelo Município do Recife, tendo por objeto as casas nºs. 21 e 88 -
do Pátio de São Pedro dos Clérigos, de propriedade dos aludidos Arma-
zens Meirelles Comércio S. A., faço juntar ao presente, a título de escla-
recimento, cópia do ofício nº 29 de 8.5.1989, enviado por esta DPHAN - 1º Distrito
ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Oriando Cavalcanti Neves, da 2a. Vara Federal.

Por conseguinte, reitero integralmente os termos do refe-
rido ofício, nada mais tendo a acrescentar ou a modificar com relação à
posição desta DPHAN relativamente ao Decreto Municipal nº 9.383 de -
14.3.1989, declarando de utilidade e necessidade pública, para efeito de
desapropriação, as casas do Pátio de São Pedro dos Clérigos.

Sem mais para o presente
Subscrevo-me cordialmente

Chefe do 1º Distrito da D. P. H. A. N.

a) Ayrton de Almeida Carvalho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DPHAN

Ofº 1034

Diretor da DCR da DPHAN

Chefe do 1º Distrito

RIO DE JANEIRO, GB

11 de junho de 1969

Senhor Chefe:

Acusando recebimento do seu ofício de nº 68/69, o qual dá conhecimento a esta Diretoria, dos esclarecimentos prestados ao Exmº Dr. Antônio de Souza Dantas, Juiz da 1ª Vara e Privativa dos Feitos das Fazendas Estadual e Municipal, sobre os aspectos legais do tombamento dos imóveis localizados no Pátio de São Pedro, nessa cidade, agradeço-lhe a iniciativa da comunicação.

Cordiais saudações.

~~José de Souza Reis~~

Diretor da DCR

Ao Senhor

Dr. Airton de Almeida Carvalho

Chefe do 1º Distrito

Rua União, nº 87

RECIFE - PE

ZRM/mcvm.-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

79
80/1000

MEC - IPHAN

Of. nº 2.437

Rio de Janeiro, RJ
12 / 07 / 1976

Diretor do IPHAN
Chefe do 1º Distrito
: envia certidão de tombamento.

Senhor Chefe de Distrito:

Em atendimento ao pedido verbal de Vossa Senhoria, envio-lhe, em anexo, a certidão de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, na cidade de Recife, nesse Estado.

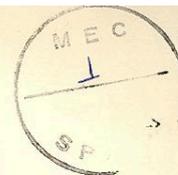
Atenciosamente.

Renato Soeiro
Diretor

Ao Senhor
Dr. Ayrton Carvalho
Chefe do 1º Distrito do IPHAN
Rua Benfica nº 1.150
50.000 - RECIFE - PE
E/E

M. E. C.
PROTOCOLO - DTC / SPHAN
N° 218 Data 12, 04, 85

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



INFORMAÇÃO Nº 90/84

Assunto: Rerratificação de tombamento; Igreja de São Pedro dos Clérigos e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, Recife/PE

Senhora Coordenadora do Setor de Tombamento,

O trabalho de definição dos entornos para os monumentos tombados na cidade de Recife, levou-nos à delimitação precisa de alguns tombamentos anteriormente feitos. Neste sentido, com o objetivo de melhor resguardar a integridade do monumento com seus limites de tombamento, fizemos a descrição da poligonal de tombamento, anexa a esta informação.

Seguem, também em anexo, fotografias e pranchas 01 e 02 que dizem respeito: Prancha 01 - Mapa com demarcação da proposta para poligonal de tombamento; Prancha 02 - Mapa da área onde se encontra o monumento, com marcação da poligonal de entorno e Lei Municipal que determina a ocupação do solo para toda essa área.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1984

UMBERTO NAPOLI

Arquiteto da DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

POLIGONAL DE TOMBAMENTO - DESCRIÇÃO PROPOSTAIgreja de São Pedro dos Clérigos e conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro

É a linha que partindo da fachada do imóvel de nº 4 (inclusive) do Pátio de S. Pedro, percorre sua lateral voltada para a Travessa de São Pedro até atingir os fundos do mesmo lote; continua pelos fundos dos lotes que lhe são contíguos do de nº 8 ao de nº 48 do Pátio de S. Pedro e igualmente pelos fundos dos lotes de nºs 52 ao de nº 146 (inclusive) da Rua das Águas Verdes (esta rua é o prolongamento do lado par do pátio de S. Pedro, na mesma quadra). Contorna pela lateral do lote de nº 146 da Rua das Águas Verdes, cruza a referida rua em direção ao lote de nº 147/149 que lhe é fronteiro, na mesma rua. Acompanha a lateral deste último lote, seguindo o eixo da rua Tobias Barreto, até alcançar a rua Felipe Camarão; continua pela lateral do lote de nº 135 (inclusive) da rua Felipe Camarão, atingindo os fundos do lote. Prossegue pelos fundos dos lotes contíguos ao de nº 135 até o de nº 117 (inclusive), contorna esse último lote, passando por sua lateral em direção a rua Felipe Camarão que lhe dá numeração; atinge o eixo dessa rua e prossegue, acompanhando o recuo formado pelo afastamento das fachadas (exclusivas) de nºs 170 da Rua Direita (fundos), nº 99 e nº 77 da Rua Felipe Camarão, até alcançar a fachada lateral do imóvel de nº 63 dessa última rua; segue por esta lateral, alcança os fundos do lote, e prossegue acompanhando os fundos do lote do nº 63 ao de nº 45 ainda na Rua Felipe Camarão (esta rua é o prolongamento do lado ímpar do Pátio de S. Pedro). Continua pelos fundos dos lotes, contíguos a este último, do nº 39 ao de nº 11 (inclusive) do Pátio de S. Pedro, seguindo em direção a Travessa de S. Pedro (esta travessa é fronteira à Igreja de S. Pedro, um



SÍTIO: BARRIOS DE SANTO ANTONIO/SÃO JOSÉ

RECOMENDAÇÕES

- ZONA DE PRESERVAÇÃO RIGOROSA (Z.P.R.)
Preservação das características, essências do conjunto quando a ocupação gabarito e forma.
- ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (Z.P.A.)
SETORES 1 e 10
OCUPAÇÃO: 80%
GABARITO: nº máximo - 02 pavimentos (7,00m)
COBERTURA: telha cerâmica c/30% inclinação mínima
- SETORES 2, 3 e 6
OCUPAÇÃO: 80%
GABARITO: nº máximo - 03 pavimentos (10,00m)
COBERTURA: telha cerâmica c/30% inclinação mínima
- SETORES 4, 7, 9 e 11
OCUPAÇÃO: Lei 7427/61
GABARITO: nº máximo - 06 pavimentos (21,00m)
COBERTURA: telha cerâmica
- SETORES 5 e 8
OCUPAÇÃO: Lei 7427/61
GABARITO: nº máximo - 10 pavimentos (35,00m)

OBS: Nos setores 1, 2, 3, 6 e 10 a altura máxima deverá ser medida da soleira do pavimento térreo até o ponto máximo da platibanda.
Nos setores 4, 5, 7, 8, 9 e 11 a altura máxima deverá ser medida da soleira do pavimento térreo até o ponto mais alto da construção.
As demais recomendações, como recuos e condições in-
teriores, de acordo com o C.U.O. em vigor.

MONUMENTOS TOMBADOS PELA SPHAN

--- POLIGONAL DE ENTORNO



SPHAN SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 14.511 - PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE
PLANO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTOS HISTÓRICOS
LW 13 - 08 - 84
DTC / SPHAN

02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



INFORMAÇÃO Nº 92/84

Assunto: Re-ratificação de tombamento. Igreja de São Pedro dos Clérigos e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, Recife/PE.

Senhor Diretor da DTC,

O presente processo de nº 123-T-38 (2º volume) estuda a definição dos limites da Igreja de São Pedro dos Clérigos e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro. Ao fazê-lo, propõe a re-ratificação do respectivo tombamento, indicando a poligonal que deverá delimitar a área tombada.

De acordo com esta proposta, vimos encaminhá-la à apreciação de Va. Sa..

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1984

DORA M. S. DE ALCÂNTARA
Coord. do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



INFORMAÇÃO Nº 98/84

Assunto: Re-ratificação de tombamento
IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS e
CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO PÁTIO DE S.
PEDRO. Recife - PE

Senhor Subsecretário,

Ficamos de pleno acordo com os termos das informações da Arq. Dora Alcântara e do Arq. Umberto Napoli, quanto à conveniência de re-ratificação do tombamento com a descrição da referida poligonal, e referente ao Pátio de São Pedro, tendo-se em vista a uma melhor proteção do monumento em questão.

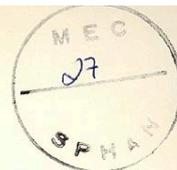
Sugerimos, assim, que este processo seja encaminhado ao Conselho Consultivo desta Subsecretaria.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1984

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES
Diretor da DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA
SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

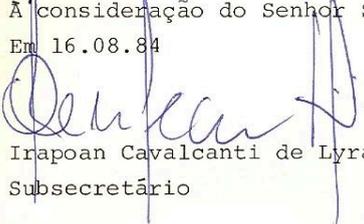


PROCESSO Nº 123-T-38

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário da Cultura.

Em 16.08.84


Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA

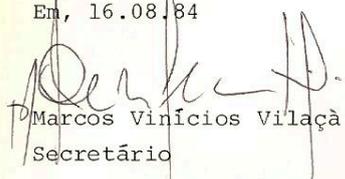


Processo nº 123-T-38

Ao Conselho Consultivo.

Conselheiro: o Conselheiro Eduardo Kneese de Mello

Em, 16.08.84


Marcos Vinícios Vilaça
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA



PARECER:

Senhor Secretário:

A Informação nº 90/84 do arquiteto Umberto Nápoli refere-se à rerratificação de tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, em Recife-PE, e descreve os limites da área de entorno - a poligonal de tombamento e junta fotografias e plantas que esclarecem plenamente a proposta, que mereceu a aprovação dos arquitetos Dora de Alcântara e Augusto Silva Telles.

O processo está claramente justificado e é de grande interesse para a preservação daquele valioso monumento. Proponho sua aprovação pelo Conselho.

São Paulo, 30.09.84

A handwritten signature in blue ink, which reads 'Eduardo Kneese de Mello'.

Eduardo Kneese de Mello

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA
CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Processo nº 123-T-38

ASSUNTO: Rerratificação de tombamento / Definição do Polígono Tombado; Igreja de S. Pedro dos Clérigos e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro

LOCALIZAÇÃO: Bairro de S. José, Recife/PE

SOLICITANTE: Setor de Tombamento / Diretoria de Tombamento e Conservação / SPHAN

RELATOR: Conselheiro Eduardo Kneese de Mello

SÍNTESE: O trabalho de definição dos entornos para os monumentos tombados levou-nos à delimitação precisa de alguns tombamentos anteriormente feitos. Nesse sentido, com o objetivo de melhor resguardar a integridade do monumento com seus limites de tombamento, descrevemos poligonal que define a área tombada de cada um desses monumentos.

PARECER TÉCNICO: Favorável a delimitação proposta.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL REALIZADA EM 27.11.84 EM CURITIBA.

Às nove e trinta horas do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro, no Salão Nobre do Museu Paranaense, localizado em Curitiba, Estado do Paraná, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo Secretário o Senhor Irapoan Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, Max Justo Guedes, Eduardo Kneese de Mello, Gilberto Velho, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Mário Brockman Machado, Diretor Executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, substituindo o Conselheiro Américo Jacobina Lacombe. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, José E. Mindlin, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Maria da Conceição Beltrão e Henrique Millan, Diretor do Museu Nacional. O Presidente abriu a sessão comunicando ser aquela a quarta vez que o Conselho se reunia fora do Rio de Janeiro, desde a sua criação e expressando a sua satisfação pelo fato da reunião se realizar no Paraná, em Museu cujo tombamento foi recentemente aprovado pelo Conselho. Destacou o seu reconhecimento à colaboração que a Secretaria de Cultura e Esporte do Estado vem prestando à Secretaria de Cultura do MEC. Enalteceu o espírito paranaense de conjugação do moderno e do antigo, promovendo o progresso dentro do respeito às tradições. Fez uso da palavra, em seguida o Conselheiro Pedro Calmon, para saudar a generosa terra do Paraná que, com tanto sucesso, promoveu a fusão de velhas raças com a opulência da terra nova do Brasil. Invocou para ela prosperidade e a paz social. O Presidente passou a palavra ao Secretário de Cultura e Esporte do Estado, Fernando Guighone, o qual saudou os presentes, dando as boas vindas ao Conselho em nome do Governador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



dor do Estado. Prosseguindo, fez uma extensa explanação sobre as atividades da sua Secretaria, enumerando vários projetos desenvolvidos na área da cultura, entre eles o de levantamento e catalogação do acervo cultural do Estado e projetos de restauração de monumentos. Finalizou dizendo da honra e da satisfação em receber tão ilustres Conselheiros e desejando sucesso à reunião. O Presidente, retomando a palavra, registrou a presença, no plenário, de várias personalidades, nomeadamente David Carneiro, Vespertino Mendes e o Prô Reitor da Universidade de Santa Catarina, Prof. Hamilton Savi. Passou em seguida a palavra ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, Relator do processo nº 1.119-T-84, referente ao tombamento do Museu do Mate, localizado em Campo Largo, no Paraná. O Conselheiro iniciou congratulando-se com o Presidente pela realização da reunião em Curitiba, cidade que hoje é exemplo, em matéria urbanística, a todo o Brasil. Em seu parecer disse concordar com a informação do Diretor da 9ª D.R. da SPHAN, incluído no processo, e considerou plenamente justificado o tombamento do Museu do Mate, tendo em vista o seu aspecto histórico, o que a erva mate representa para o país, o estado em que se encontra o monumento e pelo rico material que nele está exposto. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Fez uso da palavra o Conselheiro Gilberto Ferrez, relator do processo nº 1.120-T-84, relativo ao tombamento do Teatro S. João, localizado no Município de Lapa, no Paraná. O Conselheiro principiou louvando o trabalho de informação histórica realizado pela professora Maria Tereza B. de Lacerda, da 9ª Diretoria Regional da SPHAN. Após tecer considerações a respeito do processo concluiu recomendando o tombamento do Teatro. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Secretário do Conselho encarregando-o da apresentação do processo nº 1.129-T-84, referente ao tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada em Florianópolis, Santa Catarina, cuja Relatora, Conselheira Maria Beltrão, estava ausente da reunião. Em seu parecer a Conselheira dis

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



correu sobre a importância do Padre Rohr na pesquisa arqueológica e destacou o excepcional valor cultural das coleções reunidas por ele. Defendeu a permanência da Coleção em Santa Catarina, seu Estado de origem, e a preservação do acervo como um todo. Recomendou o seu tombamento, que deverá garantir o livre acesso às coleções, para seu conhecimento, inventário, cadastramento e preservação. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Gilberto Velho pedido a palavra para endossar integralmente o parecer da Relatora qualificando-o de exemplar no sentido de preservar o interesse da comunidade científica. A matéria foi posta em votação tendo o parecer da Relatora sido aprovado à unanimidade. O Presidente manifestou a sua satisfação pela aprovação unânime de tombamento da Coleção Arqueológica por ter sido o Padre Rohr um zeloso e dedicado colaborador do Patrimônio e ter prestado assinalados serviços à memória e à proteção dos bens culturais brasileiros. Em seguida fez uso da palavra o Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Relator do Processo nº 1.122-T-84, referente ao tombamento do Centro Histórico de Laguna, em Santa Catarina. Iniciando o Conselheiro teceu considerações à respeito da história e do significado daquele Centro Histórico e das características urbanas de Laguna. Concluiu recomendando o tombamento, conforme descrição contida na Informação nº 107/84, constante de folhas 31 e 32 do processo. Acrescentou que, concluído o seu parecer, tomara conhecimento da impugnação apresentada pelo proprietário do imóvel situado à rua Saldanha Marinho, nº 3, na área configurada como Centro Histórico. Destacou que o imóvel referido já havia sido tombado a nível municipal, não procedendo as razões do impugnante. Leu Nota Oficial do Governo Municipal de Laguna que respalda, em sua totalidade, os objetivos pretendidos pelo tombamento, de proteger o referido Centro Histórico de qualquer iniciativa que o desfigure, tendo as autoridades municipais, na mesma Nota, aprovado a proposta da SPHAN de formação de Comissão para o estudo dos bens que constituem o acervo histórico e arquitetônico daquela cidade. O mesmo documento comunica que a Câmara de Vereadores, em

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



deliberação unânime, propôs ao Prefeito Municipal de Laguna gestio_unar junto ao Governador do Estado no sentido do aproveitamento dos prédios tombados para instalação de órgãos públicos. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado à unanimidade. Em consequência, o Presidente determinou à Secretaria do Conselho que incorpore ao Processo a Nota Oficial das autoridades municipais e anunciou que providenciará a instalação imediata de Escritório de Representação da SPHAN em Laguna, para, em maior envolvimento com a comunidade, promover as ações decorrentes do tombamento. Prosseguindo passou a palavra ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, Relator dos Processos nºs 123-T-38, referente à rerratificação do tombamento e definição do polígono tombado da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, e 133-T-38, referente à rerratificação de tombamento e definição do polígono tombado da Igreja N. Sra. da Conceição (Capela da Jaqueira), localizados em Recife, Pernambuco. O Conselheiro esclareceu tratar-se de dois processos referentes à proteção de monumentos já tombados. Referiu-se primeiramente ao processo 123-T-38, reportando-se à informação nº 90/84 dele constante, que descreve a poligonal de tombamento. Observou que o processo está claramente justificado sendo de grande interesse a preservação do monumento. Recomendou a rerratificação do tombamento e a aprovação da poligonal, como definida no Processo. No que se refere ao processo 133-T-38 reportou-se à Informação nº 91/84, do arquiteto Umberto Napoli, que descreve a poligonal de tombamento de forma bem esclarecida e justificada. Propôs a rerratificação do tombamento e a aprovação da poligonal pelo Conselho, na forma como foi definida no Processo. O Presidente colocou o assunto em votação tendo ambos os pareceres do Relator sido aprovados unanimemente. Na ausência do Conselheiro Américo Jacobina Lacombe, Relator do Processo nº 1.009-T-79, referente ao tombamento do Observatório Nacional, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o Presidente informou que o seu parecer seria lido pelo seu substituto, Mário Brockman Machado. No parecer, após historiar o andamento de pedido de tomba

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



mento do Observatório Nacional e a situação e uso dos prédios que o compõem, o Conselheiro recomendou: 1 - Seja tombada, para o efeito de impedir o seu desmembramento e ocupação, toda a área em que funciona atualmente o Observatório Nacional, conforme a linha poligonal constante do Processo; 2 - Sejam também tombados os objetos de arte e os aparelhos minuciosamente arrolados nos anexos III e IV; 3 - Fique esclarecido que o tombamento não impede a ampliação das coleções, nem a construção de novas unidades, ouvida a SPHAN; 4 - Sejam feitos esforços para restauração do Palacete Rosa, dando-se a ele uma utilização condigna; 5 - A criação de um Museu de Astronomia e Ciências Afins ou de Museu de Ciência deve constituir um novo estudo, aproveitando-se a valiosa documentação reunida nos volumes do Processo. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Max Justo Guedes pedido a palavra. Considerou o tombamento muito oportuno, como um exemplo da preservação da memória do desenvolvimento científico do Brasil. Ninguém mais se manifestando o Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Continuou com a palavra o Conselheiro Max Justo Guedes, Relator do Processo nº 860-T-72, Vol. 6 referente à retificação da autoria do projeto do Edifício da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O Conselheiro, antes de proceder à leitura do seu parecer, propôs e viu aprovado um voto de louvor ao Secretário da Cultura do MEC e ao Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela aquisição da casa que abrigará o Escritório Técnico da SPHAN em Curitiba. A propósito, o Presidente dirigiu-se ao Prefeito Municipal de Curitiba, na pessoa de sua representante à reunião, para, em nome do Conselho, agradecer a valiosa colaboração da Prefeitura cedendo o terreno no qual a casa referida será instalada. O Conselheiro Max Justo Guedes, retomando a palavra, esclareceu que, por ocasião do tombamento do edifício da Biblioteca Nacional, o Relator, arquiteto Paulo Santos, em seu parecer, apoiado em opinião do arquiteto Lúcio Costa, solicitou que a SPHAN atribuisse a autoria do projeto não ao General Souza Aguiar como rezava a tradição, mas a Hector Pepin, em razão de carimbo apostado na planta e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



ã opinião de ambos de que o projeto da Biblioteca não corresponde ao estilo do Gen. Souza Aguiar. Após tecer considerações sobre o assunto, com base na documentação constante do Processo, apresentada pelo filho do General, o Conselheiro recomendou: a) que o nome do General Francisco Marcelino de Souza Aguiar seja incluído no processo como formulador do projeto do edifício da Biblioteca Nacional, adotando-se a expressão utilizada pelo Ministro J.J. Seabra, quando se dirigiu ao próprio General; b) que a atuação do Escritório Hector Pepin seja pesquisada, pois há de haver meios de sabê-la corretamente. Propõe-se fazê-lo, desde que lhe seja dado tempo hábil; c) que a participação do Escritório Hector Pepin conste do Processo até que seja possível defini-la corretamente ou, se for o caso, negá-la. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Pedro Calmon pedido a palavra para indagar ao Relator se na placa que registra o acontecimento consta o nome do autor, tendo o Conselheiro informado constar o nome do Gen. Souza Aguiar. Em vista disso o Conselheiro Pedro Calmon declarou que a placa confirma a tradição, aprovando o parecer do Relator. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu licença para esclarecer que infelizmente no Brasil a prática muitas vezes é o projeto ter um autor e ser assinado por outro, que no CREA chama-se a cobertador. Desta forma, a placa não viria garantir a autoria. Deixou manifesta a sua preocupação em que o Conselho não cometa uma injustiça. O Conselheiro Gilberto Velho argumentou que o conceito de autoria é muito relativo e que pelo fato do General ser considerado organizador do projeto não significa que não tenha havido participação do escritório de Hector Pepin. Acrescentou que aprovava o parecer do Relator, enfatizando, no entanto, o item em que ele se propõe a continuar a pesquisa para esclarecer o assunto. - Considerou que assim o caso poderá se transformar em exemplar, para orientar futuros processos, com o que concordaram os Conselheiros Eduardo Kneese de Mello e Gilberto Ferrez. O Presidente submeteu à votação o parecer do Relator, com destaque para a continuidade das pesquisas que venham a apurar a abrangência do que o Relator chamou, muito apropriadamente, de formulador do Projeto. O

tu

R

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



parecer e a continuação da pesquisa foram aprovados unanimemente. Em consequência o Presidente determinou à Secretaria do Conselho que faculte ao Conselheiro Max Justo Guedes os meios para a implementação da referida pesquisa. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Relator do Processo nº 809-T-68 vol. 16, referente à autorização para deslocamento da obra "O Torso de Gesso" de Matisse, dos Estados Unidos, aonde figurou em exposição do Kimbell Art Museum de Forth Worth, para participar de exposição retrospectiva da obra de Matisse no Lousiana Museum of Modern Art, de Humblaek, na Dinamarca e no Moderna Museet, de Estocolmo, Suécia, de 03.11.84 a 14.04.85. O Conselheiro informou que a obra já se encontrava nos Estados Unidos, autorizada pelo Conselho e que o MASP pediu nova autorização para que ela fosse enviada à Suécia e à Dinamarca. Acrescentou que em vista da urgência do assunto, estando o processo devidamente instruído e não havendo nenhuma reunião do Conselho marcada na ocasião a Secretaria do Conselho fez uma consulta aos Conselheiros por telefone, no dia 23.10.84, tendo todos os consultados concordado com os deslocamentos da obra. Só não foram consultados, por estarem viajando, os Conselheiros Gilberto Velho e Maria Beltrão. Esclareceu tratar-se, portanto, no momento, de ratificação da decisão anterior. O Presidente colocou o assunto em votação tendo os Conselheiros, unanimemente, ratificado a autorização de envio da obra à Suécia e à Dinamarca. Prosseguindo o Presidente passou a palavra ao Secretário do Conselho a fim que relatasse o Processo 12/84/SPHAN. O Secretário explicou tratar-se também de ratificação da autorização dada pelos Conselheiros, por telefone, à Secretaria do Conselho, em 06.11.84. A autorização referiu-se ao envio de 4 ex-votos, de Igarauçu para São Paulo, a fim de figurarem na exposição denominada Tradição e Ruptura, promovida pela Fundação Bienal de São Paulo. Esclareceu que todos os Conselheiros consultados aprovaram o envio dos ex-votos. Não foram consultados, por motivo de viagem e licença, respectivamente, os Conselheiros Gilberto Velho e Henrique Millan. Informou que apesar da aprovação verbal do Conselho e da comunicação a esse respeito feita ao Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Recife e Olinda, as obras não saíram de Igarauçu, por

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



ter a comunidade local se oposto ao seu deslocamento, apesar das garantias de seguro e transporte oferecidas pela Bienal. O Presidente colocou o assunto em votação tendo os Conselheiros unanimemente ratificado a decisão anterior. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para registrar o espírito democrático que presidiu a decisão do Conselho, louvando o respeito à vontade da comunidade. Retomando a palavra, o Presidente fez uma anotação especial ao atendimento, pelo Ministério da Fazenda, de velha postulação de todas as pessoas interessadas no patrimônio histórico e artístico brasileiro, no sentido de obter um mecanismo de apoio tributário às obras de preservação do patrimônio nacional. Referiu-se à Portaria nº 208, de 05.11.84, do Ministro da Fazenda, que estabeleceu que contribuições, doações e dispêndios com o objetivo de restaurar, preservar e conservar bens tombados pelo Patrimônio poderão ser abatidos da renda bruta, em se tratando de pessoas físicas e admitidas como despesa operacional, em se tratando de pessoa jurídica. Sobre o assunto propôs e viu aprovado pelo Conselho o envio de expediente ao Ministro da Fazenda, ao Secretário Geral daquele Ministério, ao Secretário da Receita Federal e ao Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil, manifestando o reconhecimento do Conselho à ação de cada um deles possibilitando a Portaria, a qual representou uma vitória da política cultural brasileira. O Presidente, em seguida, relatou a sua participação na 8ª reunião do Conselho do Patrimônio Mundial da UNESCO realizada na Argentina, comunicando que o projeto que concede ao Centro Histórico de Salvador o título de Patrimônio Cultural da Humanidade já foi aprovado a nível técnico. Informou ainda que a Secretaria da Cultura apresentou mais dois projetos à UNESCO, sendo um em Congonhas, em Minas, como bem cultural e o outro o Parque de Iguaçu, como bem natural. Manifestou a sua satisfação por estar dando a notícia sobre o Parque de Iguaçu, em primeira mão, no Paraná. - Ainda sobre a reunião, acrescentou que mais uma vez pôde constatar o prestígio de que goza o Diretor de Tombamento e Conservação da SPHAN, arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, junto aos quadros técnicos da UNESCO. Dando prosseguimento à reunião comunicou

209

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



o retorno ao Brasil de três obras de autoria de Ingres pertencentes ao acervo do Masp, cujo envio aos Estados Unidos e à Inglaterra foi autorizado pelo Conselho em 12.09.83, e de três obras de Cézanne, do acervo daquele mesmo museu, cujo envio à Espanha foi autorizado pelo Conselho em 05.04.83. Informou ao Conselho da intenção da SPHAN de até janeiro de 1985 ter um Escritório Técnico instalado em cada Estado brasileiro. Comunicou o recebimento de ofício do Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais congratulando-se com o Conselho pela aprovação do tombamento do Presépio do Pípiripau, na reunião de 18.04.84. Prosseguiu acrescentando que, dentro da política de mobilização das comunidades para a preservação dos bens culturais tombados, a SPHAN/Pró-Memória tem promovido a divulgação de vários daqueles monumentos através de sacos de supermercados, camisetas e brinquedos educacionais. No momento, por convênio com a Varig, essa divulgação será feita por meio das toalhas de bandeja de vôos internacionais daquela companhia. Ainda sobre o assunto, comunicou que as emissoras de rádio e televisão do país estarão, a partir de janeiro próximo, divulgando campanha organizada pela SEC. Em seguida passou a palavra ao Secretário do Conselho, que declarou que em razão de manifestação dos Conselheiros, a SPHAN solicitou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro informações sobre a construção do Memorial Getúlio Vargas na Praça Mahatma Gandhi. Acrescentou ter recebido resposta do Diretor substituto do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, na qual forneceu os detalhes que envolvem o projeto, inclusive as áreas plotadas para os eventuais concorrentes apresentarem os seus projetos. O Conselheiro Pedro Calmon pediu que ficasse registrado o requerimento encaminhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à SPHAN solicitando o tombamento da área aonde se encontra hoje o Chafariz, na Praça Mahatma Gandhi, com sua vegetação e monumentos. Por solicitação do Conselheiro Eduardo Kneese de Mello o Conselho homenageou o arquiteto Glauco Campello, Diretor da 6.^a Diretoria Regional da SPHAN, como vencedor do concurso para o projeto da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente pediu a palavra para

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'T. M.' or similar, located at the bottom center of the page.

A handwritten mark or signature in dark ink, located at the bottom right of the page.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



.10

solicitar ao Dr. Mário Machado, Diretor-Executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, fizesse oficialmente o lançamento do projeto da Secretaria da Cultura denominado Prô-Documento. O Dr. Mário Machado disse que o Programa Nacional de Preservação de Documentação Histórica (Prô-Documento) tem por finalidade preservar, em todo o território nacional, os acervos documentais privados, de valor permanente. Esclareceu que sua proposição deve-se à importância dos acervos documentais privados para a recuperação da memória e identidade nacionais, e a cultura do país, e ao fato dessa documentação encontrarem-se em estado precário de conservação e inacessível aos pesquisadores. Neste momento a reunião foi interrompida com a chegada do Governador do Paraná, José Richa. O Presidente esclareceu brevemente ao Governador o assunto que estava sendo tratado e devolveu a palavra ao orador. Dr. Mário Machado continuou sua explanação, falando sobre as razões, objetivos e competência legal do Programa. Finalizando solicitou aos Conselheiros que criticassem e dessem sugestões sobre o documento que lhes estava sendo distribuído acerca do assunto. O Conselheiro Pedro Calmon pediu a palavra para informar que o Conselho Federal de Cultura recebeu, para dar parecer, um projeto que dá ao Arquivo Nacional a coordenação e a defesa da documentação histórica existente no país, tendo sido, por sua recomendação, como Relator, decidido ouvir primeiro a SPHAN sobre o assunto. Acrescentou dever-se considerar ainda o problema de jurisdição, já que o Arquivo Nacional e a SPHAN são subordinados a diferentes Ministérios, podendo haver conflito de área. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para dizer de sua satisfação em ver que a Secretaria da Cultura e a Prô-Memória estavam apresentando, mais uma vez, uma iniciativa que promove o trabalho com a comunidade, com a sociedade civil, compatível com o momento e o espírito da nação. Destacou que qualquer esforço de centralização, ainda que não deliberado, implica em reforçar o espírito autoritário do qual o País está querendo se liberar. Pediu ao Conselho o apoio decisivo ao Programa. O Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro por reconhecer a ação descentralizadora da Secretaria

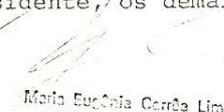
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

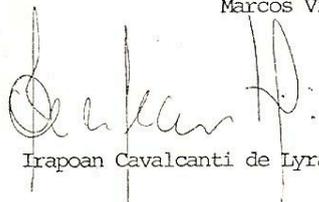


.11

ria da Cultura. Em seguida solicitou ao Conselheiro Pedro Calmon que fizesse uma saudação ao Governador. O Conselheiro Pedro Calmon, após louvar a qualidade do Estado do Paraná e de sua gente, agradeceu ao Governador, em nome de todos os Conselheiros, a generosa acolhida ao Conselho. Fez uso da palavra o Governador José Richa, que também agradeceu ao Conselho a deferência ao Estado do Paraná, nele realizando a sua 111.^a reunião. Destacou o fato de que uma reunião como aquela confere ao Governo a responsabilidade de cuidar ainda com mais atenção de todo o patrimônio artístico, histórico e cultural do Estado. Enfatizou a importância do patrimônio humano, tendo o Paraná produzido muitos talentos, entre os quais um estava presente, o Prof. David Carneiro. Encerrou desejando felicidade pessoal a todos e ao Conselho que continue produzindo o seu importante trabalho cultural. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão da qual eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que subscrevo, juntamente com o Presidente, os demais membros do Conselho e o seu Secretário.


 Marcos Vinícios Vilaca


 Maria Eugênia Corrêa Lima
 SPHAN / pró-Memória


 Irapoan Cavalcanti de Lyra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Processo nº 123-T-38

Certifico que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional decidiu, na conformidade de sua competência, determinada por lei federal, rerratificar, com definição de poligonal de seus limites, o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, localizados em Recife, Pernambuco, nos termos do voto do Relator.

Em,

20.02.85

Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA



Of. nº 104 /85/SEC-RJ

Em 27.02.85

Do Secretário da Cultura
Ao Exma. Sra. Ministra da Educação e Cultura
Assunto Rerratificação de tombamento.

Excelentíssima Senhora Ministra,

23000-002093/85-48

Tenho a honra de solicitar a V.Exa., de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975, a rerratificação, com definição de poligonal de seus limites, do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, localizados em Recife, Pernambuco, aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 111.^a reunião, realizada em 27.11.84, acompanhando o voto do Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, relator da matéria.

Valho-me do ensejo para renovar a V.Exa. eleva dos protestos de apreço e admiração.


Marcos Vinícios Vilaça

Excelentíssima Senhora
Profa. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ
MD. Ministra da Educação e Cultura
BRASILIA - DF



GUIA PARA FORMAÇÃO DE PROCESSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SRD - DCA - DA
4 MAR 1985

DATA

NÚMERO
23000.002093/85-48

PROCEDÊNCIA

SECRETARIA DA CULTURA DO MEC/RJ

NOME DO INTERESSADO

IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS E OUTRO/RECIFE/PE

NATUREZA DO DOCUMENTO		
Espécie	Número	Data
OFICIO	104/85	27-02-85

28 RERRATIFICAÇÃO	29 TOMBAMENTO	30 IGREJA
----------------------	------------------	--------------

RESUMO DO ASSUNTO

RERRATIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO DA REFEITÓRIA
IGREJA S DO CONJ. ARRADETERIA S. PEDRO

PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO	DATA REMESSA	DE	ENVIAR PARA*	
			Órgão	Unidade
	04-02-85	PROT.	GM	SAA.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os Campos sombreados devem ser deixados em branco. Seu preenchimento será realizado pelo Protocolo. O preenchimento deve ser realizado de forma legível, o que acelerará a autuação e garantirá rapidez na tramitação do Processo.

PREENCHIMENTO

campo "PROCEDÊNCIA"
Este campo deve ser preenchido com o nome da entidade de onde procede o documento.

campo "NOME DO INTERESSADO"
Preencher este campo com o nome da pessoa interessada na abertura do processo.

campo "NATUREZA DO DOCUMENTO"
Este campo deve ser preenchido com a espécie do documento (carta, ofício etc.), número e data de emissão do documento que gerou o processo.

campo "RESUMO DO ASSUNTO"
Destina-se ao preenchimento com o resumo do assunto do processo.

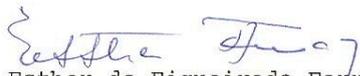
campo "PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO"
Neste campo deve ser transcrita a sigla do órgão para onde o processo deve ser remetido após sua formação.



Nos termos da Lei nº 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO

a rerratificação do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, localizados em Recife, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo nº 123-T-38-SPHAN.

Brasília, em 08 de 03 de 1985.



Esther de Figueiredo Ferraz

Diário Oficial de 13/3/85
Pág. 4414 Seção I

D.O. 1303 85

DESPACHOS DA MINISTRA
Em 08/03/85

Nos termos da Lei nº 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO

o tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a que se refere o processo nº 1.129-T-84-SPHAN.

o tombamento da Caixa d'Água denominada Reservatório de Mocó, localizada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, a que se refere o Processo nº 1.127-T-84-SPHAN.

o tombamento do Museu do Mate, localizado no Distrito de Rondinha, no município de Campo Largo, Estado do Paraná, a que se refere o Processo nº 1.119-T-84-SPHAN.

o tombamento do Centro Histórico da cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, a que se refere o Processo nº 1.122-T-84-SPHAN.

o Parecer que torna a ratificar o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Capela da Jaqueira, localizada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo nº 133-T-38-SPHAN.

a rerratificação do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, localizados em Recife, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo nº 123-T-38-SPHAN.

o tombamento do Observatório Nacional, localizado no Bairro de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o Processo nº 1.009-T-79-SPHAN.

o tombamento do Teatro São João, localizado na cidade da Lapa, Estado do Paraná, a que se refere o Processo nº 1.120-T-84-SPHAN.

ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Proc. 23000 002093/35-48



De ordem, encaminhe-se à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em, 19/03/35

Celene M. Ferreira

Celene Motta Ferreira
Assessora do Ministro

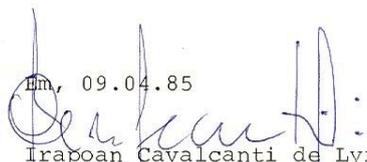
Chefe de Seção de Apoio Administrativo - GM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Processo nº 123-T-38

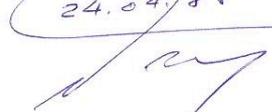
Em vista da homologação de fls. 45, pela Senhora Ministra da Educação e Cultura, encaminhe-se à DTC para proceder à averbação da rerratificação do tombamento no Livro de Tombo das Belas Artes; e à Assessoria Jurídica, para providenciar as notificações de lei e divulgação necessária.

Em, 09.04.85


Irapoan Cavalcanti de Lyra
 Subsecretário do Patrimônio Histórico
 e Artístico Nacional

*A Direção de Registro e Documentação para
 os monumentos abrigados pela re-estipulação supra,
 é responsável pela inscrição do seu Tombo de
 um Livro de Tombo separado.*

24.04.85


 Augusto C. da Silva Telles
 Diretor da DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Cultura
SEC/SPHAN

Processo nº 123-T-38

Volume II

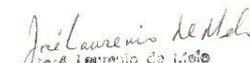
Igreja de São Pedro dos Cléricos e
Conjunto Arquitetônico do Pátio de
São Pedro.

Rerratificação do Tombamento e Des
crição da Poligonal do Tombamento.

Conforme despacho de fls. 46, deste Processo, anotada a
rerratificação do tombamento, a fls. 33 do Livro do Tombo das Belas
Artes.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1985


Edson de Brito Pires
Chefe Arquivo DED/SPHAN


José Laureino de Melo
Diretor DED/SPHAN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MC/SPHAN

Of. n.º 06/85-DRD/Arquivo

Rio de Janeiro, RJ
Em 07 / 05 / 1985

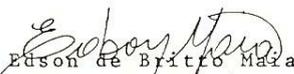
Do Chefe do Arquivo

Ao Diretor da 4.ª DR da SPHAN/FNPM

Assunto: remete certidão

Senhor Diretor:

Tenho o prazer de remeter a V.S.^a, certidões de tombamento com a nova demarcação e plantas com o traçado poligonal, dos seguintes monumentos: Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade; Arraial Novo do Bom Jesus, Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro e Capela de N.S.^a da Jaqueira, todos nessa cidade. Aproveito a oportunidade para renovar a V.S.^a atenciosas saudações.


Edson de Brito Maia
Chefe do Arquivo

Ao Senhor

Dr. Ayrton de Almeida Carvalho

Diretor da 4.ª Diretoria Regional da SPHAN/FNPM

Rua Benfica, 1.150

Madalena

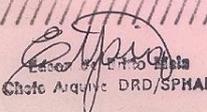
50.000 - RECIFE - PE

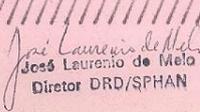
___ E/PMBL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

xxxxxxxxx à determinação do Senhor Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria de Cultura do Ministério da Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas trinta e tres: "Número de Inscrição: cento e oitenta e sete; Obra: Igreja de São Pedro dos Clérigos; Natureza da Obra: Arquitetura Religiosa; Situação: Município de Recife, Estado de Pernambuco; Processo Número: Cento e vinte e tres traço T traço trinta e oito; Proprietário: Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos, Caráter do Tombamento: Anuência; Data da Inscrição: vinte de julho de mil novecentos e trinta e oito, Observações: o tombamento inclui o conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja, até os de números sessenta e tres a cento e sessenta e quatro. Resolução do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de doze de março de mil novecentos e sessenta e oito. Ver demarcação da Poligonal do Tombamento, a folhas dois a cinco, do Segundo Volume do Processo número cento e vinte e tres traço T traço trinta e oito, homologada em oito de março de mil novecentos e oitenta e cinco." / C E R T I F I C O, ainda que revendo o Processo número cento e vinte e tres traço T traço trinta e oito, Segundo Volume, dele consta o seguinte a folhas dois a cinco: "Poligonal de Tombamento / Descrição Proposta / Igreja de São Pedro dos Clérigos / e Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro / É a linha que partindo da fachada do imóvel número quatro (inclusive) do Pátio de São Pedro, percorre sua lateral voltada para a Travessa de São Pedro até atingir os fundos do mesmo lote; continua pelos fundos dos lotes que lhe são contíguos do de número oito// ao de número quarenta e oito do Pátio de São Pedro e igualmente pelos fundos dos lotes de números cinquenta e dois ao de número cento e quarenta e seis (inclusive) da Rua das Águas Verdes (esta rua é o prolongamento do lado par do Pátio de São Pedro) na mesma quadra). Contorna pela lateral do lote número cento e quarenta e seis da Rua das Águas Verdes, cruza a referida rua em direção ao lote de número cento e quarenta e sete/cento e quarenta e nove que lhe é fronteiro, na mesma rua. Acompanha lateral deste último lote, seguindo o eixo da rua Tobias *Barre*

Barreto, até alcançar a Rua Felipe Camarão; continua pela lateral do lote cento e trinta e cinco (inclusive) da Rua Felipe Camarão, atingindo os fundos do lote. Prossegue pelos fundos dos lotes contíguos ao de número cento e trinta e cinco// até o de número cento e desessete (inclusive), contorna esse/ último lote, passando por sua lateral em direção a Rua Felipe Camarão que lhe dá numeração; atinge o eixo dessa rua e prossegue, acompanhando o recuo formado pelo afastamento das fachadas (excluídas) de números cento e setenta da Rua Direita/ (fundos), número noventa e nove e número setenta e sete da Rua Felipe Camarão, até alcançar a fachada lateral do imóvel de// número sessenta e tres dessa última rua; segue por esta lateral, alcança os fundos do lote, e prossegue acompanhando os / fundos do lote do número sessenta e tres ao de número quarenta e cinco ainda na Rua Felipe Camarão (esta rua é prolongamento do lado ímpar do Pátio de São Pedro). Continua pelos// fundos dos lotes, contíguos a este último, do número trinta e nove ao de número onze (inclusive) do Pátio de São Pedro seguindo em direção a Travessa de São Pedro (esta travessa é// fronteira à Igreja de São Pedro, um dos lados do Pátio); segue por pequeno trecho o eixo desta travessa, até atingir a// fachada lateral do imóvel de número sessenta e quatro da Travessa de São Pedro; acompanha os fundos desse último e igualmente os dos lotes que lhe são contíguos até o de número seiscentos e sessenta e um (inclusive) da Avenida Dantas Barreto; prossegue pela lateral desse último lote até alcançar sua testada, percorre por esta em direção aos fundos do lote número quatro do Pátio de São Pedro, onde se conclui a poligonal." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo// da Divisão de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor/ José Laurentio de Melo, Diretor da Divisão de Registro e Documentação e pelo doutor Irapoan Cavalcanti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1985.////


Edson de Britto Maia
Chefe Arquivo DRD/SPHAN


José Laurentio de Melo
Diretor DRD/SPHAN


Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

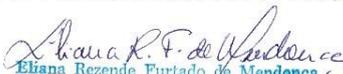
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

123

~~XXXXXXXXXXXX~~ à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da // Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele // consta o seguinte a folhas trinta e três: "Número de Inscri- ção: cento e oitenta e sete; Obra: Igreja de São Pedro dos // Clérigos. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo // com a Resolução do Conselho Consultivo da Secretaria do Patri- mônio Histórico e Artístico Nacional, de treze de agosto de // mil novecentos e oitenta e cinco, referente ao Processo Admi- nistrativo número treze barra oitenta e cinco barra SPHAN; Na- tureza da Obra: Arquitetura Religiosa; Situação: Cidade e Mu- nicípio de Recife, Estado de Pernambuco; Proprietária: Venerá- vel Irmandade de São Pedro dos Clérigos; Processo Número: cen- to e vinte e três traço T traço trinta e oito; Caráter do Tom- bamento: Voluntário; Data da Inscrição: vinte de julho de mil novecentos e trinta e oito; Observações: O tombamento inclui/ o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a Igreja, até as de/ números sessenta e três a cento e sessenta e quatro. Resolu- ção do Conselho Consultivo da Diretoria (atual Secretaria) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo da Coordenadoria / de Registro e Documentação da Secretaria do Patrimônio Histó- rico e Artístico Nacional, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pela doutora Eliana Resen- de Furtado de Mendonça, Coordenadora de Registro e Documenta- ção e pelo doutor Italo Campofiorito, Secretário do Patrimô- nio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 13 de ou- tubro de 1989.//




 Edson de Britto Maia
 Chefe Arquiv. DRD/SPHAN


 Eliana Rezende Furtado de Mendonça
 Coordenadora de Registro
 e Documentação da SPHAN


 Italo Campofiorito
 Secretário do Patrimônio Histórico
 e Artístico Nacional

Remetida pelo of. nº 24/89.

